

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

LUCIANA PANNI FEL

**INFLUÊNCIA DOS PRINCIPAIS FATORES ECONÔMICOS PARA AS
EXPORTAÇÕES DE CALÇADOS E SOJA DO BRASIL E DO
RIO GRANDE DO SUL DE 2000 A 2010**

**Porto Alegre
2012**

LUCIANA PANNI FEL

**INFLUÊNCIA DOS PRINCIPAIS FATORES ECONÔMICOS PARA AS
EXPORTAÇÕES DE CALÇADOS E SOJA DO BRASIL E DO
RIO GRANDE DO SUL DE 2000 A 2010**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, modalidade profissionalizante, com ênfase em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Dathein

Porto Alegre

2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

F48i Fel, Luciana Panni
Influência dos principais fatores econômicos para as exportações de calçados e soja do Brasil e do Rio Grande do Sul / Luciana Panni Fel. – Porto Alegre, 2012.
102 f. : il.

Orientador: Ricardo Dathein.

Ênfase em Economia Aplicada.

Dissertação (Mestrado profissional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2012.

1. Exportações : Rio Grande do Sul. 2. Calçados. 3. Soja. 4. Câmbio : China.
I. Dathein, Ricardo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 338.439.52

LUCIANA PANNI FEL

**INFLUÊNCIA DOS PRINCIPAIS FATORES ECONÔMICOS PARA AS
EXPORTAÇÕES DE CALÇADOS E SOJA DO BRASIL E DO
RIO GRANDE DO SUL DE 2000 A 2010**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, modalidade profissionalizante, com ênfase em Economia Aplicada.

Aprovada em: Porto Alegre, 09 de abril de 2012.

Prof. Dr. Ricardo Dathein - Orientador
UFRGS/PPGE

Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa - Examinador
UFRGS/PPGE

Prof. Dr. Luis Augusto Estrella Faria - Examinador
UFRGS/PPGE

Prof. Dra. Marcilene Aparecida Martins - Examinadora
UFRGS/DECON

AGRADECIMENTOS

Neste longo percurso recebi o apoio de muitas pessoas. Cada uma teve uma significativa parcela de contribuição que deixou muitas marcas em mim e me conduziu ao final desta dissertação.

O apoio dos colegas de curso Gabriele Moraz e Ricardo Grozelli fez a diferença para que eu continuasse motivada em atingir meus objetivos.

Agradeço ao meu orientador, prof. Dr. Ricardo Dathein, pela sua presteza, pelas recomendações e contribuições durante a realização desta dissertação.

A todos os professores do mestrado profissional que também contribuíram para o meu aprendizado.

Agradeço às queridas funcionárias do PPGE Iara Cleci Machado e Raquel Klaudat pela atenção e apoio.

Agradeço ao meu colega de trabalho e grande amigo Alexandre Saraiva Soares pelo seu apoio e incentivo que muito me ajudou.

Agradeço à minha família pela compreensão e apoio incondicional, principalmente pelo carinho e cuidados dedicados à minha filha Graziela Panni Fel Nozari.

Agradeço ao meu marido Jorge Luis Bragé Nozari pelo carinho e dedicação.

Por fim, agradeço a Deus por me proporcionar condições e serenidade para buscar meus objetivos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar os fatores que influenciaram as exportações dos segmentos de soja e calçados do Brasil e Rio Grande do Sul durante o período 2000 a 2010. Em um primeiro momento, a partir de uma visão geral, são realizadas análises do comércio exterior brasileiro e do Rio Grande do Sul. Na sequência há uma explanação sobre a evolução da política cambial brasileira e sua relação com o desempenho nos setores da indústria e agricultura no Brasil. Por fim, observam-se os resultados dos segmentos selecionados no Brasil e no Rio Grande do Sul e identificam-se os fatores que influenciaram os respectivos desempenhos das exportações no período analisado. O trabalho revela que, além dos impactos ocasionados pelo câmbio e China, também estão ocorrendo movimentos de produção dos segmentos de soja e calçados do Rio Grande do Sul para outros estados, o que tem reduzido a participação gaúcha desses segmentos na pauta das exportações brasileiras.

Palavras-chave: Exportações. Calçados. Soja. Brasil e Rio Grande do Sul. Câmbio. China.

ABSTRACT

The aim in this work is to identify the factors influencing exportations in the soybean and footwear sectors in Brazil and Rio Grande do Sul from 2000 to 2010. First, starting from an overview, analyses are made on Brazilian and Rio Grande do Sul's foreign trade. Secondly, we explain the evolution in Brazilian exchange rate policy and its relation to performance in industry and agriculture in the country. Finally, we point out the results delivered by determined sectors in Brazil and Rio Grande do Sul and identify the factors responsible for the performance in exportations in that given period. The work reveals that in addition to the impacts caused by exchange rate and China, there are also production movements to other states occurring in the soybean and footwear sectors in Rio Grande do Sul, which reduces the participation of this state in these sectors of Brazilian exportations.

Keywords: Exportations. Footwear. Soybean. Brazil and Rio Grande do Sul. Exchange rate. China.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução da balança comercial brasileira US\$ (bilhões) – Período 1980 – 2010.....	19
Figura 2 - Evolução das importações e exportações brasileiras US\$ (bilhões) – Período 2000 – 2010	21
Figura 3 - Evolução das exportações brasileiras dos setores por intensidade tecnológica US\$ (bilhões) – Período 2000 – 2010	24
Figura 4 - Participação da China nas exportações e importações mundiais – Período 1978 – 2009	26
Figura 5 - Pauta exportadora do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto – Período 2000 – 2010	29
Figura 6 - Pauta importadora do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto – Período 2000 – 2010	30
Figura 7 - Participação dos setores por intensidade tecnológica sobre o total das exportações brasileiras – Período 2000 – 2010	31
Figura 8 - Saldo comercial brasileiro dos setores por intensidade tecnológica US\$ (bilhões) – Período 2000 – 2010	32
Figura 9 - Exportações e importações do Rio Grande do Sul US\$ (bilhões) – Período 2000 – 2010	35
Figura 10 - Participação do Rio Grande do Sul sobre as exportações brasileiras – Período 2000 – 2010	37
Figura 11 - Participação dos setores industriais por intensidade tecnológica sobre o total das exportações do Rio Grande do Sul – Período 2000 – 2010	42
Figura 12 - Taxa de câmbio comercial para venda: real (R\$)/dólar (US\$) – média mensal – Período 1999 – 2010	47
Figura 13 - Saldo em transações correntes US\$ (bilhões)	50
Figura 14 - Índice da produção física e saldo da balança comercial de produtos da indústria de transformação	52
Figura 15 - Índices de preço e <i>quantum</i> das exportações agrícolas (1997=100) – Período 1997 – 2010	55
Figura 16 - Variação anual dos índices de valor, preço e <i>quantum</i> das exportações agrícolas no Brasil (em %) – Período 2000 – 2010	56

Figura 17 - Produção de soja no Brasil (em mil toneladas) – Safra 1976/77 – 2009/10	59
Figura 18 - Mapa da Produção de Soja no Brasil – Safra 2010/11	60
Figura 19 - Evolução das exportações e saldo comercial de soja em grãos no Brasil US\$ (bilhões) – Período 2000 - 2010	63
Figura 20 - Índices de valor, preço <i>quantum</i> e câmbio das exportações brasileiras de soja em grãos (2000=100) – Período 2000-2010	64
Figura 21 - Exportações brasileiras de soja em grãos, farelo de soja e óleo de soja (em mil toneladas) – Período 1998 - 2010	65
Figura 22 - Participação das exportações de soja em grãos sobre a produção brasileira – Período 1998 – 2010	66
Figura 23 - Principais destinos da soja brasileira US\$ (bilhões) – Período 2000 – 2010.....	67
Figura 24 - Produção e exportações de soja em grãos no Rio Grande do Sul (em mil toneladas) – Período 2000 – 2010	69
Figura 25 - Participação das exportações de soja no Rio Grande do Sul sobre as exportações de soja no Brasil e participação das exportações de soja no Rio Grande do Sul sobre as exportações totais do Rio Grande do Sul – Período 2000 – 2010	70
Figura 26 - Participação dos principais importadores de soja do Rio Grande do Sul – Período 2000 – 2010	71
Figura 27 - Índices de valor, preço, <i>quantum</i> e câmbio das exportações de soja em grãos no Rio Grande do Sul (2000=100) – Período 2000 – 2010	72
Figura 28 - Cadeia produtiva da indústria de calçados	74
Figura 29 - Produção industrial brasileira de calçados e artigos de couro – <i>quantum</i> – índice (média 2002 = 100)	77
Figura 30 - Participação das exportações sobre a produção brasileira de calçados (<i>quantum</i>) – Período 2000-2010	79
Figura 31 - Evolução das exportações e importações de calçados no Brasil US\$ (milhões) – Período 2000 – 2010	80
Figura 32 - Índices de valor, <i>quantum</i> , preço e câmbio das exportações de calçados no Brasil (2000=100) – Período 2000 – 2010	82
Figura 33 - Principais importadores de calçados no Brasil US\$ (milhões) – Período 2000 – 2010	83
Figura 34 - Produção industrial e exportações de calçados no Rio Grande do Sul – <i>quantum</i> – índice (média 2002 = 100)	84

Figura 35 - Índice do valor, <i>quantum</i> , preço médio e taxa de câmbio das exportações de calçados no Rio Grande do Sul (2000 = 100) – Período 2000 – 2010	85
Figura 36 - Exportações de calçados por regiões no Brasil (em milhões de pares)	86
Figura 37 - Participação das exportações gaúchas de calçados sobre as exportações brasileiras de calçados e exportações gaúchas de calçados sobre as exportações totais do RS – Período 2000 – 2010	87
Figura 38 - Participação dos principais importadores de calçados do Rio Grande do Sul – Período 2000 – 2010	88
Figura 39 - Índice dos valores das exportações de soja e calçados no Brasil (2000=100) – Período 2000 – 2010	89
Figura 40 - Índice dos valores das importações de soja e calçados no Brasil (2000=100) – Período 2000 – 2010	90
Figura 41 - Índice dos valores e das quantidades das exportações de soja no Rio Grande do Sul no Brasil (sem os resultados do RS) – (2000=100) – Período 2000 – 2010	91
Figura 42 - Índice dos valores e das quantidades das exportações de calçados do Rio Grande do Sul e do Brasil (sem os resultados do RS) – (2000=100) – Período 2000 – 2010	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação da China, Estados Unidos, MERCOSUL, ALADI e União Européia nas exportações e importações Brasileiras – Período 2000 – 2010	23
Tabela 2 - Taxa anual de crescimento e média das exportações brasileiras para os setores por intensidade tecnológica – Período 2000 – 2010	25
Tabela 3 - Comércio entre Brasil e China US\$ (bilhões) FOB – Período de 2000 – 2010.....	27
Tabela 4 - Participação da China, Estados Unidos, MERCOSUL, ALADI e União Européia nas exportações e importações do Rio Grande do Sul – Período 2000 – 2010	39
Tabela 5 - Participação agrícola no comércio mundial US\$ (bilhões)	54
Tabela 6 - Participação das faixas de preços das exportações de calçados brasileiros	81

LISTA DE ABREVIATURAS

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALICE-WEB – Análise das Informações do Comércio Exterior

APEXBRASIL -

BACEN – Banco Central

BNDES – banco Nacional do Desenvolvimento

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FOB – *Free on Board*

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GM – *General Motors*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias

IDE – Investimento Direto Externo

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado

IMF – *International Monetary Fund*

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NBM - Nomenclatura Brasileira de Mercadorias

NCAER – *National Council of Applied Economic Research*

NCM – Nomenclatura Comum do MERCOSUL

OCDE- *Organization for Economic Cooperation and Development*

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PVC – Policloreto de Vinila

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SGP – Sistema Geral de Preferências

SH – Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias

STAN – *Database for Structural Analysis*

TEC – Tarifa Externa Comum

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

USDA – *United States Department of Agriculture*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASILEIRO E DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	19
2.1 Comércio internacional brasileiro	19
2.1.1 <i>Destinos e origens das exportações e importações brasileiras</i>	22
2.1.2 <i>Exportações e importações brasileiras por intensidade tecnológica</i>	24
2.1.3 <i>O comércio exterior entre a China e o Brasil</i>	26
2.1.4 <i>Mudanças na pauta das exportações e importações por intensidade tecnológica no Brasil</i>	30
2.2 Comércio internacional do Estado do Rio Grande do Sul	34
2.2.1 <i>Destinos e origens das exportações e importações do Rio Grande do Sul</i>	38
2.2.2 <i>Exportações e importações do Rio Grande do Sul por intensidade tecnológica</i>	42
3 REFLEXOS DO CÂMBIO SOBRE A ECONOMIA NO BRASIL	46
3.1 Reflexos do câmbio sobre a indústria brasileira	46
3.2 Reflexos do câmbio sobre a produção e exportações agrícolas	53
4 ANÁLISE DOS SEGMENTOS SELECIONADOS	58
4.1 Produção e comércio exterior da soja no Brasil e no Rio Grande do Sul	58
4.1.1 <i>As exportações de soja em grãos no Brasil</i>	62
4.1.2 <i>Desempenho das exportações de soja em grãos no Rio Grande do Sul</i>	68
4.2 Produção e comércio exterior da indústria de calçados no Brasil e no RS	73
4.2.1 <i>As exportações de calçados no Brasil</i>	75
4.2.2 <i>Desempenho das exportações de calçados no Rio Grande do Sul</i>	84
4.3 Análise comparativa dos determinantes das exportações de soja e calçados do Brasil e do RS	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	95
ANEXO A - METODOLOGIA E CLASSIFICAÇÕES OCDE	101

1 INTRODUÇÃO

Como se sabe, a percepção da importância da interação com outras economias tem aumentado de forma constante nas últimas décadas, seja pelo crescimento dos fluxos de comércio internacional, seja pela crescente interação financeira em nível global que tem se acelerado nos últimos anos.

Os efeitos da liberalização das barreiras comerciais, a partir das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocasionaram uma evolução positiva e acentuada do volume de transações internacionais. Além disso, as recentes transformações no mercado internacional, impulsionadas pelo processo de globalização, geraram maior dinamismo entre as economias mundiais. Mas essas transformações foram acompanhadas por sucessivas crises financeiras e cambiais com diferentes origens e tipos.

Para a economia brasileira merecem destaque a abertura comercial na década de 90, a aceleração de acordos comerciais como a formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a conclusão da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a qual se fez acompanhar da criação da OMC.

É importante destacar que a internacionalização da economia brasileira se aprofunda sobretudo após a implementação do Plano Real. Mais do que isso, é a partir do Real que ocorre mais uma rodada de liberalização das importações e a questão cambial se coloca como ainda mais importante.

Mesmo com déficits comerciais pós-liberalização, o envolvimento da economia brasileira com o mercado internacional de mercadorias mudou de forma substantiva nas últimas décadas. O valor das exportações brasileiras teve um aumento de US\$ 2,7 bilhões em 1970 para US\$ 20 bilhões em 1980. Esse patamar foi sendo gradualmente alterado, até atingir níveis de US\$ 31 bilhões em 1990, US\$ 73 bilhões em 2003 e US\$ 197 bilhões em 2008. Esses aumentos implicaram alterações qualitativas importantes na relação entre o setor externo e o desempenho da economia como um todo.

As modificações da composição da pauta das exportações brasileiras também foram notáveis. Em 1970, os produtos básicos correspondiam a 75% do valor exportado e os industrializados representavam 25% (9% eram semimanufaturados). Esse quadro foi sendo gradualmente invertido, de tal modo que em 2000 os produtos básicos correspondiam menos que 23% das exportações e 74% das exportações correspondiam a produtos industrializados (15,4% semimanufaturados e 59% manufaturados) (BAUMANN; CANUTO; GONÇALVES, 2004).

No entanto, a partir de 2001, a participação de produtos básicos começou a aumentar gradativamente. Em 2010, as exportações de produtos básicos alcançaram 44,65% de participação, enquanto os produtos industrializados participaram com 53,48% (13,97% semimanufaturados e 39,51% manufaturados), ou seja, queda de 20% em relação ao ano 2000.

O crescimento vertiginoso da China foi relevante para os resultados tanto da indústria de transformação como para os produtos não industrializados no Brasil. Segundo Machado e Ferraz (2006), um novo e intenso aumento nas relações entre Brasil e China ocorreu, elevando a participação das exportações chinesas nas vendas externas, bem como as importações de origem chinesa no total das compras externas brasileiras.

No Rio Grande do Sul, as mudanças no desempenho das exportações não foram diferentes nas últimas décadas. A análise do desempenho exportador gaúcho no nível de setor de atividade confirma a intensa mudança estrutural registrada, nos anos 90, na pauta de exportação do estado. Em 1990, 5 setores - agropecuários, refino de petróleo, óleos vegetais, beneficiamento de produtos vegetais e calçados – responderam por 78,1% da pauta do estado. À exceção de beneficiamento de produtos vegetais, todos esses setores perderam participação nas exportações do estado. Agregados eles responderam, em 1998, por não mais do que 59,3% do total estadual, ou seja, uma queda de participação de quase 20 pontos percentuais na década (VEIGA, 2000).

Segundo Veiga (2000), a mudança estrutural da pauta de exportações explicita-se no desempenho de dois grupos de setores. Em primeiro lugar, no grupo de cinco setores de veículos e peças, eletroeletrônico e de mecânica. Esses setores juntos respondiam, em 1990, por apenas 5,8% das exportações do Estado, passando, em 1998, a representar 13,9% da pauta. Em segundo lugar, os cinco setores da cadeia química (inclusive borracha e plástica, exclusive refino de petróleo) viram suas participações na pauta gaúcha passar de apenas 1,6%, em 1990, para 4,1%, em 1998, tendo quatro destes setores registrado taxas anuais médias de crescimento superiores a 18%, no período.

No entanto, nos últimos anos a pauta de exportação do Rio Grande do Sul está se modificando gradualmente devido a dois fatores fundamentais: câmbio valorizado e elevado preço das *commodities* no mercado internacional. O câmbio valorizado reduziu as exportações gaúchas em geral e, em especial, as do setor calçadista: em 2000 ele respondia por 22% das exportações gaúchas, já em 2010 representou apenas 5%. O alto preço das *commodities* tem estimulado a exportação de produtos agropecuários. Dentre os principais produtos exportados

pelo RS, destacam-se: fumos, carnes, calçados (ainda), soja, veículos e máquinas e equipamentos (FERRARI, 2008).

Do exposto acima se pode deduzir, portanto, que as políticas macroeconômicas adotadas a partir da abertura comercial, em relação com a conjuntura econômica nacional e internacional, tiveram forte repercussão sobre a estrutura produtiva doméstica e estão diretamente relacionadas ao desempenho das exportações, tanto a nível nacional como para o Rio Grande do Sul.

Devido à importância que o setor exportador representa para uma economia, o presente estudo tem o objetivo de identificar os fatores que impactaram o desempenho das exportações no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul do ano 2000 até 2010, período em que ocorreram grandes mudanças estruturais e conjunturais na esfera nacional e internacional. Outro motivo que levou à escolha deste período foi a questão da internacionalização financeira que teve maior representatividade no cenário econômico globalizado.

Com o intuito de realizar uma análise mais aprofundada, procurou-se realizar uma seleção de dois segmentos distintos (agrícolas, mais especificamente a soja, e calçados) com diferentes níveis de intensidade tecnológica, cuja escolha deu-se mediante a importância que esses representam na pauta de exportações gaúchas, visto que houve grandes mudanças estruturais na indústria a partir da abertura comercial.

A intensidade tecnológica dos segmentos escolhidos foi identificada através de classificação OCDE- *Organization for Economic Cooperation and Development - Directorate for Science, Technology and Industry*, STAN Indicators, 2003, que classifica o segmento agrícola no grupo de produtos não industrializados (*in natura*) e o de calçados no grupo de indústrias de baixa tecnologia.

Diante das transformações estruturais dos últimos anos, que vêm gerando dinamismo da economia internacional até os dias atuais, a questão central do presente trabalho é: quais os fatores econômicos que influenciaram o desempenho das exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul no período de 2000 a 2010 para os segmentos de soja e calçados?

Em síntese, o objetivo geral é identificar os fatores que influenciaram o desempenho exportador dos segmentos de soja e de calçados no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul no período de 2000 a 2010. Os objetivos específicos que propiciarão a resposta para a questão central são: realizar primeiramente uma análise, com enfoque do desempenho geral do comércio internacional brasileiro e posteriormente do Rio Grande do Sul no período selecionado; verificar as influências do câmbio no desempenho da economia durante o período selecionado; e apresentar os resultados das exportações dos segmentos selecionados

no Brasil e no Rio Grande do Sul, identificando os fatores que foram relevantes para o desempenho das exportações de soja e calçados no período de 2000 a 2010.

O estudo está estruturado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

O segundo capítulo realiza uma análise da evolução dos resultados do comércio internacional do Brasil e do Rio Grande do Sul e os fatores que impactaram seus resultados durante o período de 2000 a 2010. Também são considerados nessa sessão o crescimento das relações entre Brasil e China, o destino das exportações e origens das importações, além das mudanças de intensidade tecnológica nas respectivas pautas.

O terceiro capítulo examina os reflexos das variações cambiais sobre a economia brasileira durante o período de 2000 a 2010, abordando principalmente os impactos do dólar no desempenho dos setores da indústria e agrícola.

O quarto capítulo estuda os resultados das exportações dos setores de soja e calçados primeiramente em nível nacional e, posteriormente, no Rio Grande do Sul, identificando os fatores econômicos que influenciaram no desempenho das exportações desses segmentos selecionados para o presente estudo.

2 COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASILEIRO E DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo traça-se um panorama sobre o desempenho do comércio internacional brasileiro e do Estado do Rio Grande do Sul, primeiramente em um contexto geral e, posteriormente, faz-se uma análise do desempenho dos setores por intensidade tecnológica no período de 2000 até 2010.

2.1 Comércio internacional brasileiro

A balança comercial brasileira foi superavitária durante a maior parte do período, apresentando um saldo médio anual de US\$ 12,8 bilhões. No entanto, conforme demonstrado na figura 1, o saldo comercial brasileiro teve sucessivos déficits desde 1995 até o ano 2000, contrastando fortemente com o avanço da última década. De fato, a balança comercial saiu de um déficit de US\$ 6,6 bilhões em 1998 para atingir um superávit de US\$ 46,4 bilhões em 2006, uma variação absoluta de US\$ 53 bilhões.

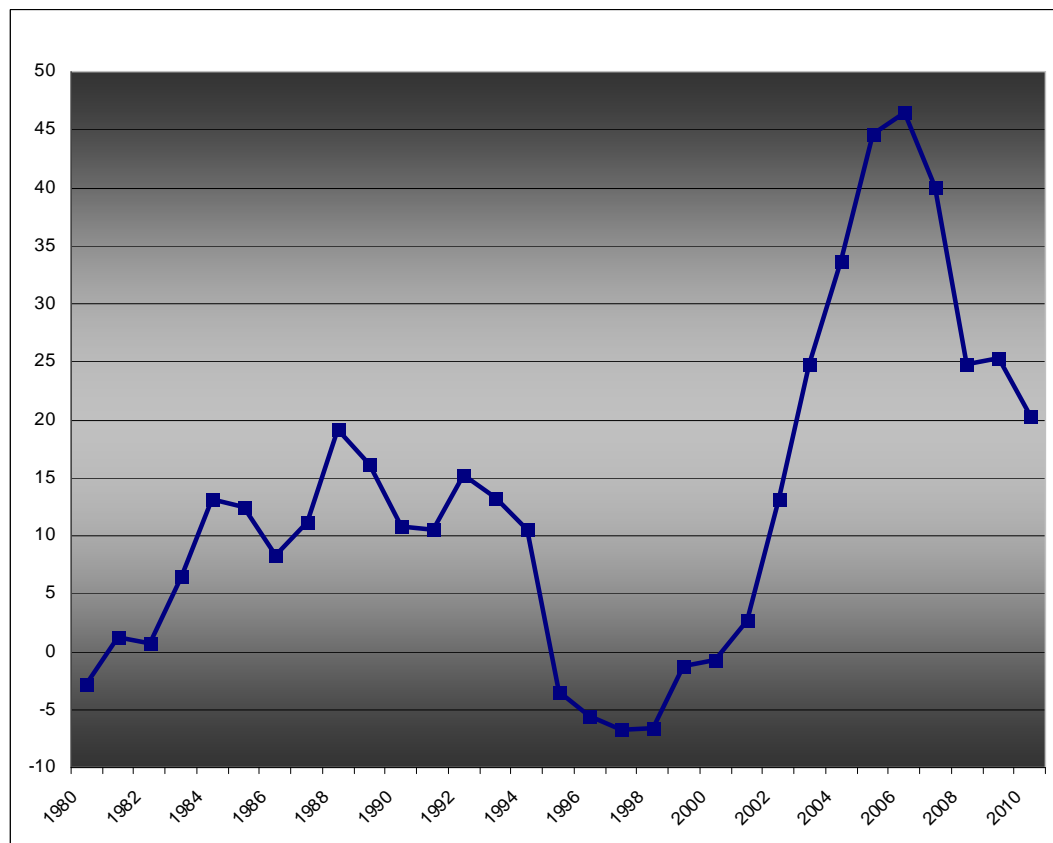


Figura 1: Evolução da balança comercial brasileira US\$ (bilhões) - Período 1980 – 2010
Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEA (INSTITUTO..., 2011)

Com um saldo médio anual de US\$ 32,5 bilhões a partir de 2003, a evolução recente da balança comercial tem sido excepcional mesmo quando comparada com os períodos anteriores, quando o Brasil também registrou superávits de forma consecutiva.

A evolução da balança comercial apresentada na figura 1 pode ser distinguida em fases, em que ocorreram grandes transformações observadas na política econômica, além de uma sequência de crises no cenário nacional e internacional. No entanto, como o foco deste estudo é o período 2000 a 2010, o presente estudo ficará concentrado nos últimos 11 anos.

O resultado deficitário no ano 2000 ainda foi em decorrência dos grandes déficits dos períodos anteriores pós Plano Real. Segundo Ribeiro (2009), os déficits foram consequências da crise asiática desencadeada no segundo semestre de 1997, à qual se seguiu a crise russa em 1998, que provocou uma retração da atividade econômica mundial nos dois anos seguintes. Também houve uma expressiva redução dos preços das *commodities*, o que provocou uma redução de 9,8% a.a. dos preços das exportações no biênio 1998-1999 e a implantação do novo regime de livre flutuação do câmbio, a partir de janeiro de 1999.

Ribeiro (2009) reforça que no período 1999-2002 a economia brasileira foi marcada pelo baixo crescimento da demanda doméstica e pela forte desvalorização da moeda aliada a uma sequência de choques negativos, tais como: racionamento de energia elétrica, em 2001, o ataque às torres gêmeas em Nova Iorque, também em 2001, e os problemas de credibilidade causados pela iminente eleição de Lula para a Presidência da República em 2002.

Consequentemente, a escassez de demanda doméstica e a elevada rentabilidade gerada por um câmbio muito desvalorizado levaram a uma contração das importações e deram um impulso nas exportações, as quais cresceram à taxa média anual de 4,3%. Por isso, o saldo da balança comercial foi aumentando gradativamente até 2002.

Já no período seguinte, compreendido entre 2003 e 2008, houve uma expansão acelerada do comércio exterior.

O estudo do IEDI (INSTITUTO..., 2003) aponta que qualquer análise do desempenho exportador brasileiro não pode deixar de levar em conta o estímulo cambial como pano de fundo do *boom* das exportações brasileiras em 2003. No entanto, outros fatores também foram relevantes como a majoração de preços internacionais de produtos de exportação, a recuperação de mercados tradicionais de exportação e a conquista de novos mercados.

Contudo, o resultado da balança comercial brasileira foi significativamente crescente até 2006, atingindo um superávit máximo de US\$ 46,4 bilhões no período, ou seja, um crescimento de 1630% sobre o ano de 2001, cujo resultado foi de US\$ 2,6 bilhões (primeiro ano com saldo superavitário após uma sequência de seis anos com déficits comerciais).

A partir de 2007, o resultado da balança comercial foi obtendo resultados decrescentes, atingindo o saldo de US\$ 20,2 bilhões em 2010, ou seja, 56,38% menor que o máximo valor atingido em 2006.

Já os US\$ 24,7 bilhões obtidos, como saldo comercial, significaram uma redução de 38,2% em relação ao mesmo período de 2007, quando o saldo comercial atingiu US\$ 40,0 bilhões. Nesse ano de 2008, assim como em 2007, o crescimento do volume de comércio não foi acompanhado de aumento do saldo. Após sucessivas expansões entre anos de 2002 e 2006, o saldo comercial brasileiro acumulou dois anos de quedas expressivas, voltando ao patamar de 2003. A crise financeira internacional certamente determinou a magnitude deste resultado negativo, contudo a tendência de queda já estava presente desde 2007, principalmente devido à exacerbada e artificial valorização do Real que ocorreu neste ano (ALMEIDA, 2009, p.3).

Paralelamente às exportações, as importações brasileiras também tiveram avanços significativos no período 2003 a 2008, o que também justifica os resultados decrescentes da balança comercial a partir de 2007 e a tendência de queda citada por Almeida (2009).

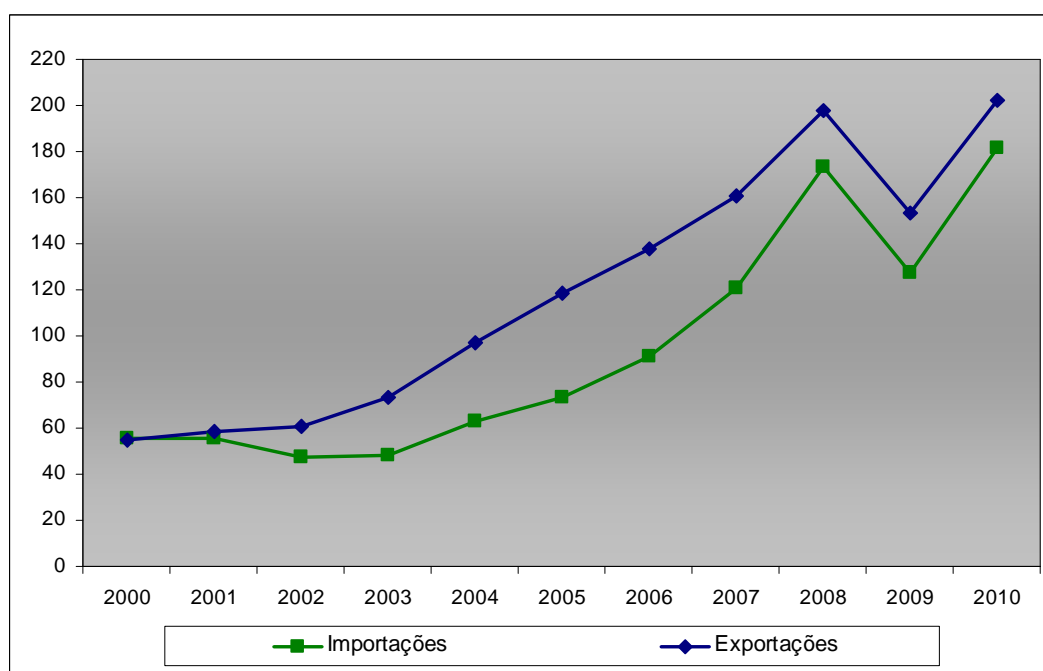


Figura 2: Evolução das importações e exportações brasileiras US\$ (bilhões) - Período 2000 – 2010
 Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEA (INSTITUTO..., 2011)

Como se pode observar na figura 2, a partir de 2003 até o ano de 2008 as exportações brasileiras tiveram um crescimento médio anual de 22%, sendo que esta sequência de altas foi quebrada em 2009 com a retração de 23% em consequência da crise mundial. Em 2008 as exportações atingiram US\$ 197,9 bilhões e as importações US\$ 173,2 bilhões, com um saldo de US\$ 24,7 bilhões.

No que diz respeito ao dinamismo das exportações, no ano de 2008 houve um crescimento de 23,2% em relação a 2007, quando as exportações alcançaram US\$ 160,6 bilhões. Isso corresponde a um incremento superior ao obtido nos anos anteriores, mas inferior ao aumento alcançado em 2004 com relação a 2003, que foi de 32,1%. De acordo com Almeida (2009), cabe notar, contudo, que no último trimestre do ano de 2008 o sinal de evolução das vendas externas do país mudou radicalmente em função da crise internacional, que afetou preços de venda dos produtos nacionais e a capacidade de colocação desses produtos em mercados externos em termos de volume.

No ano de 2010 houve um aumento de 32% das exportações com relação ao ano de 2009, o maior registrado desde 2004. Porém, com relação ao ano de 2008, o aumento de 2,01% não foi tão significativo como os registrados nos anos anteriores. De qualquer forma, o crescimento das exportações em 2010 foi de US\$ 147 bilhões com relação a 2000, ou seja, 266% acima do valor exportado no período inicial do estudo.

Com relação às importações brasileiras, o crescimento foi geral, obtendo uma sequência de altas com médias anuais em torno de 24,84% a partir de 2003 até 2008. Desconsiderando o ano de 2003, cujo incremento das exportações foi de apenas 2,29%, a média anual de 2004 a 2008 passa a ser de 29,35% ao ano. Repetindo o que ocorreu em 2007 e 2006 e ao contrário de anos precedentes, as importações cresceram mais que as exportações em 2008, uma vez que a expansão das compras externas atingiu 43,6% (US\$ 173,2 bilhões em 2008 contra US\$ 120,6 bilhões em 2007). Em 2009, assim como as exportações, houve uma retração de 26,17% das importações em decorrência da crise.

O ano de 2010 se notabilizou pelo espetacular crescimento de 42,2% das importações frente a 2009, impulsionado pelo dinamismo do mercado interno e pelo patamar apreciado da moeda brasileira.

2.1.1 Destinos e origens das exportações e importações brasileiras

As mudanças do comércio internacional brasileiro não se resumem apenas aos aumentos significativos do fluxo de mercadorias exportadas e importadas na última década. Também houve uma variação significativa dos parceiros comerciais. Na tabela a seguir, pode-se observar o crescimento da participação da China e a redução relativa dos demais.

Tabela 1: Participação da China, Estados Unidos, MERCOSUL, ALADI e União Europeia nas exportações e importações Brasileiras - Período 2000 – 2010

Ano	China		Estados Unidos		MERCOSUL		ALADI ¹ (exclusive MERCOSUL)		União Europeia	
	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp
2000	2%	2%	24%	23%	14%	14%	9%	7%	28%	26%
2001	3%	2%	24%	23%	11%	13%	10%	5%	27%	28%
2002	4%	3%	25%	22%	5%	12%	11%	6%	26%	29%
2003	6%	4%	23%	20%	8%	12%	10%	5%	26%	27%
2004	6%	6%	21%	18%	9%	10%	11%	6%	26%	25%
2005	6%	7%	19%	17%	10%	10%	12%	6%	23%	25%
2006	6%	9%	18%	16%	10%	10%	13%	8%	23%	22%
2007	7%	10%	16%	16%	11%	10%	12%	7%	25%	22%
2008	8%	12%	14%	15%	11%	9%	11%	7%	23%	21%
2009	14%	12%	10%	16%	10%	10%	9%	7%	22%	23%
2010	15%	14%	10%	15%	11%	9%	9%	7%	21%	22%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Em termos de participação, a ascensão da China como parceiro comercial tem surpreendido. Em 2000, os principais destinos das exportações brasileiras eram em ordem decrescente: União Europeia, Estados Unidos, MERCOSUL e ALADI (exclusive MERCOSUL), os quais respondiam por 75% das exportações brasileiras totais. Em 2010 esse quadro apresentou duas mudanças importantes:

- a) maior desconcentração geográfica, com os 4 maiores destinos das exportações contabilizando 51%;
- b) confirmação da China como maior destino das exportações brasileiras – posição alcançada já em 2009, quando deslocou os Estados Unidos – absorvendo 14% do total exportado pelo Brasil.

Assim como nas exportações, a China tem avançando, desde 2001, como um dos principais países de origem das importações brasileiras. Os três maiores parceiros – União Europeia, Estados Unidos e MERCOSUL – têm diminuído suas participações, e apenas o bloco ALADI (exclusive MERCOSUL) tem mantido sua participação média de 7% das

¹ O Bloco Econômico Associação Latino-Americana de Integração – ALADI é formado por doze países membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Porém, nesta análise, os resultados dos países membros do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) não estão sendo considerados no Bloco Econômico ALADI em função dos mesmos estarem sendo apresentados especificamente como MERCOSUL.

importações brasileiras. No caso dos Estados Unidos, verifica-se uma tendência de queda mais pronunciada. As compras de produtos oriundos da China têm crescido a um ritmo elevado: em 2001 o Brasil importou do país oriental US\$ 1,31 bilhão. Em 2010 as importações somaram mais de US\$ 25 bilhões. Espera-se que em 2011 a China assuma também a primeira posição nas importações brasileiras.

2.1.2 Exportações e importações brasileiras por intensidade tecnológica

Os setores da indústria de transformação segundo agregações de conteúdo tecnológico, de acordo com metodologia da OCDE, que mostram resultados importantes (detalhes da metodologia e significado das classificações adotadas disponíveis no anexo A), tiveram diferentes desempenhos nas exportações e importações durante o período estudado. Foram discriminados os setores de alta, média-alta, média-baixa e baixa intensidade tecnológica. Além da indústria de transformação, também foram pesquisados os resultados dos produtos não industriais.

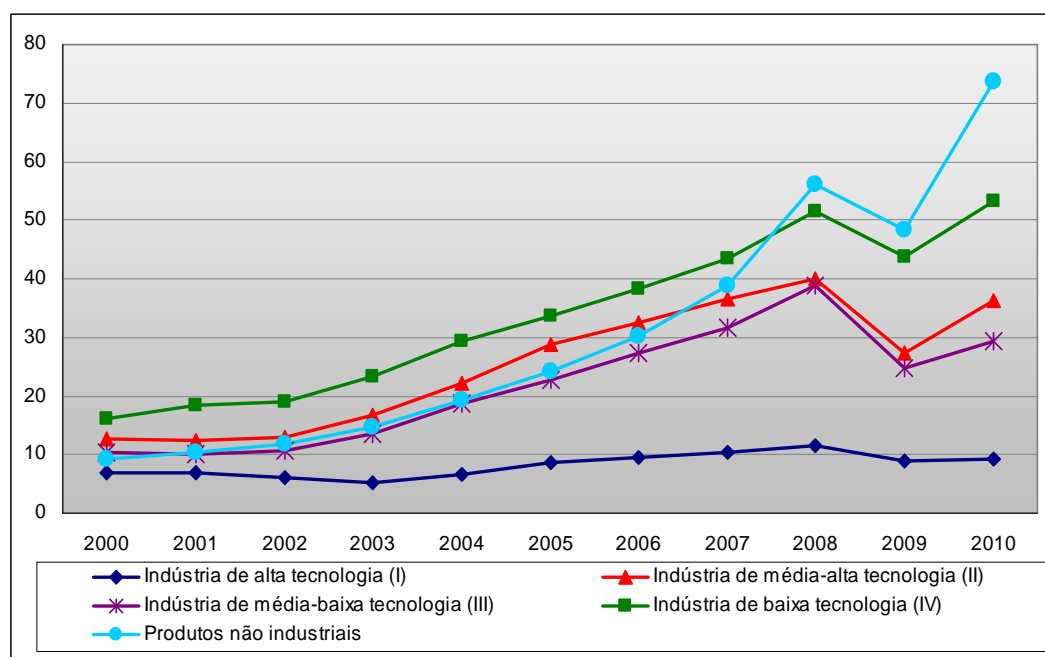


Figura 3: Evolução das exportações brasileiras dos setores por intensidade tecnológica US\$ (bilhões) - Período 2000 – 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Os dados apresentados na figura 3 demonstram que o crescimento das exportações brasileiras no período corresponde ao avanço significativo dos produtos não industriais,

principalmente no último triênio. Os demais setores também contribuíram para o aumento das exportações, exceto o da indústria de alta tecnologia que se manteve estável no período.

Até o ano de 2007, o setor de baixa tecnologia tinha a maior participação na pauta exportadora, ficando o setor de média-alta tecnologia em segundo lugar até 2006.

Os resultados apresentados na tabela 2 demonstram que as exportações da indústria de transformação de média-alta, média-baixa e baixa tecnologia tiveram um crescimento linear anual médio de 13%. Já as exportações do setor da indústria de alta tecnologia apresentaram uma média anual de apenas 5% de crescimento.

Tabela 2: Taxa anual de crescimento e média das exportações brasileiras para os setores por intensidade tecnológica - Período 2001 – 2010

Período	Indústria de alta tecnologia (I)	Indústria de média-alta tecnologia (II)	Indústria de média-baixa tecnologia (III)	Indústria de baixa tecnologia (IV)	Produtos não industriais
2001	2%	-3%	-2%	14%	6%
2002	-15%	5%	7%	4%	4%
2003	-13%	29%	26%	22%	21%
2004	29%	34%	41%	26%	32%
2005	32%	30%	21%	14%	23%
2006	7%	12%	20%	14%	16%
2007	9%	13%	16%	14%	17%
2008	12%	10%	23%	18%	23%
2009	-21%	-32%	-36%	-15%	-23%
2010	3%	33%	19%	22%	32%
Média anual	5%	13%	13%	13%	15%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

É importante destacar o resultado obtido pelos demais produtos (fora da indústria de transformação), que tiveram um crescimento médio de 15% ao ano no período de 2000 até 2010, aumentando consideravelmente a partir de 2003. Para esses produtos, a participação nas exportações brasileiras passou de 16,6% em 2000 para 36,4% em 2010.

Segundo Almeida (2009), esse resultado puxou para cima a expansão total das exportações brasileiras. Como consequência, todos os segmentos da indústria de transformação reduziram sua participação no total das vendas externas, com uma elevação expressiva dos chamados demais produtos. Para Ribeiro (2009), boa parte desse excelente desempenho relaciona-se aos preços, que se multiplicaram por 2,6 entre 2003 e 2008.

Destaca-se o crescimento do mercado consumidor Chinês também como responsável pelo aumento da expansão das exportações brasileiras, conforme já mencionado anteriormente. Diante da importância da China como grande consumidora de produtos brasileiros, inclusive para os demais países, a evolução do comércio exterior da China e a relação comercial entre Brasil-China serão especificamente abordados na próxima seção.

2.1.3 O comércio exterior entre a China e o Brasil

O crescimento vertiginoso do comércio exterior da China também foi relevante para os resultados tanto da indústria de transformação como para os produtos não industrializados no Brasil. Desde 1978, as exportações chinesas se multiplicaram por mais de 160 vezes, crescendo a uma taxa média de 17,2% ao ano. O crescimento das importações, embora tenha sido a um ritmo mais lento, aumentou quase 130 vezes, o equivalente a 16,4% ao ano. O comunicado *As Transformações Estruturais do Comércio Exterior Chinês* (2011) revela que, até o início dos anos 2000, a participação da China nos fluxos de comercialização global não tinha superado 4%. Desde então, as taxas de crescimento das exportações e importações chinesas superiores à taxa mundial impulsionaram a rápida expansão de sua participação, que atingiu, em 2009, o valor de 9,7% no caso das exportações e 7,9% no caso das importações.

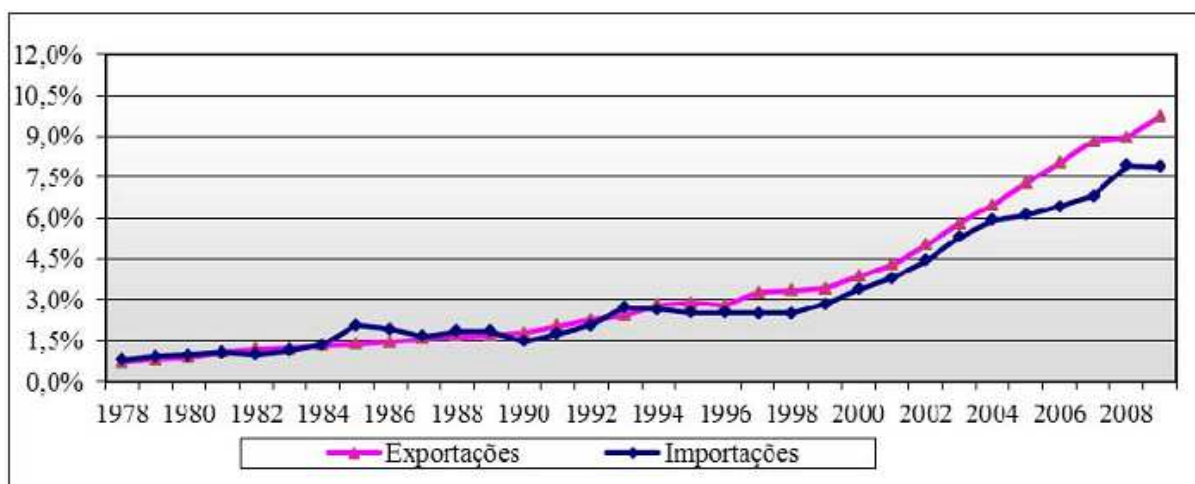


Figura 4: Participação da China nas exportações e importações mundiais - Período 1978 – 2009
 Fonte: AS TRANSFORMAÇÕES..., (2011, p. 6)

As relações comerciais Brasil-China, entre 2000 e 2010, tiveram crescimento superior à elevação do comércio entre o Brasil e o mundo. Entre 2000 e 2010, as exportações brasileiras para a China elevaram-se de US\$ 1,1 bilhão – 2% do total das exportações do Brasil – para US\$ 30,8 bilhões – 15% do total, ao passo que as importações brasileiras da

China cresceram de US\$ 1,2 bilhão – 2% do total – para US\$ 25,6 bilhões – 13% do total. Ao longo desse período, o saldo foi positivo para o Brasil em oito anos.

Tabela 3: Comércio entre Brasil e China US\$ (bilhões) FOB – Período 2000 - 2010

Ano	Exportações para China	Participação	Importações da China	Participação	Saldo comercial
2000	1.085	2%	1.222	2%	-137
2001	1.902	3%	1.328	2%	574
2002	2.521	4%	1.554	3%	967
2003	4.533	6%	2.148	3%	2.386
2004	5.442	6%	3.710	4%	1.731
2005	6.835	6%	5.355	5%	1.480
2006	8.402	6%	7.990	6%	412
2007	10.749	7%	12.621	8%	-1.872
2008	16.523	8%	20.044	10%	-3.522
2009	21.004	14%	15.911	10%	5.093
2010	30.786	15%	25.595	13%	5.191
TOTAL	109.782		97.480		12.302

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Além da expansão no fluxo comercial da China nos últimos anos, também houve uma mudança estrutural na pauta das exportações e importações. Segundo Lardy (2003)² no comunicado As Transformações Estruturais do Comércio Exterior Chinês (2011), a China era pequena exportadora de produtos agrícolas e de petróleo e combustíveis. A partir da década de 1980 passou a deslocar suas exportações em bens intensivos em mão de obra, extremamente abundante e barata no país. Dessa forma, as exportações passaram a se concentrar principalmente em manufaturas leves, tais como têxteis, calçados e brinquedos. Entre 1980 e 1998, a exportação desses itens se multiplicou por mais de 10 vezes, passando de US\$ 4,3 bilhões para US\$ 53,5 bilhões e alcançando em 1998 uma participação de quase 30% das exportações chinesas, e entre 8,5% (no caso dos têxteis) e 20,7% (para os calçados) no total das exportações mundiais desses produtos.

² Lardy, N. R. Trade liberalization and its role in Chinese economic growth. Presentation at IMF/NCAER conference on “A Tale of Two Giants: India’s and China’s experience with reform and growth”, New Delhi, Nov., 2003.

Posteriormente a China manteve-se como grande exportadora dos bens intensivos em mão de obra, no entanto, passou a produzir outros produtos mais intensivos em tecnologia.

Mesmo após essas importantes mudanças na pauta de exportações ocorridas na década de 1990, o ritmo de transformações acelerou-se no início dos anos 2000. Assim, em 2004 a participação dos produtos de média e alta intensidade tecnológica era de, respectivamente 21% e 33% do total das exportações, ao passo que as *commodities* e os bens intensivos em trabalho e recursos naturais obtinham percentuais de 8% e 28% do total exportado, tendência estrutural que foi reforçada nos anos seguintes. Em 2009, ano de repercussão dos efeitos da crise, verifica-se uma acentuação do padrão setorial das exportações, descrito acima, com a participação de produtos de média e alta tecnologia respondendo por 57% da pauta. (AS TRANSFORMAÇÕES..., 2011, p. 8)

O processo de industrialização chinesa acompanhado pelo crescimento acelerado da economia do país impulsionou o volume das importações, tanto de produtos manufaturados quanto de básicos.

Nesse sentido, segundo Machado e Ferraz (2006), com relação ao crescimento da economia chinesa, apresentam-se algumas possíveis mudanças em curso. No âmbito comercial, a dinâmica da economia chinesa pode estar invertendo os termos de troca em favor dos países periféricos produtores de matérias-primas, no médio prazo. Por um lado, a necessidade chinesa de grande quantidade de matérias-primas, alimentos e energia reitera a posição altista dos preços das *commodities*. Por outro lado, a produção de manufaturas chinesas, intensiva em trabalho e em tecnologia, para o mercado interno e para exportação, reforça a posição baixista dos preços desses produtos devido ao efeito escala da produção. Isso tende a gerar mudanças nas estruturas das exportações e importações de diversos países.

Os autores Machado e Ferraz (2006) concluem que no Brasil os embarques de mercadorias brasileiras para a China somente começaram a aumentar de forma mais consistente a partir de 2001. Beneficiados tanto pela mudança da política cambial, que implicou uma significativa desvalorização da taxa de câmbio, como por um crescimento acima do normal da demanda chinesa por produtos tradicionalmente vendidos pelo Brasil, o que parece ter servido finalmente para despertar o empresariado nacional para o impressionante potencial daquele mercado.

Todavia, a pauta de exportações brasileiras vem se concentrando em produtos básicos. Entre 2000 e 2009, os produtos básicos passaram de 68% para 83% da pauta. Os produtos que apresentaram a maior participação das exportações, em 2010, foram minérios (40%), oleaginosas (23%) e combustíveis minerais (13%), que juntos responderam por 76% das exportações brasileiras (Figura 5). Pode-se afirmar que ao longo dos últimos 10 anos, para cada dólar que o Brasil adquire de suas exportações para China, 87 centavos vêm de produtos

primários e de manufaturas intensivas em recursos naturais, 7 centavos dos produtos de média intensidade tecnológica e apenas 2 centavos das vendas de produtos de alta tecnologia. Os produtos brasileiros que detêm participações significativas no total das importações chinesas são: fumo (46%), oleaginosas (35%), preparação de hortícolas e frutas (21%), minérios (19%) e pasta de madeira e celulose (12%) (THORSTENSEN³, 2011 apud AS RELAÇÕES..., 2011).

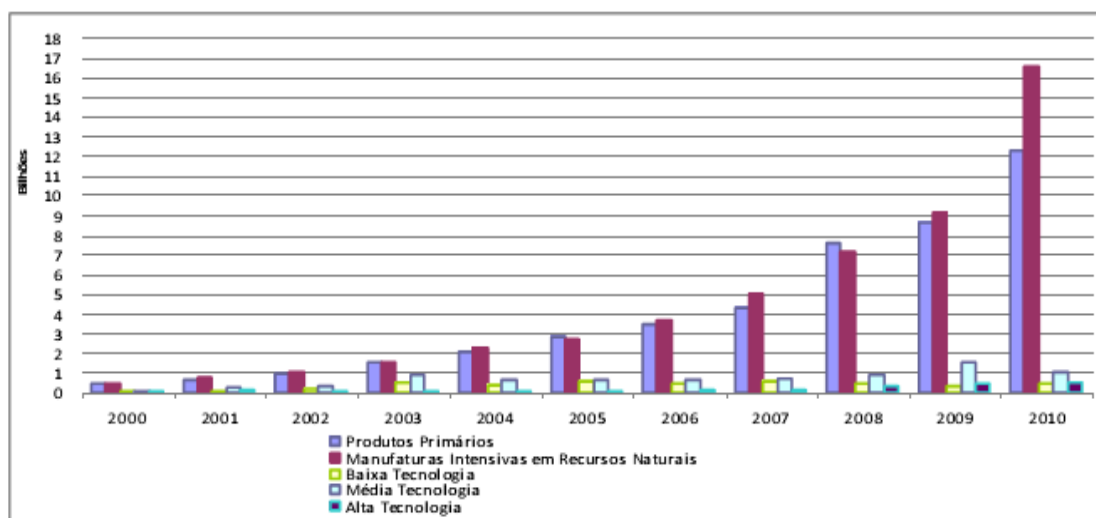


Figura 5: Pauta exportadora do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto - Período 2000 - 2010

Fonte: AS RELAÇÕES..., (2011, p. 6)

A pauta de importação do Brasil com a China por intensidade tecnológica mostra o seguinte comportamento: as importações de produtos de alta tecnologia aumentaram significativamente em termos de valores entre 2000 e 2010, saindo de US\$ 487 milhões em 2000 para US\$ 8 bilhões em 2008 e quase US\$ 10 bilhões em 2010 (Figura 6). A participação chinesa desses produtos no total importado brasileiro nunca foi menos que 36%, atingindo em 2005 uma participação de mais de 50%. Nos dois últimos anos essa participação tem caído ligeiramente, mas com destaque para o aumento das importações de produtos chineses de média intensidade tecnológica de 16% em 2000 para 44% em 2009. Justamente no segmento em que o Brasil tem mais dificuldade de acessar o mercado chinês por meio das exportações. A mesma tendência tem se manifestado no caso dos produtos de média intensidade tecnológica. As participações dos principais produtos chineses importados pelo Brasil em

³ THORSTENSEN, V. Perfil da política e instrumentos de comércio internacional dos BIC's: China, Índia e Brasil. Nota Técnica – Projeto regulação do comércio Global. IPEA: Brasília, março de 2011 (no prelo).

2009 foram: máquinas e aparelhos elétricos (33%), caldeiras e máquinas mecânicas (20%), químicos orgânicos (7%) (AS RELAÇÕES..., 2011).

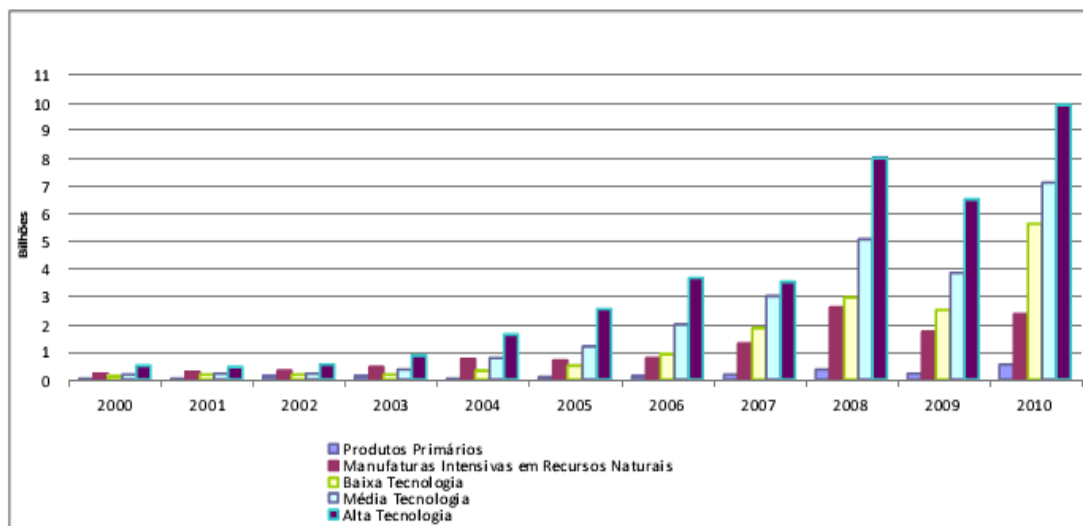


Figura 6: Pauta importadora do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto - Período 2000 - 2010

Fonte: AS RELAÇÕES..., (2011, p. 7)

Dessa forma, o saldo comercial do Brasil com a China, por intensidade tecnológica do produto, registra superávits crescentes nos produtos primários e nas manufaturas intensivas em recursos naturais. Para as demais categorias (baixa, média e alta tecnologia) ocorre um aprofundamento do déficit comercial, particularmente no caso dos produtos de mais alta intensidade tecnológica.

2.1.4 Mudanças na pauta das exportações e importações por intensidade tecnológica no Brasil

Assim como a China, no Brasil também ocorreram mudanças na pauta exportadora. No entanto, o maior crescimento da participação das exportações brasileiras foi dos produtos não industrializados e queda dos demais produtos industrializados.

Na figura 7, pode-se observar que, no geral, a indústria de transformação teve sua participação nas exportações reduzida no período. A participação da indústria de alta tecnologia caiu 7,8% no período, sendo que foi a queda mais expressiva entre os demais setores. O setor de média-alta tecnologia teve a segunda maior queda na participação, 5,2%. Já a indústria de média-baixa tecnologia teve uma redução de 4,0% e o menor índice de redução foi da indústria de baixa tecnologia, com queda de 2,9%.

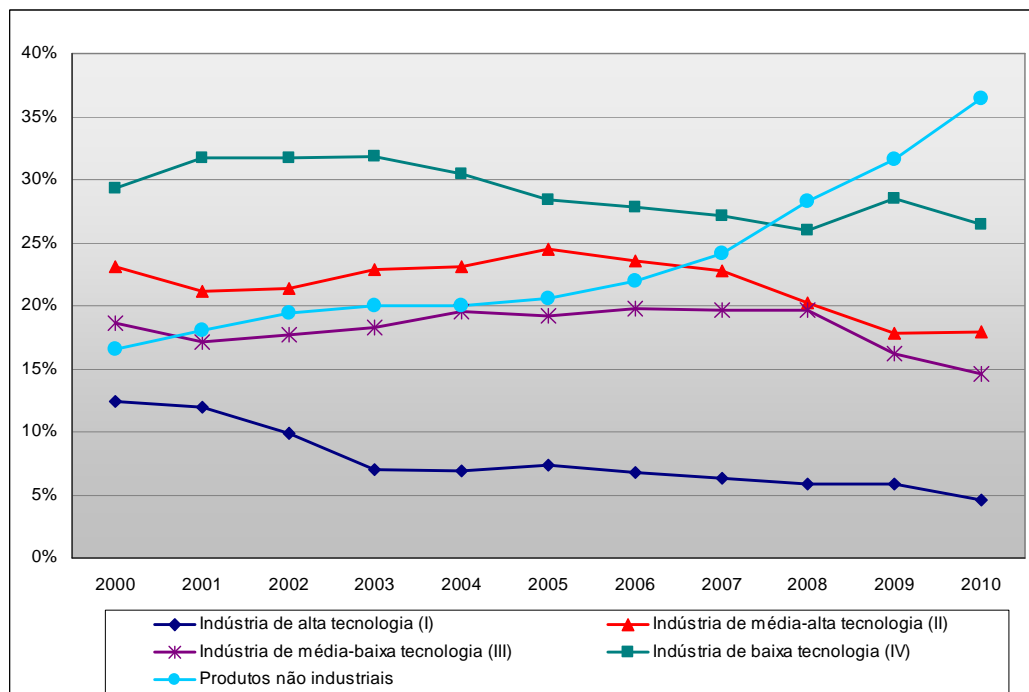


Figura 7: Participação dos setores por intensidade tecnológica sobre o total das exportações brasileiras - Período 2000 – 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Há, dessa forma, evidências de mudanças estruturais na balança comercial do país, com indícios de uma maior concentração do saldo comercial nos setores de produtos não industrializados, especialmente nos setores de *commodities*.

Com relação ao avanço da concentração na pauta exportadora e dos resultados do saldo comercial, Ribeiro (2009, p. 67, grifos do autor) afirma que

[...] é exagero argumentar que há uma excessiva concentração da pauta, ou mesmo sintomas de “doença holandesa”⁴. Na verdade há nada menos que 12 setores “altamente superavitários”, que exportam bens bastante diversos, embora sejam relacionados ou ao agronegócio ou à exploração de recursos minerais, nos quais o país tem claras vantagens comparativas. Isso reflete mais o fato de que o país importa muito pouco desses bens do que uma eventual concentração excessiva de nossas exportações nesses setores.

Segundo o autor, os 12 setores “superavitários” pertencem ao grupo da indústria de média-baixa tecnologia (siderurgia), de baixa tecnologia (madeira e mobiliário; calçados couros e peles; celulose, papel e gráfica; óleos vegetais; beneficiamento de produtos vegetais

⁴ A doença Holandesa, ou a maldição dos recursos naturais, é a crônica sobrevalorização da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos, cuja produção comercial é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais apreciada que a taxa média de câmbio que torna economicamente viáveis os setores de bens comercializáveis que usam tecnologia de ponta. É um fenômeno estrutural que cria obstáculos à industrialização ou, se ela tiver sido neutralizada mas depois deixar de sê-lo, provoca desindustrialização. (PEREIRA, 2009).

e metalurgia não ferrosos) e dos não industriais (extrativa mineral; abate de animais; agropecuária, açúcar e café).

A figura a seguir apresenta os resultados do saldo comercial brasileiro por intensidade tecnológica e reforça o argumento que não existe uma concentração excessiva das exportações nos setores de recursos naturais, salvo em 2010, período em que o setor que vinha apresentando primeiro lugar na balança comercial foi ultrapassado.

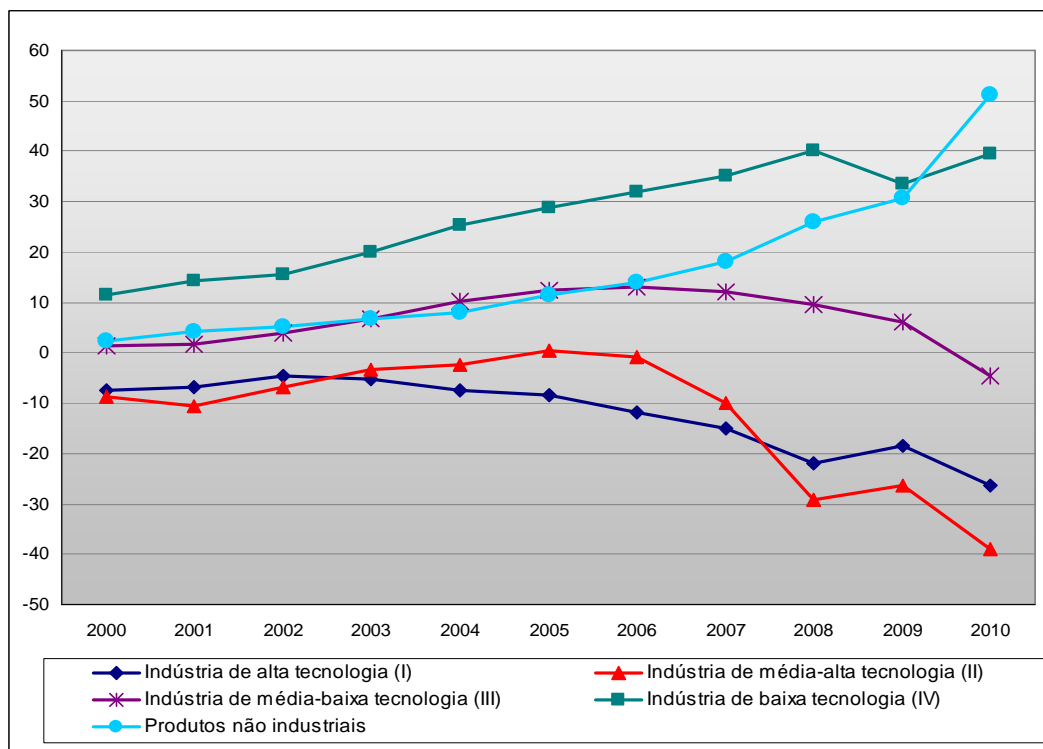


Figura 8: Saldo comercial brasileiro dos setores por intensidade tecnológica US\$ (bilhões) - Período 2000 - 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Observa-se que dois setores tiveram seus saldos superavitários mantidos no período. Porém os demais tiveram uma queda significativa no saldo comercial, principalmente nos setores de alta e média-alta tecnologia, os quais já vinham apresentando resultados deficitários.

Cabe destacar que, apesar do argumento de que não existe concentração excessiva de setores das exportações brasileiras, o aumento dos déficits na balança comercial dos setores de média-alta e alta tecnologia deixa evidente que a demanda por esses produtos não foi atendida pela produção nacional.

Uma das razões para o excessivo déficit foi apontada no estudo do IEDI (INSTITUTO..., 2007), o qual explica que parte expressiva das indústrias de alta e média-alta

tecnologia é caracterizada no intercâmbio mundial por forte comércio intraindústria. Vários desses segmentos industriais são sensíveis à escala de produção e/ ou a estratégias de diferenciação de produto. Dessa maneira, a taxa de câmbio assume papel de sumo relevo à medida que, estando em nível competitivo, possibilita a penetração em novos mercados, mesmo naqueles com presença de plantas concorrentes. Nessas situações, ao adentrar em um novo destino, obriga as unidades locais a se diferenciarem ou mesmo a cederem fatias de mercado. É assim que a empresa exportadora aumenta sua escala e sedimenta um canal de fornecimento. No entanto, sob taxas cambiais desfavoráveis, as indústrias em questão se deparam com dificuldades de monta para não perder sua clientela estrangeira, além de sofrerem a forte concorrência dos importadores no mercado doméstico, o que se torna mais prejudicial à medida que os concorrentes estrangeiros atingem maiores escalas de produção.

Nesse sentido, Pereira (2009, p. 143, grifos do autor) argumenta que

[...] a produção exclusiva de bens intensivos em recursos naturais gera uma externalidade negativa nos outros setores da economia, impedindo-os de se desenvolverem, apesar de usarem tecnologia de ponta. É uma falha de mercado que implica a existência de uma diferença entre a taxa de câmbio que equilibra a conta corrente (que é a taxa de mercado) e a taxa de câmbio que permite a existência de setores econômicos eficientes e tecnologicamente sofisticados (que é a taxa à qual a economia prevê que setores eficientes serão viáveis em mercados competitivos). Somente quando a doença holandesa for neutralizada, o mercado estará apto a desempenhar seu papel de alocar eficazmente seus recursos e de encorajar o investimento e a inovação.

Ribeiro et al. (2009) defendem uma posição mais otimista em relação ao cenário brasileiro. Segundo eles, nos setores intensivos em engenharia e tecnologia e os intensivos em escala, tanto a produção doméstica quanto as importações tendem a se expandir mais fortemente com o crescimento da renda, do crédito e do investimento domésticos, o que tem ocorrido em larga escala nos últimos anos. Isso impacta diretamente tanto a produção doméstica quanto as importações. Embora a conclusão imediata seja de que está ocorrendo substituição de produtos nacionais por importados nesses setores, isso não significa que esteja ocorrendo “desindustrialização”, haja vista que a produção doméstica desses setores tem crescido acima da média da indústria nos últimos anos. Para os autores, a interpretação mais correta aponta para a existência de forte complementaridade entre o desempenho da oferta industrial doméstica e a evolução das importações.

Ribeiro et al. (2009) ainda destacam que esses setores são altamente internacionalizados em todo o mundo por dois motivos. Primeiro, nesses setores as etapas do processo produtivo encontram-se, em geral, distribuídas por diferentes países, criando-se uma rede globalizada de fornecedores que permite elevados ganhos de eficiência produtiva. Em

consequência, países que não adotam esse mesmo esquema de produção perdem competitividade internacional. Destaca-se, ainda, que a participação nesse esquema implica, necessariamente, fluxos elevados tanto de importações quanto de exportações. Em segundo lugar, são setores nos quais predomina o chamado “comércio intraindústria”, em que os países importam e exportam bens da mesma indústria, mas com diferenciação entre si, reforçando o caráter de complementaridade entre a produção doméstica e a importação.

Diante das justificativas acima mencionadas pelos autores, com relação ao desempenho da balança comercial brasileira por intensidade tecnológica, conclui-se que o Brasil não atende às características relacionadas à produção industrial de tecnologias mais elevadas e conseqüentemente mantém como tradição exportações dos setores de produtos não industrializados ou de baixas tecnologias.

2.2 Comércio internacional do Estado do Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, assim como no cenário nacional, acompanhou as mudanças do cenário internacional e a sucessão de medidas econômicas internas para fazer face ao novo padrão de concorrência instalada nos mercados mundiais. Em função disso, o RS teve uma evolução extraordinária em suas exportações no período 2000 até 2008, em que alcançou um crescimento de até 218% com relação ao valor exportado em 2000, representando uma média anual de 16% no período de 2000 até 2008. A partir de 2009 apresentou uma queda de 17% com relação ao ano anterior e uma pequena recuperação de 1% em 2010.

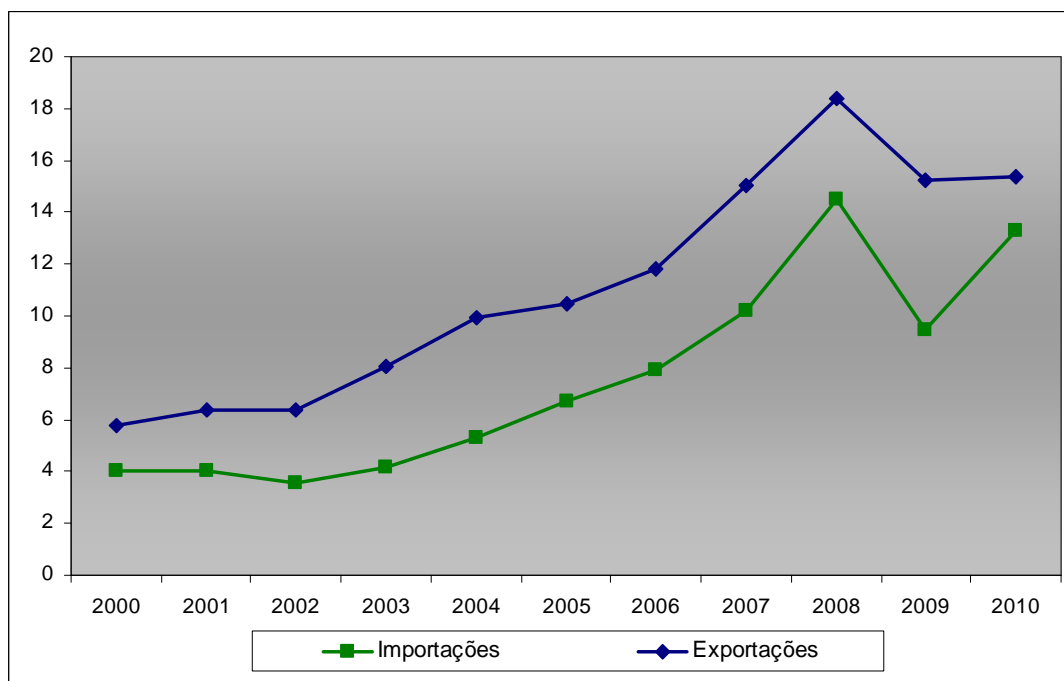


Figura 9: Exportações e importações do Rio Grande do Sul US\$ (bilhões) - Período 2000 - 2010
Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

A posição do Rio Grande do Sul no ranking das exportações por Unidade da Federação oscilou entre a 2ª e 4ª posição durante os períodos de 2003 e 2006. Em 2003, o Estado gaúcho era o segundo principal exportador do país, atrás apenas de São Paulo, mas em 2008 foi ultrapassado por Minas Gerais e Rio de Janeiro. Apesar de o Rio de Janeiro ter atingido a terceira posição em função da elevada extração de petróleo no ano de 2008, foi ultrapassado pelo Rio Grande do Sul, que assumiu a terceira posição em 2009 (AGÊNCIA..., 2010). Em 2010, porém, com participação de 7,63%, o estado caiu novamente para 4ª posição no *ranking* nacional (HOFF, 2011).

A recuperação das exportações do RS em 2010 de apenas 1% foi insignificante quando comparada com a taxa de crescimento nacional, que alcançou 32% com relação ao ano de 2009. Segundo Hoff (2011), essa diferença de resultados entre o RS e o país se deve à decomposição dos resultados em variações de volumes e preços. No Rio Grande do Sul, o crescimento de 1% em valor resulta de uma queda de 8,3% do volume físico exportado, enquanto em nível nacional observou-se um crescimento de 12,4% .

Houve queda no volume físico exportado tanto na agropecuária (com participação de 14,2% no total das exportações do Estado) quanto na indústria de transformação (com participação de 77,9%). Observou-se uma redução de 2,5% do índice de volume da agropecuária, que contribuiu com -0,4 pontos percentuais para a redução total, e uma queda

de 1,7% do índice de volume da indústria de transformação, que contribuiu com -1,3 ponto percentual para o resultado total (HOFF, 2011).

No entanto, Hoff (2011) demonstra que a maior contribuição para o resultado negativo em 2010 é oriunda do item atividades, que representa uma participação menor na pauta das exportações do Rio Grande do Sul.

A maior contribuição para a queda do índice de volume das exportações do Estado em 2010, porém, adveio da categoria “outros”. Esse agregado foi construído de forma arbitrária, com o objetivo de consolidar algumas atividades que constam na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), mas cuja participação é residual nas exportações do Estado. Inclui, por exemplo, as exportações ligadas a atividade de pesca, prestação de serviços às empresas (consultorias, por exemplo), atividades culturais e desportivas, e, em 2009, as exportações de energia elétrica. Em condições normais, o volume exportado por esses segmentos é bastante baixo, se comparado ao comumente observado na agropecuária e na indústria de transformação. Em 2009, porém, esse agregado foi inflado pela regularização contábil de operações de vendas de energia elétrica para a Argentina, que vinham sendo feitas pelo Brasil, via Rio Grande do Sul, desde 2007⁵. Como essas operações não se repetiram em 2010, houve uma queda significativa de 85,6% no volume exportado por este segmento, que contribuiu com 6,7% pontos percentuais para o resultado global. Na ausência desse evento, o índice do volume das exportações do Estado teria registrado uma queda de 1,7% em 2010 – que é bastante inferior à que foi efetivamente observada, mas ainda assim representa uma redução do volume exportado. (HOFF, 2011, p.43)

Segundo Bello, Teruchkin e Garcia (2010), no ranking dos estados exportadores, entre os anos de 1980 e 2008, o RS foi o terceiro colocado na grande maioria das vezes, perdendo apenas para São Paulo e Minas Gerais; e, naqueles anos em que não foi o terceiro, ocupou o segundo lugar, atrás apenas de São Paulo. Ao longo das décadas de 80 e 90 do século passado e nos primeiros anos do século XXI, mais especificamente até 2004, a participação percentual das exportações gaúchas no total das exportações brasileiras sempre foi acima dos 10%, mesmo quando sua taxa de crescimento era pior do que a das vendas externas do País. Seu maior índice ocorreu em 1993, quando respondeu por 13,4% do valor exportado pelo Brasil.

No período 2000-2004 a participação média no período foi de 10,6%. No entanto, a partir de 2005, conforme demonstrado na figura 10, a representatividade do estado caiu para um dígito, tendo alcançado seu menor nível em 2010, quando contribuiu com apenas 7,6% do

⁵ A receita obtida com as vendas externas de energia elétrica, na verdade, referem-se basicamente a onze operações (vendas) realizadas pelo Brasil — através do Rio Grande do Sul — para a Argentina desde 2007. Havia algumas divergências sobre o montante correto dos recursos e, além disso, o Brasil passou a cumprir uma determinação da ONU e considerar, a partir de 2007, a energia elétrica como um bem físico e, portanto, incluído na balança comercial, e não mais na balança de serviços. Por esses motivos, os valores referentes às operações mencionadas foram todos lançados em 2009 (Garcia, 2010, p. 75 apud Hoff, 2010, p. 43). GARCIA, Álvaro Antonio. As exportações gaúchas em 2009. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 71-84, 2010.

total vendido pelo País ao exterior. Diante disso, o período 2005-10 registrou em média 8,9% de participação do estado ao longo do período analisado.

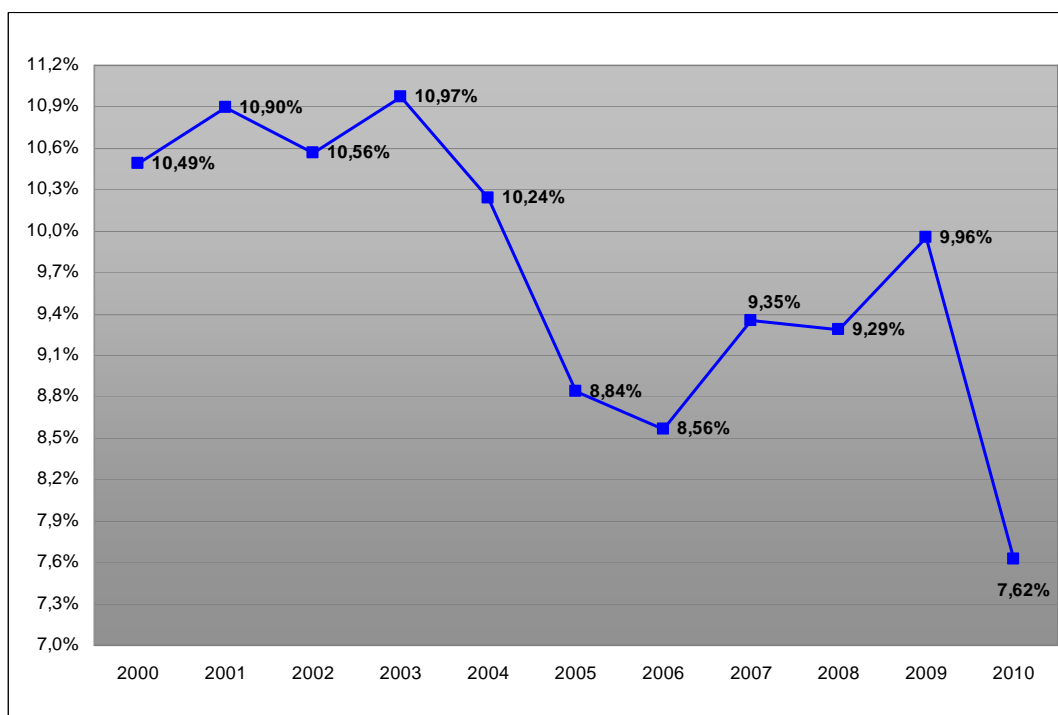


Figura 10: Participação do Rio Grande do Sul sobre as exportações brasileiras - Período 2000 - 2010
Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Bello, Teruchkin e Garcia (2010) atribuem a queda da participação das exportações gaúchas no total do País à retração nas vendas de calçados ao exterior, decorrente da maior concorrência dos calçados asiáticos, em especial dos chineses, que elevaram seu *market share* em mercados antes ocupados pelos calçados brasileiros. Também consideram que grande parte da perda de participação nos anos de 2005 e 2006 pode ser atribuída à frustração de safra decorrente da estiagem, embora, em 2006, os prejuízos com a seca tenham sido menores.

Outra razão que influenciou na perda da participação do RS, bem como de outros estados exportadores (SP, MG, PR e SC), foi o aumento da representatividade de outras unidades da federação. Bello, Teruchkin e Garcia (2010) citam três causas para este ganho de participação de outros estados da federação. Entre eles estão:

- a) a elevação do preço do petróleo que contribuiu para que estados exportadores dessa *commodity* e de seus derivados auferissem ganhos de receita, permitindo aumentar sua parcela nas exportações do País, como foi o caso do Rio de Janeiro;

- b) o crescimento das exportações de soja pela Região Centro-Oeste do País também colaborou para essa redução de representatividade do Estado;
- c) a transferência e/ou a instalação de novas unidades calçadistas do RS para a Região Nordeste do País, aumentando as exportações dessa mercadoria por alguns estados daquela região, ao mesmo tempo em que atuou em detrimento das vendas externas de sapatos pelo RS. Ou seja, houve um desvio das vendas de calçados, que deixaram de ser embarcados pelo RS e passaram a ser exportados pelos novos estados produtores.

Assim como nas exportações, as importações do RS cresceram constantemente no período de 2000 até 2010, exceto em 2002 e 2009, anos em que sofreram respectivas quedas de 13% e 35% com relação aos anos anteriores. No entanto, como se pode observar na figura 9, o RS apresentou um saldo comercial positivo constante no período estudado. Porém, em 2010 o saldo diminuiu 64%, voltando para o patamar de 2001.

Além do baixo crescimento das exportações em 2010, já mencionado anteriormente, nesse período houve um crescimento de 40% das importações no Rio Grande do Sul com relação ao ano de 2009, também impulsionado pelo dinamismo do mercado interno e pelo patamar apreciado da moeda brasileira.

2.2.1 Destinos e origens das exportações e importações do Rio Grande do Sul

A distribuição geográfica das exportações gaúchas passou por mudanças significativas ao longo do período em análise (2000-2010). Conforme apresentado na tabela 4, nos últimos 11 anos, mercados tradicionais como os Estados Unidos reduziram praticamente à metade sua participação conjunta, passando de 27% em 2000 para 15% em 2010. Segundo Bello (2010), isso ocorreu a despeito de o Brasil ser beneficiário do Sistema Geral de Preferências (SGP)⁶ tanto dos Estados Unidos como da União Europeia. Além da concorrência de vários países nesses mercados, devem-se enfatizar as barreiras não tarifárias existentes, especialmente na

⁶ O funcionamento do Sistema Geral de Preferências (SGP) foi idealizado no âmbito da UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, tendo como base a lógica cepalina, preconizada pelo economista argentino Raul Prebisch. O SGP foi assim idealizado para que mercadorias de países em desenvolvimento pudessem ter um acesso privilegiado aos mercados dos países desenvolvidos, em bases não recíprocas, superando-se, dessa forma, o problema da deterioração dos termos de troca e facilitando o avanço dos países beneficiados nas etapas no processo de desenvolvimento. Por meio do SGP, certos produtos, originários e procedentes de países beneficiários em desenvolvimento (PD) e de menor desenvolvimento (PMD), recebem tratamento tarifário preferencial (redução da tarifa alfandegária) nos mercados dos países outorgantes desse programa: União Europeia (27 Estados Membros), Estados Unidos (inclusive Porto Rico), União Aduaneira da Eurásia (Cazaquistão, Rússia e Belarus), Suíça, Japão, Turquia, Canadá, Noruega, Nova Zelândia, e Austrália (esse último concede o benefício apenas aos PMD do Pacífico Sul).

área agrícola, como importante fator restritivo das exportações brasileiras e gaúchas, constituindo-se em um “novo protecionismo”. Concomitantemente, houve um acréscimo da representatividade das vendas para MERCOSUL, ALADI (exclusive MERCOSUL), Ásia e Oriente Médio. Enquanto os principais países europeus, como Alemanha, Reino Unido, Itália, Países Baixos, Espanha e França diminuíram sua parcela nas exportações gaúchas, as vendas para China, Rússia, Arábia Saudita e África do Sul aumentaram consideravelmente, seja por estratégias empresariais, pelo crescimento dessas economias e/ou pelo aproveitamento dos “ventos favoráveis” aos negócios do plano internacional.

O crescimento das exportações brasileiras para a China também ocorreu para o Rio Grande do Sul, passando de quase 4% no ano 2000 para 16% em 2010.

Assim como nas exportações, a China teve um crescimento na participação das importações do Rio Grande do Sul, passando de 1% em 2000 para 6% em 2010. Em valores importados, essa participação salta de 36 milhões de dólares em 2000 para 769 milhões de dólares no ano de 2010. Já os Estados Unidos tiveram sua participação reduzida pela metade no período analisado. Assim como no cenário nacional, os mercados fornecedores tradicionais estão perdendo para outros países que não tinham o Brasil e o Rio Grande do Sul como compradores de seus produtos.

Tabela 4: Participação da China, Estados Unidos, MERCOSUL, ALADI e União Europeia nas exportações e importações do Rio Grande do Sul - Período 2000 – 2010

Ano	China		Estados Unidos		MERCOSUL		ALADI (exclusive MERCOSUL)		União Europeia	
	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp
2000	4%	1%	27%	12%	17%	37%	9%	6%	22%	16%
2001	6%	1%	25%	13%	13%	30%	9%	5%	22%	20%
2002	7%	1%	29%	13%	6%	28%	9%	4%	21%	19%
2003	9%	2%	22%	11%	10%	30%	8%	3%	21%	17%
2004	7%	2%	20%	8%	12%	27%	11%	4%	19%	15%
2005	5%	3%	18%	6%	14%	27%	12%	5%	19%	12%
2006	6%	4%	15%	6%	14%	31%	11%	3%	19%	11%
2007	10%	4%	12%	6%	15%	32%	10%	2%	19%	11%
2008	10%	5%	13%	6%	14%	28%	10%	4%	19%	10%
2009	16%	5%	8%	6%	19%	33%	8%	7%	19%	12%
2010	16%	6%	8%	6%	17%	29%	10%	6%	20%	11%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Bello (2010) destaca que, além da China, Japão, Hong Kong, Coreia do Sul e Indonésia também são importantes destinos das exportações gaúchas para a Ásia. Esses cinco destinos mais do que dobraram sua participação nas vendas externas do RS, tendo em vista as elevadas taxas de crescimento das aquisições de produtos gaúchos, quando se comparam os dados de fins da década de 80 com os de 2010.

As exportações gaúchas para a Ásia elevaram-se substancialmente, passando de US\$ 772,7 milhões em 2000 para US\$ 3.850,5 milhões em 2010. Com isso, a representatividade do bloco, que era de 13% no ano 2000, passou para 25% em 2010. O desempenho das vendas gaúchas deveu-se, principalmente, à evolução da economia chinesa ao longo desses anos, cujo resultado foi um forte crescimento de suas importações, em especial de *commodities*. Assim, o mercado asiático absorveu parcela importante de bens agrícolas e agroindustriais, vendidos pelo estado, com destaque para o complexo da soja grão, torta e óleo, o tabaco não manufaturado e as carnes de frango.

Quanto à redução da participação para os Estados Unidos, Bello (2010) informa que o produto mais exportado pelo estado, no período 1989-2008, foi calçado de couro, sendo que o mercado norte-americano chegou a absorver cerca de 65% do valor total desse produto em 1989-93, mas foi diminuindo sua participação ao longo dos anos, atingindo pouco mais da metade das vendas de calçados gaúchos no início dos anos 2000 e menos de 30% do valor embarcado no quinquênio 2004-08. Isso ocorreu devido à grande concorrência dos países asiáticos, em especial da China, aliado à forte valorização do real em relação ao dólar desde 2004, a qual retirou competitividade dos produtos gaúchos nesse mercado, em particular dos intensivos em mão de obra, e do aumento das exportações via Nordeste.

A participação do MERCOSUL nas exportações reduziu-se de forma mais acentuada em nível nacional do que no RS. Os argumentos de Bello (2010) que explicam essa afirmação foram a crise externa brasileira, que começou em fins de 1998 e culminou na desvalorização cambial do início de 1999, a crise econômico-financeira da Argentina, que se agravou a partir de 2000 e eliminou a paridade peso-dólar no começo de 2002, e a recessão no Uruguai. Esses foram alguns dos fatores que contribuíram para essa redução, sendo que o período 1999-2003 foi crítico para o bloco. No entanto, a adoção de câmbio flutuante por Brasil e Argentina e a recuperação de parte da paridade cambial peso-real, aliado ao expressivo crescimento da economia argentina, após a crise de 2001-02, possibilitaram, nos anos seguintes, a revitalização das exportações gaúchas para o MERCOSUL, apesar das inúmeras salvaguardas adotadas pela Argentina. Não obstante esse acréscimo das exportações, no quinquênio 2004-08, a participação do bloco nas exportações gaúchas foi, em média, de 14%, depois de já ter

representado 16% no período 1994-98. Porém, no biênio 2009-10 a participação média do MERCOSUL atingiu 18% nas exportações do RS.

O bloco ALADI (exclusive MERCOSUL) manteve sua média de participação no período estudado, tanto no nível nacional como no estadual. No entanto, Bello (2010) destaca que, em relação a períodos anteriores, a representatividade das exportações gaúchas para o bloco quase dobrou.

Segundo Bello (2010), México, Chile e Venezuela são os principais destinos dentro do bloco, tanto para o Brasil como para o estado, os quais tiveram uma participação conjunta crescente ao longo das últimas décadas. Destacam-se as vendas para a Venezuela, país que passou a ter maior importância comercial como futuro membro do MERCOSUL, em especial com a assinatura do protocolo de adesão ao bloco, apesar de este ainda não ter entrado em vigor.

Outros fatores citados por Bello (2010) que favorecem as vendas brasileiras para a ALADI (exclusive MERCOSUL) são as proximidades geográficas dos países que compõem o bloco e os acordos preferenciais, sendo a pauta de exportação para a região composta preponderantemente de produtos manufaturados de maior valor agregado.

A participação da União Europeia nas exportações do Rio Grande do Sul, apesar de ter se demonstrado estável no período analisado, teve uma queda significativa se comparada com períodos anteriores a 2000-10. Segundo Bello (2010), as causas foram as falhas nas negociações comerciais com a União Europeia, cujos conflitos mais notáveis foram devido aos subsídios concedidos aos produtores europeus, às barreiras tarifárias a determinados produtos agrícolas considerados sensíveis e às barreiras não tarifárias de caráter técnico, sanitário e/ou administrativo, utilizadas para dificultar a entrada de produtos importados extra bloco.

O comportamento crescente das vendas gaúchas para o Oriente Médio é destacado por Bello (2010), sendo que este bloco dobrou sua representatividade na pauta, atingindo 5,7% em 2004-10. Enquanto, de 1989 a 2000, o crescimento das vendas para essa região foi relativamente pequeno e assistemático, com taxas positivas e negativas, de 2000 a 2008 verificou-se um incremento contínuo, com taxas superiores a 500%, tanto em nível nacional como estadual. Isso pode ser explicado, em parte, pelo aumento da disponibilidade de recursos naquela zona geográfica com os acréscimos do preço do petróleo, o que provocou uma melhora no padrão de consumo da região.

2.2.2 Exportações e importações do Rio Grande do Sul por intensidade tecnológica

O desempenho das exportações do Rio Grande do Sul por intensidade tecnológica foi semelhante ao brasileiro. Porém, conforme apresentado na figura 11, a indústria de baixa tecnologia se manteve à frente das exportações de produtos não industriais durante todo período analisado, exceto em 2009, em que houve uma pequena diferença de 1,9% a favor dos não industrializados. No cenário nacional, esse segmento ultrapassou e se manteve à frente dos demais a partir de 2008, tendo como destaque o excelente desempenho no ano de 2010, período em que atingiu 36,4% de participação da pauta exportadora brasileira.

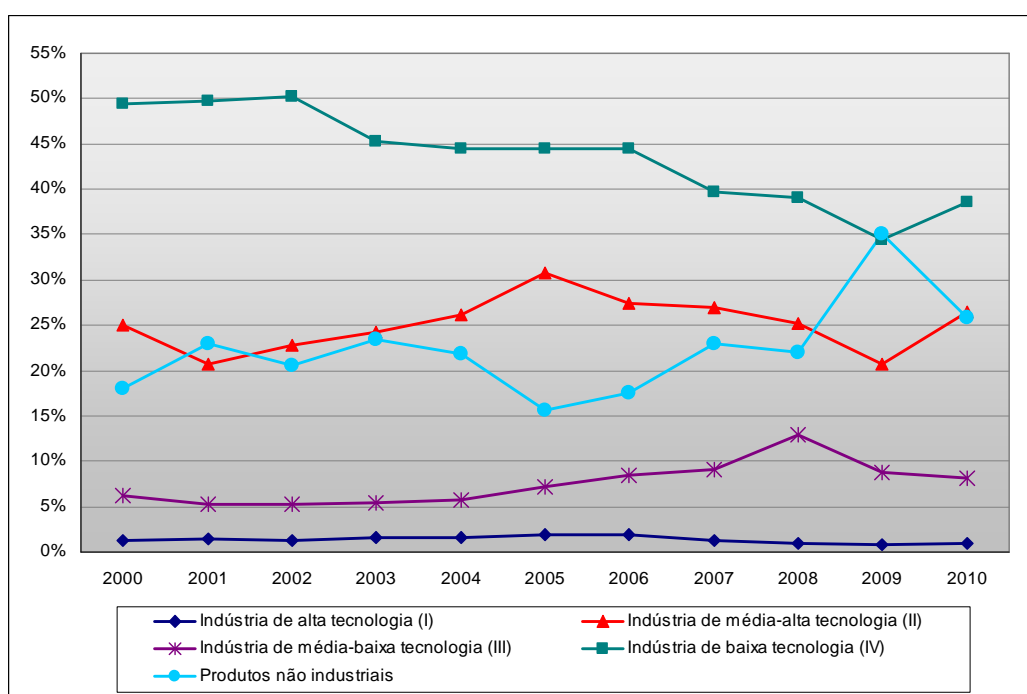


Figura 11: Participação dos setores industriais por intensidade tecnológica sobre o total das exportações do Rio Grande do Sul - Período 2000 – 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Analisando as vendas do Rio Grande do Sul ao exterior entre 2000 e 2010, percebe-se que os produtos não industriais tiveram sua participação elevada de 18,1% em 2000 para 25,8% em 2010, sendo que no ano de 2009, período com a maior participação desse segmento, o resultado foi de 35,1%. Segundo Garcia (2009), em números absolutos, também houve um crescimento da quantidade de mercadorias desse agregado incluída entre as cinquenta mais importantes na pauta exportadora: eram dezessete no período anterior ao analisado nesta pesquisa, passando a vinte e duas no último. Garcia (2009) também observou que os quase dez pontos percentuais ganhos pelos produtos intensivos em recursos naturais,

ou não industriais, no decorrer dos períodos analisados, não foram resultado de uma evolução lenta e gradual. Na verdade, aconteceu um salto no último período. Em boa medida porque, no último triênio, ocorreu um expressivo crescimento nos preços das *commodities* agrícolas devido, dentre outros fatores, à expansão econômica internacional – em particular a da China – e à especulação nos mercados futuros. No caso das carnes, tanto a de frango quanto a suína, embora o pulo mais expressivo nos preços tenha acontecido no ano de 2008, houve crescimento desses preços e também das quantidades comercializadas no exterior, ao longo de todo período. Em relação à soja, o comportamento não foi semelhante: além dos preços recuarem em 2005 e 2006, houve uma grande frustração na colheita de 2005 devido a problemas climáticos. Nesse ano, as exportações do grão foram, em dólares, apenas 17% do que haviam sido em 2004 que, por sua vez, já haviam sido 75% das exportações do ano anterior.

Os dados referentes ao comportamento dos produtos de baixa tecnologia, ou seja, intensivos em trabalho, são aqueles que mais chamam a atenção, pela sua queda ao longo do tempo. No período 2000-2002, esses bens representavam 49,8% do total exportado pelo estado. Depois, entre 2003 e 2007, tiveram sua representatividade diminuída para 45,7% e, por fim, apresentaram uma redução vertiginosa no último triênio, quando tiveram uma participação de 37,9% sobre o total.

Garcia (2009) observou que essa redução deveu-se, principalmente, à perda da participação das receitas com calçados de couro natural, que no período anterior era 30,6%, e, no último, apenas 10,1% do total das cinquenta mercadorias mais exportadas pelo estado. O calçado gaúcho foi perdendo mercado internacional principalmente para a China e, mais tarde, para o Vietnã e outros países cujo custo da mão de obra era muito inferior àquele praticado no estado, além do Nordeste. Com a perda da competitividade, os calçadistas gaúchos procuraram agregar valor ao seu produto, através de *design* e desenvolvimento de marca, dentre outras medidas. Isso, entretanto, embora em alguns casos tenha se traduzido em elevação do preço médio do sapato e/ou no ganho de algum nicho de mercado, mostrou-se insuficiente para impedir a expressiva queda no valor total das exportações do produto. Mesmo as vendas externas de calçados de borracha, plástico e matérias têxteis, que tiveram alguma expressão nos períodos intermediários, já não conseguiram sustentar essa posição no período final.

Castilhos, Calandro e Campos (2010) salientam que o encolhimento dessa atividade, no Rio Grande do Sul, deveu-se também ao deslocamento de plantas industriais para a Região Nordeste, em busca da redução dos custos de produção.

Porém Castilhos, Calandro e Campos (2010) observaram que algumas atividades do grupo de baixa intensidade tecnológica evoluíram positivamente no período, com destaque para a indústria do fumo, que cresceu a uma taxa média anual de 7,89%, o que lhe garantiu um ganho de representatividade de 2,51 pontos percentuais. Essa indústria recebeu um aporte expressivo de investimentos na segunda metade dos anos 90, e o Rio Grande do Sul tornou-se o maior polo processador de fumo em folha do Brasil. A participação da indústria fumageira gaúcha na produção nacional chegou a 73,5% em 2002, diminuindo para 48,6% em 2007, por conta da transferência de plantas industriais para Santa Catarina.

Os produtos de média-alta tecnologia apresentaram bom desempenho crescente entre 2000 e 2005. No primeiro período a sua representatividade foi de 25,1% do total exportado e após queda de 5% em 2001, apresentou uma evolução consecutiva até 2005, atingindo participação de 30,7%. Nos períodos posteriores, entre 2006 e 2009, esse segmento foi perdendo participação, chegando ao mesmo percentual de 20,7% apurado em 2001. Em 2010, o segmento teve uma recuperação de 5,7%. Segundo Garcia (2009), apesar desse agregado quase duplicar sua participação no total entre os períodos anteriores a 2000-2010, o número de seus produtos inseridos entre os cinquenta mais exportados diminuiu, passando de quatorze entre 1989 e 1993 para dez entre 2004 e 2010. Perderam importância relativa os produtos de metalurgia básica e as proteínas de soja e ganharam representatividade os produtos petroquímicos e os da indústria metal-mecânica vinculada à área automotiva e/ou agrícola.

Esses segmentos passaram por um profundo processo de reestruturação produtiva, em níveis regional e nacional, e também receberam aporte expressivo de novos investimentos para modernização, ampliação e novas plantas industriais na segunda metade dos anos 90.

Destacam-se, aqui, os investimentos direcionados ao setor químico e petroquímico e veículos. A indústria de máquinas e implementos experimentou, inclusive, importantes alterações patrimoniais, com a entrada de capitais estrangeiros, paralelamente aos efeitos benéficos de sucessivas safras agrícolas recordes. O direcionamento de parcela expressiva da produção para o mercado externo, a substituição de insumos nacionais por importados, baixando os custos de produção, e o crédito subsidiado, principalmente no caso do Programa de Modernização da Frota Agrícola (Moderfrota) em 2000, que liberou expressiva quantidade de recursos a juros reduzidos para o financiamento da compra de equipamentos, também têm contribuído sobremaneira para as elevadas taxas de crescimento médio anual da indústria de máquinas e equipamentos. (CASTILHOS; CALANDRO; CAMPOS, 2010, P. 45).

Justifica-se o rápido crescimento da participação das atividades do complexo químico através pela duplicação da capacidade de produção da central de matérias primas do Polo Petroquímico de Triunfo, que recebeu uma injeção de capitais estrangeiros em empresas de

segunda geração petroquímica. Já o setor de fabricação e montagem de veículos foi ampliado com a entrada em funcionamento da planta da montadora *General Motors* – GM em Gravataí no ano 2000. A GM adotou uma estratégia de produção de um veículo mundial, de baixos custos e preço e em larga escala, direcionado para o mercado tanto externo como interno (CASTILHOS; CALANDRO; CAMPOS, 2010)

Um complexo exportador como a *General Motors* no RS agrupa em torno de si um conjunto de empresas fornecedoras que, por sua vez, compram de outras empresas localizadas no estado, as quais adquirem bens e serviços locais. Os efeitos da empresa exportadora também podem ocorrer pela venda de insumos para empresas da área. Esse é o exemplo de empresas de autopeças que fornecem insumos para a indústria automobilística do centro do País, assim como para a própria GM no RS. (SOUZA, 2002)

A participação do grupo de alta tecnologia manteve-se abaixo do patamar de 2% entre 2000 e 2010. Castilhos, Calandro e Campos (2010) informam que a tentativa de criação de um polo de informática limitou-se ao desenvolvimento de software e à instalação de uma grande empresa montadora de microcomputadores. A atividade possui, contudo, expressiva representatividade na produção nacional.

De modo geral, constata-se que as atividades com maior dinamismo no período 2000-2010 foram as classificadas no grupo baixa intensidade tecnológica, que representaram 43,6% de participação e a indústria de média-alta tecnologia, com média de 25,1% de participação. Na terceira colocação está o segmento dos produtos não industrializados, com participação de 22,4%. Os segmentos de média-baixa e alta tecnologia tiveram as respectivas participações de 7,5% e 1,4% no período.

3 REFLEXOS DO CÂMBIO SOBRE A ECONOMIA NO BRASIL

No capítulo anterior foram apresentados dados do comércio internacional brasileiro e gaúcho, os quais abordaram as causas apontadas por alguns pesquisadores para os resultados apresentados. O que se pode observar até o presente momento foram ocorrências de uma série de questões macro e microeconômicas que impactaram os resultados das exportações e importações e da economia como um todo, sejam eles no cenário mundial, nacional ou estadual. Dentre essas questões, destacam-se a majoração dos preços internacionais, a conquista de novos mercados, a questão da valorização do real, os ciclos econômicos mundiais, o aumento do dinamismo do mercado interno, o crescimento da China, a concentração das exportações brasileiras em *commodities*, a desaceleração da indústria, dentre outras que estão mencionadas neste trabalho.

Como a questão principal deste trabalho são os resultados das exportações, os quais consequentemente afetam o desempenho da economia como um todo, não se pode deixar de abordar a questão cambial. Pessoa (2011) descreve o câmbio como “[...] o preço macroeconômico básico e mais complexo que há. Isso porque o câmbio, ao mesmo tempo que é um preço importante no equilíbrio do mercado de bens e serviços da economia, é também um ativo [...]”.

3.1 Reflexos do câmbio sobre a indústria brasileira

Segundo Bello (2005), o câmbio é considerado um dos mais importantes preços macroeconômicos, sendo determinante não só do comportamento da balança comercial, mas de todo o balanço de pagamentos, além de manter relação com os salários reais, com o consumo, com a poupança interna e com o investimento, influenciando também nos níveis de inflação.

No Brasil foi instituído um regime de câmbio flutuante em 18 de janeiro de 1999. A partir dessa data, a autoridade monetária deixaria que o mercado definisse a taxa de câmbio, nos segmentos livre e flutuante, vindo a intervir ocasionalmente com o objetivo de conter movimentos desordenados da taxa de câmbio (BACEN⁷, 1999 apud PRATES, 2010).

No entanto, a partir dessa mudança de regime cambial, a economia passou por diferentes contextos financeiros internacionais, desde períodos de escassez de fluxos de

⁷ O regime de câmbio flutuante foi instituído pelo Comunicado nº 6.565 de 18 de janeiro de 1999, do Banco Central do Brasil.

capitais até um ambiente de abundância de liquidez internacional e de baixa aversão ao risco, o qual foi interrompido pela crise de financeira internacional.

Nesses períodos, o dólar sofreu grandes oscilações, principalmente entre janeiro de 1999 e dezembro de 2002, em que o país enfrentou uma situação de restrição externa e predominou um contexto de escassez de vendedores e excesso de compradores no mercado de câmbio (FARHI⁸, 2006 apud PRATES, 2010). Essas restrições foram oriundas de ataques especulativos⁹ no mercado de câmbio brasileiro, que fizeram com que o Banco Central - BACEN - tomasse algumas medidas intervencionistas, dentre elas intervenção no mercado de câmbio à vista, emissão de títulos indexados à taxa de câmbio e uso de *swapes* cambiais¹⁰.

Essas oscilações do dólar podem ser observadas na figura a seguir, onde a moeda norte-americana alcançou o maior valor médio de R\$ 3,81/US\$ em outubro de 2002.

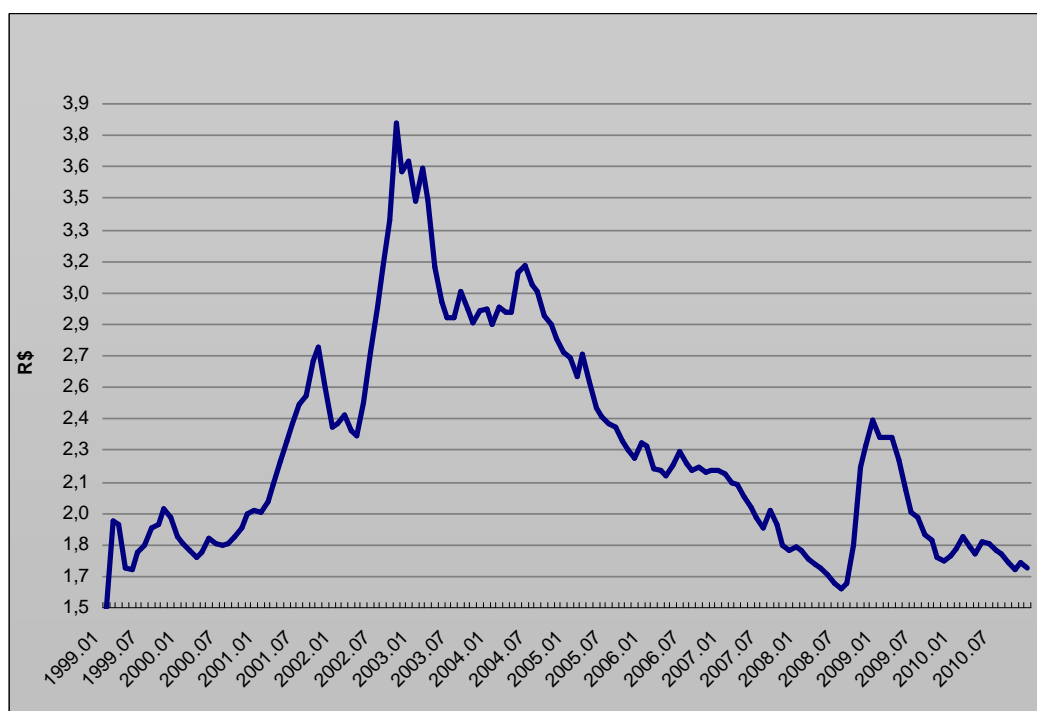


Figura 12: Taxa de câmbio comercial para venda: real (R\$)/dólar (US\$) - média mensal – Período 1999 - 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEA (INSTITUTO..., 2011)

⁸ FARHI, Maryse. O impacto do ciclo de liquidez no Brasil. In: CARNEIRO, R. (Org.). **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

⁹ Os ataques especulativos foram provocados por uma sucessão de episódios: deflação da bolha das ações de alta tecnologia; crises cambiais da Turquia e da Argentina; desaceleração do crescimento ou recessão nos países centrais; ataques terroristas no dia 11 de setembro de 2001; crise de confiança nos mercados de capitais provocadas pelas fraudes contábeis e pela concordata de grandes empresas nos Estados Unidos. Também ocorreram eventos internos adversos como a crise energética em 2001 e a expectativa de adoção de medidas heterodoxas em uma eventual vitória de Lula nas eleições de 2002.

¹⁰ Troca de taxa de variação cambial por juros pós-fixados.

Conforme citado por Prates (2010) e Bello (2005), o país tem um custo consideravelmente alto para conter esses episódios de crises cambiais, tanto de desvalorização quanto para a valorização do real.

Os custos das crises cambiais sob o regime de câmbio flutuante foram, igualmente, absorvidos pelo setor público que assumiu o risco cambial privado mediante a oferta de títulos públicos e *swaps* cambiais. Ou seja, mais uma vez, foi observado o processo de socialização das perdas, recorrente na economia brasileira. Se a gestão cambial foi praticamente impotente em conter a volatilidade e a desvalorização do real, ela foi, em alguma medida, eficaz no sentido de promover proteção cambial ao mercado, reduzindo os efeitos deletérios da instabilidade cambial sobre a higidez do sistema financeiro. (PRATES, 2010, p. 22)

Bello (2005) também destaca que a intervenção governamental no mercado de câmbio gera forte implicação sobre o endividamento interno do governo, o que limitaria sua capacidade de atuação. Embora, na teoria, a capacidade do BACEN de intervir no câmbio seja limitada, na prática isso não ocorre, já que, para obter os reais com os quais compraria os dólares, teria de emitir títulos, pelos quais pagaria juros muito maiores do que receberia. Além disso, se optasse pela emissão, ao jogar mais reais no mercado, teoricamente poderia aumentar a inflação, o que, considerando-se a política de controle de preços praticada pelo Governo, levaria a mais aumento nas taxas de juros. Ou seja, mesmo que queira aumentar as reservas internacionais, o custo é muito alto, devido às taxas internas de juros praticadas no Brasil. Assim, se, para a autoridade monetária, esperar pela reação do mercado, visando reverter a valorização do real, pode ter um custo (desestímulo às exportações e a novos investimentos), intervir comprando dólares também não sai de graça para o governo e atinge diretamente a dívida pública.

A partir de 2003, o Brasil passou por uma fase de otimismo que vigorou até junho de 2007¹¹, com retorno dos fluxos de capitais, resultados nas transações comerciais e correntes com o exterior e elevado apetite por risco dos investidores globais. Para Prates (2010), a adoção de uma política monetária excessivamente restritiva resultou em uma trajetória ininterrupta de apreciação cambial, que constituiu o principal determinante da eficácia da política de metas de inflação e tornou-se o aliado por excelência dessa política.

Segundo Araújo e Leite (2009), a sobreapreciação do real nesse período foi resultado de uma combinação de fatores domésticos e externos. Ou seja, com baixas taxas de juros

¹¹ Em julho, com a eclosão da crise imobiliária nos Estados Unidos, inicia-se um período de turbulência no mercado financeiro internacional e aumento da aversão ao risco dos investidores globais. Assim, a fase de alta do ciclo de liquidez internacional da presente década encerrou-se no mês de junho de 2007.

internacionais, aliadas à alta taxa SELIC¹², em um contexto de baixo risco-país e abertura da conta financeira.

Nesse sentido, Araújo e Leite (2009) comentam que a sobreapreciação do real é determinada pela política de controle da inflação mediante a valorização da moeda. O patamar do câmbio no Brasil tem contribuído para manter a inflação baixa. O câmbio apreciado diminui o preço das importações, seja de matérias-primas, seja de produtos finais. As matérias-primas diminuem os preços finais de produtos nacionais que as usam como insumos, e os produtos finais importados pressionam para baixo os preços dos bens nacionais concorrentes. Outra questão importante é a influência que o dólar baixo exerce sobre preços administrados, como da energia elétrica, telefonia e planos de saúde, por exemplo. Esses preços tiveram reajustes dados pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), que é fortemente influenciado pelo dólar.

Conti (2007) faz uma distinção entre os efeitos de um processo de depreciação cambial e de uma taxa de câmbio depreciada.

O processo de depreciação tem, em geral, um forte caráter contracionista nos países emergentes, já que eleva a dívida dolarizada, gera corrosão de salários reais (pelo aumento da inflação), aumenta as incertezas da economia (gerando certa paralisia nos investimentos), estimula o aumento das taxas de juros, etc. Entretanto, uma vez que este processo se interrompe e a taxa de câmbio se estabiliza num patamar depreciado, verifica-se um viés expansionista, sobretudo pelo aumento da competitividade do setor produtivo interno, que estimula as exportações e a substituição de importações. (CONTI, 2007, p. 95).

Araújo e Leite (2009) citam três consequências da apreciação cambial para a economia brasileira:

- a) no saldo das transações correntes;
- b) na composição da balança comercial;
- c) no desempenho industrial.

No que se refere aos efeitos sobre o saldo em transações correntes, Araújo e Leite (2009) explicam que esses são diretos. O câmbio mais apreciado torna os produtos e serviços nacionais mais caros e os internacionais mais baratos. Isso estimula ainda mais as importações e desestimula as exportações em um ambiente econômico em que a demanda brasileira cresce consideravelmente. A partir de 2007, no Brasil, pode-se notar uma preocupante reversão no saldo em transações correntes, conforme ilustra a figura 13.

¹² A taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) é um índice pelo qual as taxas de juros cobradas pelo mercado se balizam no Brasil. É a taxa básica utilizada como referência pela política monetária.

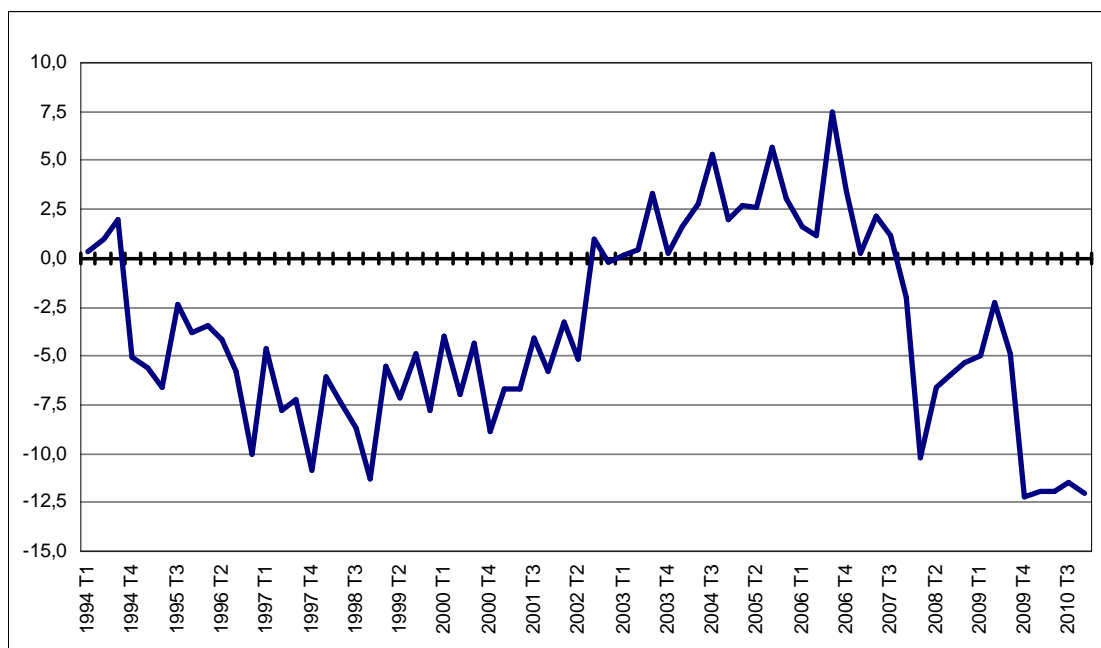


Figura 13: Saldo em transações correntes US\$ (bilhões)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEA (INSTITUTO..., 2011)

As remessas líquidas de lucros e dividendos e o saldo da balança comercial foram os principais fatores responsáveis pela deterioração nas transações correntes. (ARAÚJO e LEITE, 2009, p. 24).

O IEDI (INSTITUTO..., 2010) acrescenta que 29,1% do recuo de US\$ 7,2 bilhões do superávit da balança comercial em janeiro-março de 2010 com relação ao mesmo período de 2009 é atribuído ao déficit em transações correntes. Como agravante para esse quadro do balanço de pagamentos está o fato do investimento direto externo (IDE) industrial não ter reagido a contento: o IDE destinado à indústria totalizou US\$ 1,6 bilhão em janeiro-março de 2010. Isso concorreu para que parte relevante do ingresso líquido de recursos externos no período fosse de fluxos de natureza estritamente financeira.

Outra consequência da apreciação cambial é a ocorrência de concentração em *commodities* e bens de menor valor agregado (produtos de baixa e média-baixa tecnologia) na composição da balança comercial. Houve uma meteórica ascensão do déficit comercial brasileiro de produtos industriais nos últimos anos. Entre 2008 e 2010, o déficit desses bens aumentou US\$ 27,7 bilhões, passando de US\$ 7,1 bilhões para US\$ 34,8 bilhões. Desde 2005, quando o comércio exterior de manufaturados era positivo em US\$ 31,1 bilhões, a magnitude da passagem de superávit para déficit foi de US\$ 65,9 bilhões. (INSTITUTO..., 2011).

Para Araújo e Leite (2009), a composição da balança comercial é o principal indicador de competitividade de uma economia. Segundo os autores, apesar de o Brasil exportar

predominantemente produtos industrializados, seus principais produtos, à exceção de aviões e automóveis, são *commodities* ou bens de pouca intensidade tecnológica (CARBINATO¹³, 2008 apud ARAÚJO e LEITE, 2009).

No que se refere à indústria, a apreciação cambial tem levado a uma mudança estrutural na composição da produção industrial, haja vista o crescimento expressivo do componente importado da produção doméstica, dados os menores preços de importação e a redução do valor adicionado da indústria, que tem se especializado em produtos de menor valor agregado (INSTITUTO..., 2007).

Diante do exposto, pode-se perceber que, no cenário atual de concentração da balança comercial em bens com baixo valor agregado e desaceleração industrial, o país está perdendo competitividade. Porém, alguns autores atribuem esse fato não somente ao câmbio, mas também ao “efeito crescimento”.

O que agrava enormemente as condições atuais do comércio exterior brasileiro é que, juntamente com esse “efeito crescimento”, apresenta-se também um “efeito competitividade” de grande intensidade que encarece a produção de bens no País. Esse efeito, como no caso anterior¹⁴, se revela pelo lado das importações, já que desloca a produção doméstica em favor da compra externa de produtos mais baratos e inibe investimentos que de outra forma estariam sendo executados em maior escala tendo em vista o abastecimento do mercado interno além de, em alguma medida, também o mercado externo. (INSTITUTO..., 2011).

Os resultados sobre o desempenho da produção física e do saldo da balança comercial da indústria de transformação, apresentados na figura 14, ratificam o argumento do IEDI (INSTITUTO..., 2011) de que a indústria brasileira não está acompanhando o “efeito crescimento”. O aumento do déficit de produtos da indústria de transformação comprova que esse setor está sofrendo o “efeito competitividade”.

¹³ CARBINATO, D. A. Ajuste estrutural versus ajuste conjuntural: desdobramentos da reestruturação produtiva para a restrição externa. In: **I ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA**, Campinas, 2008.

¹⁴ Implicitamente, as análises consideram tratar-se de um problema de oferta. Dada uma capacidade de produção considerada próxima à plena utilização, o crescimento faz com que as importações devam suprir a deficiência de oferta. O argumento é estático, já que não leva em conta que o investimento, nas condições supostas de crescimento expressivo e escassez da produção doméstica, tenderia a se acelerar, o que, dada certa defasagem entre a decisão de investir e a ampliação efetiva de capacidade produtiva, levaria a um aumento da produção doméstica e, conseqüentemente, neutralizaria a continuidade daquele processo em direção a déficits comerciais crescentes.

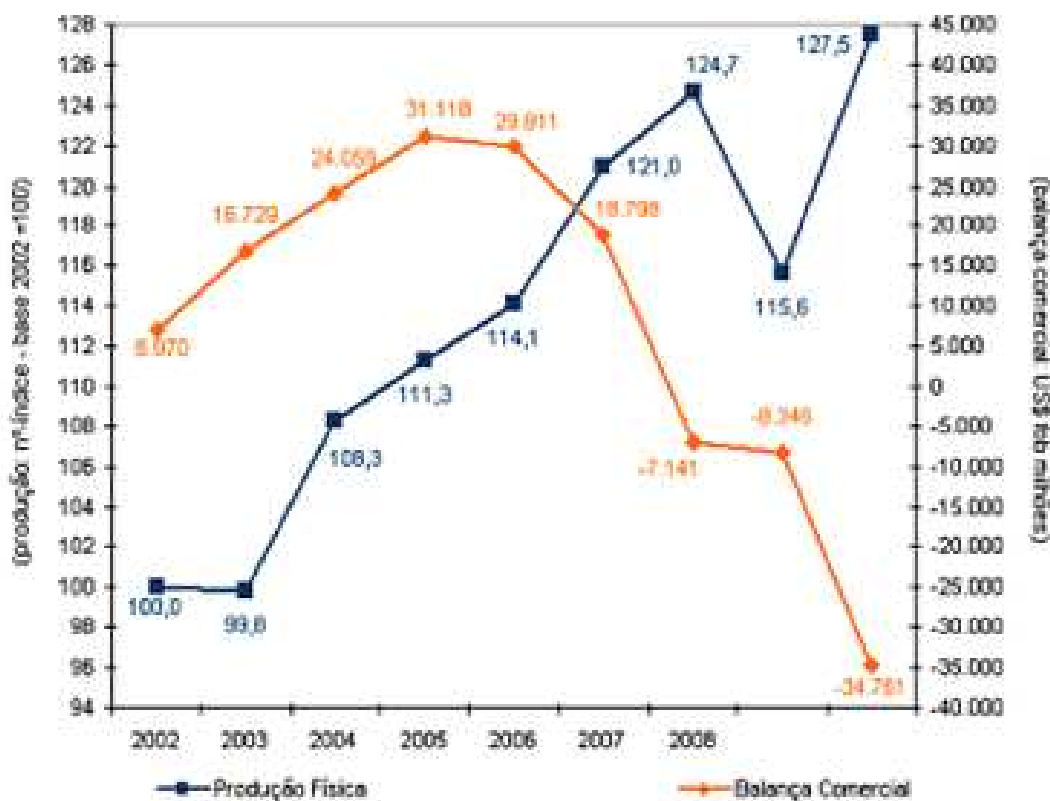


Figura 14: Índice da produção física e saldo da balança comercial de produtos da indústria de transformação

Fonte: IEDI (INSTITUTO..., 2011, p. 8)

O “efeito competitividade” no lado das exportações é atribuído pelo IEDI (INSTITUTO..., 2011) como um fator responsável simultaneamente por promover importações e inibir exportações. Segundo ele, a perda de competitividade é o resultado de uma complexa combinação de fatores como juros altos, câmbio valorizado, tributação inadequada, encargos excessivos sobre o trabalho, financiamento bancário caro, lacunas na infraestrutura, etc.

Padovani (2010) argumenta que políticas que estimulem o aumento da produtividade podem ser mais adequadas em um cenário de prolongada tendência de apreciação cambial. Segundo diagnóstico do autor, o câmbio não é o principal fator da competitividade.

O argumento do IEDI (INSTITUTO..., 2011) é complementado por Padovani (2010) ao afirmar que a competitividade brasileira vem perdendo espaço pela baixa produtividade, carga tributária elevada, falta de mão de obra qualificada e problemas logísticos.

No entanto, deve-se considerar que alterações na taxa de câmbio mudam a produtividade do setor de bens comercializáveis com o exterior. Segundo Araújo e Leite (2009), uma taxa de câmbio real desvalorizada melhora o desempenho do setor de bens comercializáveis, pois exerce papel determinante nos ganhos de produtividade do referido

setor. Tal argumento surgiu da observação da experiência dos países asiáticos que adotaram uma estratégia de desenvolvimento denominada *Export-Led Growth*¹⁵. Segundo os autores, um câmbio real mais competitivo incentiva o setor de bens comercializáveis a investir na busca de inovações tecnológicas, atuando no sentido de se tornarem mais produtivos.

Com base no exposto, apesar da contribuição de vários fatores da economia, tais como taxas de juros, custos de mão de obra, problemas nos sistemas logísticos e questões tributárias refletirem diretamente na produtividade industrial, o desalinhamento cambial é o fator mais expressivo na economia de um país.

Dessa forma, diante dos resultados apresentados no desempenho da indústria, conclui-se que a taxa de câmbio da economia brasileira manteve-se desalinhada e sobreapreciada ao longo do período analisado, o que pode gerar sérias consequências para a economia brasileira.

3.2 Reflexos do câmbio sobre a produção e exportações agrícolas

Ao contrário do que vem ocorrendo com a produção industrial brasileira, o setor agrícola tem se expandindo nos últimos anos. Segundo Sonaglio, Zamberlam e Filho (2011), o Brasil vem se firmando como um dos principais exportadores mundiais de produtos agrícolas. Os números revelam que no início dos anos 2000, a participação brasileira nas exportações agrícolas mundiais era de 4,8% e, em 2008, já havia se elevado para 6,7%. Nesse período, o valor das exportações agrícolas passou de US\$ 13,2 bilhões para US\$ 58,4 bilhões, com uma taxa média anual de crescimento de 20,4%, taxa essa superior ao crescimento mundial do comércio agrícola. (BRASIL, 2010).

O comércio mundial teve forte retração no ano de 2009 em função da crise internacional. As exportações passaram de US\$ 12,7 trilhões em 2008 para US\$ 9,9 trilhões em 2009, o que significou uma redução de 22,5%. O comércio agrícola também apresentou declínio, porém inferior, de 12,7%. Assim, as exportações agrícolas tiveram participação de 7,6% no comércio mundial, retomando o patamar de 2002. (BRASIL, 2011).

¹⁵ *Export-Led Growth* é uma expressão empregada para a definição de uma estratégia de crescimento econômico baseada em incentivos à expansão da produção para o mercado externo. Os fundamentos teóricos deste modelo partem da ideia central de que o comércio exterior é o motor do crescimento econômico e o fator-chave para uma alocação ótima de recursos produtivos entre as nações.

Tabela 5: Participação agrícola no comércio mundial US\$ (bilhões) – Período 2001 - 2009

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total Mundial	4.793,85	4.969,72	5.701,60	7.081,16	8.136,58	9.421,92	10.714,13	12.720,74	9.864,73
Agrícola Mundial	352,55	376,07	426,42	486,96	527,24	577,9	698,62	858,99	749,65
Part. Agrícola/Total - Mundial %	7,4%	7,6%	7,5%	6,9%	6,5%	6,1%	6,5%	6,8%	7,6%
Total Brasil	58,29	60,44	73,20	96,68	118,53	137,81	160,65	197,94	152,99
Agrícola Brasil	16,59	17,43	21,71	28,36	32,21	36,92	44,89	58,36	54,83
Part. Agrícola/Total - Brasil %	28,5%	28,8%	29,7%	29,3%	27,2%	26,8%	27,9%	29,5%	35,8%
Part. Total Brasil/Total Mundial %	1,2%	1,2%	1,3%	1,4%	1,5%	1,5%	1,5%	1,6%	1,6%
Part. Agri. Brasil/Total Mundial %	4,7%	4,6%	5,1%	5,8%	6,1%	6,4%	6,4%	6,8%	7,3%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MAPA (BRASIL, 2011a)

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2010), o crescimento da participação brasileira pode ser explicado pelo aumento das cotações internacionais e a grande elevação das quantidades exportadas dos produtos agrícolas nos últimos anos.

Pode-se observar na figura a seguir que o índice de preço saiu de 100, em 1997, para 123 pontos no ano de 2010. No mesmo período, a quantidade exportada aumentou de 100 para 300 pontos. Durante a crise de 2009, os preços recuaram 14%, mas a quantidade exportada continuou se expandindo em 9,3%. Na última década, houve a expansão de 25,7% das áreas utilizadas para a produção de grãos no Brasil e aumento de 40% da produtividade nessas áreas, gerando, dessa forma, um aumento do excedente de produção exportável (BRASIL, 2010).

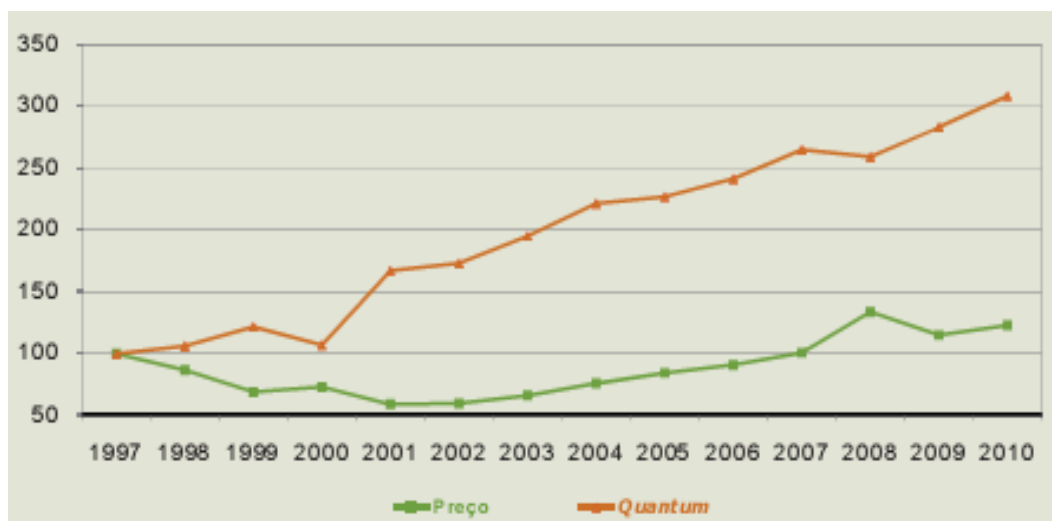


Figura 15: Índices de preço e quantum das exportações agrícolas (1997=100) – Período 1997 - 2010
Fonte: MAPA (BRASIL, 2011a, p. 11)

Além dos fatores já mencionados, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2010) também atribui o excedente de produção exportável ao baixo crescimento populacional do Brasil em comparação ao produzido no período 1999/2010.

Nesse mesmo período, o crescimento da população brasileira foi de 13,7%, passando de 169,6 milhões de habitantes, segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000 para uma população estimada de 192,8 milhões, em 2010. Dessa forma, enquanto a produção de grãos subiu 77,0% na última década, o aumento da população foi de 13,7%. A análise indica a geração de um maior excedente exportável. Ademais, com a tendência declinante das taxas de crescimento populacional do Brasil e concomitante possibilidade de expansão da área cultivada e da produtividade, o excedente exportado poderá subir nos próximos anos, aumentando ainda mais a participação do País no comércio agrícola mundial. (BRASIL, 2010, p. 12)

Apesar de positivo, o crescimento acelerado das exportações agrícolas brasileiras nos últimos anos gera preocupações relacionadas aos efeitos da taxa de câmbio. Segundo Carvalho e Silva (2008), o segmento agrícola é fonte de choques positivos e negativos sobre a economia em geral, em função da maior exposição à variação dos preços e à demanda internacional, bem como de mudanças climáticas inesperadas.

A relação entre a taxa de câmbio e as exportações agrícolas tem sido discutida e analisada por diversos autores. Segundo Holland e Marçal (2010), alguns economistas seguem a linha de que as exportações agrícolas dependem muito pouco da taxa de câmbio, pois elas resultariam primordialmente do crescimento mundial e do preço internacional das exportações do país. No entanto, o centro da questão volta ao reflexo do câmbio valorizado para o segmento industrial e à mudança da pauta exportadora brasileira (maior concentração em bens não industrializados), apesar do argumento de que a apreciação cambial também

afeta as exportações agrícolas quando se atribui o esforço maior que é exigido dos exportadores para manter o resultado financeiro.

Os primeiros setores a sentirem com a apreciação cambial são aqueles com menor vantagem competitiva “natural”, ou seja, os segmentos industriais. Mas, não se pode negar que mesmo os setores com competitividade advindas da abundância de recursos naturais não tenha sentido os efeitos de viver sobre uma moeda tão volátil e tão apreciada. Basta observar os dados de aumento de volume exportado versus a receita com tais exportações. Numa palavra, esses setores intensivos em recursos naturais tem tido muito esforço em exportar toneladas métricas para mesmo resultado financeiro. Em síntese, há uma grande mudança na composição da pauta de exportações brasileiras rumo a exportações de produtos básicos e agrícolas; a taxa de câmbio tem papel central nessa dinâmica, assim como na explicação das exportações de produtos com maior grau de industrialização ou mais intensiva em tecnologia, mais do que na dinâmica das exportações de primários e agrícolas. (HOLLAND; MARÇAL, 2010).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2011) reforça o argumento de que parte do aumento da receita do exportador com a expansão dos preços internacionais dos produtos agrícolas foi consumida pela sobrevalorização da moeda brasileira nos últimos anos. Na prática, entre 2003 e 2010 houve uma apreciação real da moeda brasileira de 60% em relação ao dólar americano, porém o aumento dos preços médios das *commodities* agrícolas entre 2002 e 2010 foi de 105%, mais que compensando a sobrevalorização cambial no caso dos produtos agrícolas.

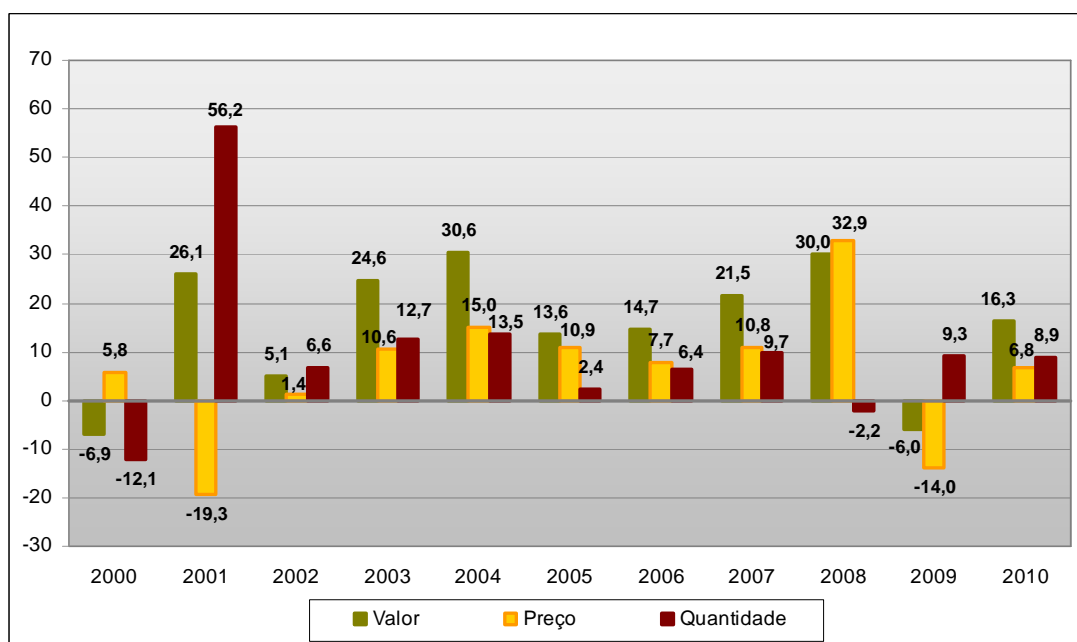


Figura 16: Variação anual dos índices de valor, preço e *quantum* das exportações agrícolas no Brasil (em %) - Período 2000 - 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MAPA (BRASIL, 2011a)

Na figura 16, observa-se que somente nos períodos em que houve crises os valores e preços dos exportados retraíram, o que pode ser utilizado como uma hipótese de que o câmbio não influencia diretamente as exportações agrícolas.

No entanto, o contraponto de Conti (2007) é o argumento de que nos setores com alto componente importado e com preços definidos no mercado internacional (e.g. alguns setores agrícolas) ocorre um fenômeno igualmente prejudicial aos demais setores exportadores, já que o contínuo movimento para baixo das taxas de câmbio faz com que a venda dos bens seja feita a uma taxa de câmbio inferior à taxa de compra de seus insumos, implicando perdas aos produtores.

No mesmo caminho, o fato de o dólar perder força (desvalorizado frente às outras moedas mundiais) desde, pelo menos, 2004, levou os países exportadores de *commodities* a perder ganhos importantes em moeda nacional. E sendo assim, esta realidade teve duas consequências: uma elevação forçada dos preços em dólares para compensar as perdas oriundas da depreciação da moeda estadunidense e, este aumento de preços mundiais, apesar de ser bastante forte, não chegou a pesar significativamente sobre a inflação mundial justamente porque as importações, em moeda nacional, se tornaram mais baratas neste período de enorme liquidez econômica. Todavia, a compensação cambial começou a encontrar limites, e os preços iniciaram lentamente uma pressão inflacionária. Entretanto, a correção dos preços internacionais dependeu muito mais do comportamento cambial mundial, do que propriamente, da relação de oferta e demanda dos produtos. Desta forma, a questão central girou em torno do dólar, na perspectiva de quando ele voltaria a se apreciar, num processo natural em relação às outras moedas mundiais. (BRUM; SILVEIRA, 2010, p. 5)

Portanto, esses setores que dependem de insumos importados podem ter custo de produção maior que os seus concorrentes, reduzindo suas rentabilidades, visto que os preços são definidos pelo mercado internacional.

Pode-se concluir que o país está sofrendo uma inversão de resultados nos dois setores da economia (industrial e agrícola) com as oscilações cambiais nos últimos anos. Por um lado, o real valorizado reflete diretamente no processo produtivo da indústria, que está desacelerando nitidamente, não apenas pela perda de mercado no exterior, mas também com os reflexos do aumento do consumo interno de produtos importados. Por outro lado, apesar da queda na rentabilidade das exportações, o setor agrícola não sofreu grandes impactos negativos, pois tem demonstrado ganhos maiores em produtividade e competitividade, além do aumento significativo da demanda mundial dos produtos agrícolas.

4 ANÁLISE DOS SEGMENTOS SELECIONADOS

O objetivo deste capítulo é a realização de uma análise do comportamento do comércio internacional brasileiro dos segmentos selecionados, da soja e calçados, cujas participações na pauta das exportações brasileiras e gaúchas são relevantes para suas economias e com diferentes classificações de intensidades tecnológicas em suas produções. Com isso, busca-se identificar os fatores que influenciaram o desempenho exportador desses segmentos, no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Para identificação e uniformização das informações dos segmentos selecionados, foram utilizados dados estatísticos extraídos do Sistema de Análise das Informações do Comércio Exterior (Alice-Web), da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC SECEX/MIDC, através do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH) com seis dígitos, os quais são classificados por capítulos que correspondem ao título da atividade.

O sistema Alice-Web fornece informações detalhadas sobre importações e exportações brasileiras, por unidades da Federação, com dados mensais e acumulados desde 1989. Os dados estão classificados de acordo com a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), de 1989 a 1996, e com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), de 1996 em diante. Essas informações podem ser obtidas desde um nível bastante agregado, a dois dígitos, isto é, por capítulo, até, quando houver, um desdobramento na descrição da mercadoria, podendo chegar a dez dígitos no caso da NBM e a oito no caso da NCM. (MDIC, 2011)

4.1 Produção e comércio exterior da soja no Brasil e no Rio Grande do Sul

Segundo dados da EMBRAPA [2004], o cultivo da soja iniciou no Brasil em 1914 no município de Santa Rosa, RS. Mas foi somente a partir dos anos 40 que ela adquiriu alguma importância econômica. A partir da década de 1960, impulsionada pela política de subsídios ao trigo, visando autossuficiência, a soja se estabeleceu como cultura economicamente importante para o Brasil.

Apesar do significativo crescimento da produção no correr dos anos 60, foi na década seguinte que a soja se consolidou como a principal cultura do agronegócio brasileiro, passando de 1,5 milhões de toneladas (1970) para mais de 15 milhões de toneladas (1979). Esse crescimento foi consequência não apenas do aumento da área cultivada (1,3 para 8,8

milhões de hectares), mas, também, do expressivo incremento da produtividade (1,14 para 1,73t/ha), graças às novas tecnologias disponibilizadas aos produtores pela pesquisa brasileira.

Trennepohl e Paiva (2010) comentam que, entre as grandes culturas produtoras de grãos, a soja foi a que mais cresceu em termos percentuais nos últimos anos, em nível mundial e também no Brasil. De acordo com os dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - USDA¹⁶, a produção mundial de soja que, em 1970, era de 44 milhões de toneladas, ultrapassou os 220 milhões de toneladas em 2008, o que representa um crescimento da ordem de 406%, enquanto as outras grandes culturas cresceram bem menos, como é o caso da produção de trigo (75%), que passou de 350 para 610 milhões de toneladas, de milho (164%), que passou de 300 para 792 milhões de toneladas, e a de arroz (40%), que passou de 310 para 432 milhões de toneladas no mesmo período.

A figura 17 apresenta o explosivo crescimento da produção de soja no Brasil. O aumento da produção nos últimos 11 anos, entre as safras 1999/2000 e 2009/2010, foi de 109%; já em relação ao período das safras de 1989/1990 e 2009/2010 (21 anos), apresentou um crescimento de 242%. A partir do início da série apresentada abaixo (1976/1977), o crescimento foi de 466% até o último período.

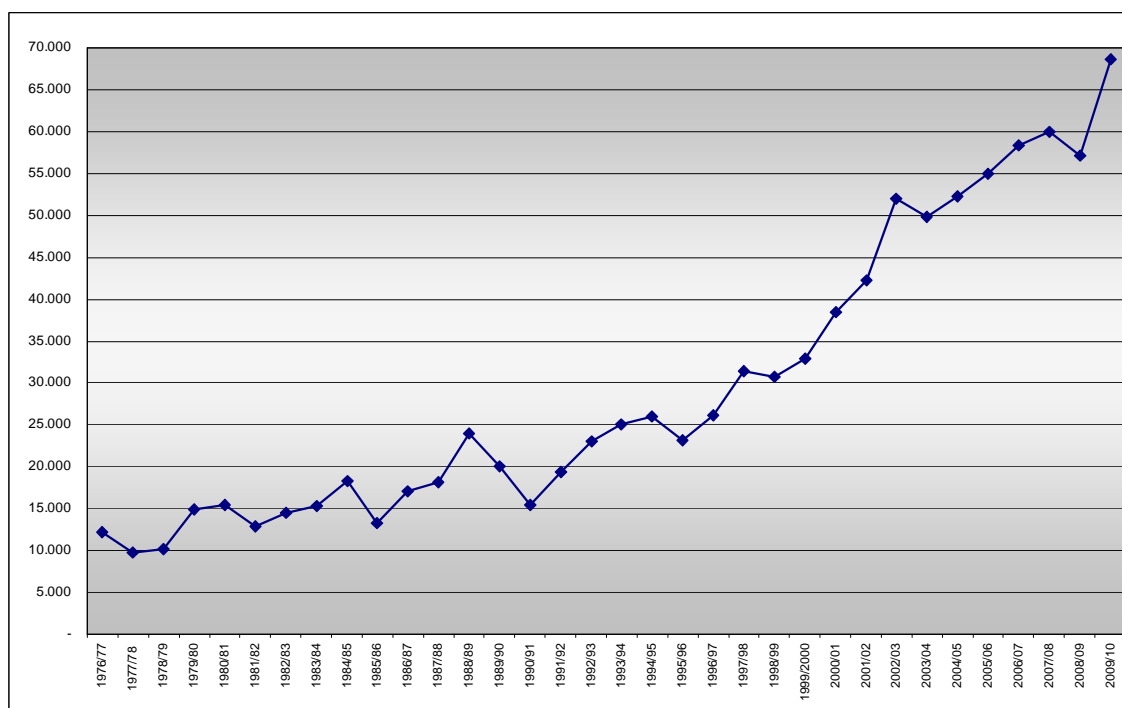


Figura 17: Produção de soja no Brasil (em mil toneladas) – Safra 1976/77 – 2009/10
Fonte: Elaboração própria com base em dados da CONAB (COMPANHIA..., [2010])

¹⁶ USDA. *Foreign Agricultural Service*. Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov>>

Nas décadas de 1980 e 1990 repetiu-se, na região tropical do Brasil, o explosivo crescimento da produção ocorrido nas duas décadas anteriores na Região Sul. A série histórica publicada pela CONAB (2010) demonstra que, em 1976, menos de 5% da produção nacional de soja era colhida no centro-oeste. Na década de 1980, esse percentual passou para média anual de 29%. Nos anos 1990, a média já era superior a 40% e, entre 2000 e 2010, a média quase alcançou os 50%.

Atualmente a produção de soja no Brasil é liderada pelos estados de Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás. Esses produzem 82,0% da soja nacional. Mas, como se observa no mapa, a produção de soja está evoluindo também para novas áreas no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que respondem por 13,0% da produção brasileira (MAPA, 2011b).

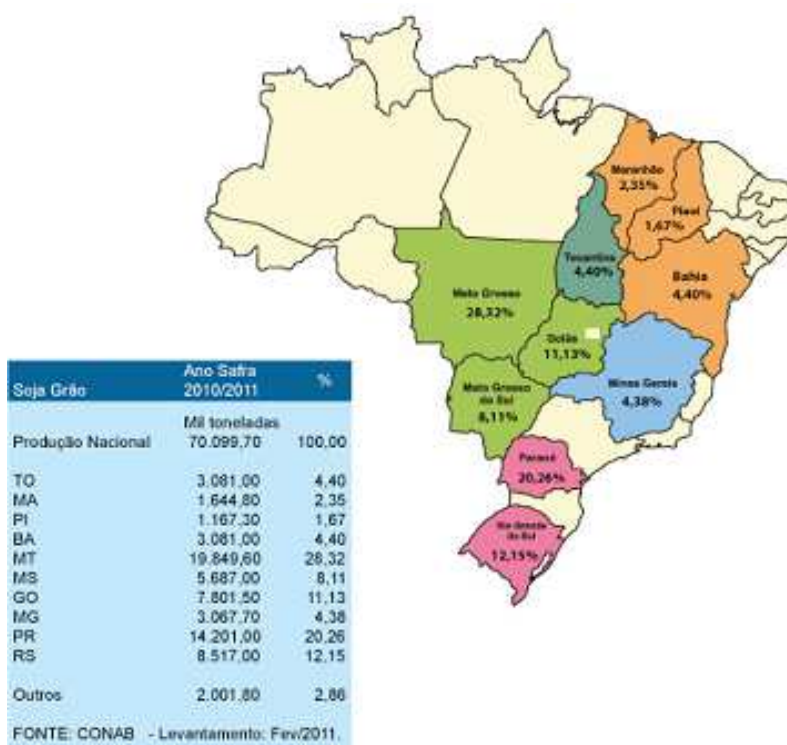


Figura 18: Mapa da Produção de Soja no Brasil – Safra 2010/11
Fonte: MAPA (BRASIL, 2011b, p. 9)

Os fatores apontados por Valarini e Kuwahara (2007) que justificam a produção de soja no Brasil foram: em primeiro lugar, o principal produto de exportação agrícola até então vigente (o café) apresentava um declínio de produção e comercialização no mercado mundial. Em segundo, o trigo era a principal cultura do Sul do Brasil, e a soja surgia como uma opção de verão, em sucessão ao trigo nessas épocas do ano. E, por fim, nos anos 60, o Brasil iniciava um esforço para a produção de suínos e aves, o que gerou maior demanda por farelo de soja para ser usado como base da alimentação dos animais.

Segundo EMBRAPA [2004], o explosivo crescimento da produção de soja no Brasil, de quase 260 vezes no transcorrer de apenas quatro décadas, determinou uma cadeia de mudanças sem precedentes na história do País, e que foi a soja, impulsionada pela política de subsídios do trigo, a grande responsável pelo surgimento da agricultura comercial no Brasil. Ela também apoiou ou foi a grande responsável pela aceleração da mecanização das lavouras brasileiras, pela modernização do sistema de transportes, pela expansão da fronteira agrícola, pela profissionalização e pelo incremento do comércio internacional, pela modificação e pelo enriquecimento da dieta alimentar dos brasileiros, pela aceleração da urbanização do País, pela migração da população brasileira para a região central (excessivamente concentrada no sul, sudeste e litoral do Norte e Nordeste), pela tecnificação de outras culturas (destacadamente a do milho), bem como impulsionou e interiorizou a agroindústria nacional, patrocinando a expansão da avicultura e da suinocultura brasileiras.

Silva, Lima e Batista (2011) destacam que a agricultura brasileira passou por um processo de modernização a partir dos anos 1990, o que contribuiu para que a cultura da soja passasse por uma reestruturação ao longo da sua cadeia devido à introdução de novas tecnologias. Esse processo aumentou a participação da cadeia agroindustrial da soja para a economia do Brasil, tornando-a essencial para o crescimento da renda, emprego e das divisas da exportação.

Segundo Trennepohl e Paiva (2010), dentre os grandes produtores mundiais de soja (EUA, Brasil e Argentina), o Brasil figura com o maior potencial de expansão da área cultivada, podendo multiplicar a atual produção e suprir a esperada demanda adicional pelo produto das próximas décadas.

As projeções publicadas pelo MAPA (2008)¹⁷ apud Trennepohl e Paiva (2010) são de cenários muito positivos para Brasil e para a soja brasileira. A área e a produção deverão crescer substancialmente, como consequência do incremento da demanda e aproveitando a disponibilidade de terras aptas para a produção, superior a 100 milhões de hectares. A expectativa de crescimento da produção nacional e da demanda mundial está fundamentada em fatores como:

- a) o crescimento da população humana mundial (estimada em 70 milhões/ano);
- b) o aumento da renda per capita da população, destacadamente no continente asiático, onde está o maior contingente de potenciais consumidores,

¹⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio mundial e Brasil 2006/07 a 2017/18**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Assessoria de Gestão Estratégica. – Brasília: MAPA/AGE, 2008. 58 p.

principalmente através do consumo de carnes de frangos e suínos, produzidas a partir dos farelos de soja e de milho;

- c) o potencial de utilização da soja como matéria-prima para a indústria de biodiesel, tintas, lubrificantes, plásticos, entre outros;
- d) o aumento no consumo de farelo de soja para atender a crescente indústria de carnes em nível mundial e particularmente no Brasil, cuja importância como exportador global de carnes está em elevação;
- e) as possibilidades de redução do protecionismo e dos subsídios à soja por parte dos países ricos, aumentando, conseqüentemente, os preços internacionais e estimulando a produção e as exportações brasileiras, dentre outros.

Nesse contexto, a expansão da produção de soja, através da incorporação de novas áreas de cultivo e aumento da produtividade, permite o seu crescimento no volume de exportações e sua participação no comércio mundial. Por isso, a soja compõe um importante produto da pauta exportadora brasileira. Sua participação era de 4% em 2000, período inicial da análise deste trabalho, chegando a atingir 7,5% no ano de 2009.

4.1.1 As exportações de soja em grãos no Brasil

Para realização da análise do desempenho da soja brasileira no comércio internacional, utilizou-se o código SH_6 120100 (soja, mesmo triturada), o qual está classificado no capítulo 12 do NCM. A soja em grãos pertence ao grupo de produtos não industriais, setor 900 (agropecuária, pesca, extrativismo mineral e florestal) da classificação OCDE.

Apesar de representar uma significativa participação nas exportações do complexo da soja, o farelo de soja, código SH_6 230400 (tortas e outros resíduos sólidos, mesmo triturados ou em “pellets”, da extração do óleo de soja), não está incluído na análise dos resultados deste estudo, pois está inserido em um grupo distinto ao da soja em grãos nos critérios de classificação por intensidade tecnológica. Ou seja, o farelo de soja pertence ao grupo da indústria de baixa intensidade tecnológica, setor 400 (alimentos, bebidas e tabaco) da classificação OCDE.

A figura a seguir demonstra o constante crescimento do valor das exportações de soja em grãos brasileira e o respectivo saldo comercial no período entre 2000 e 2010.

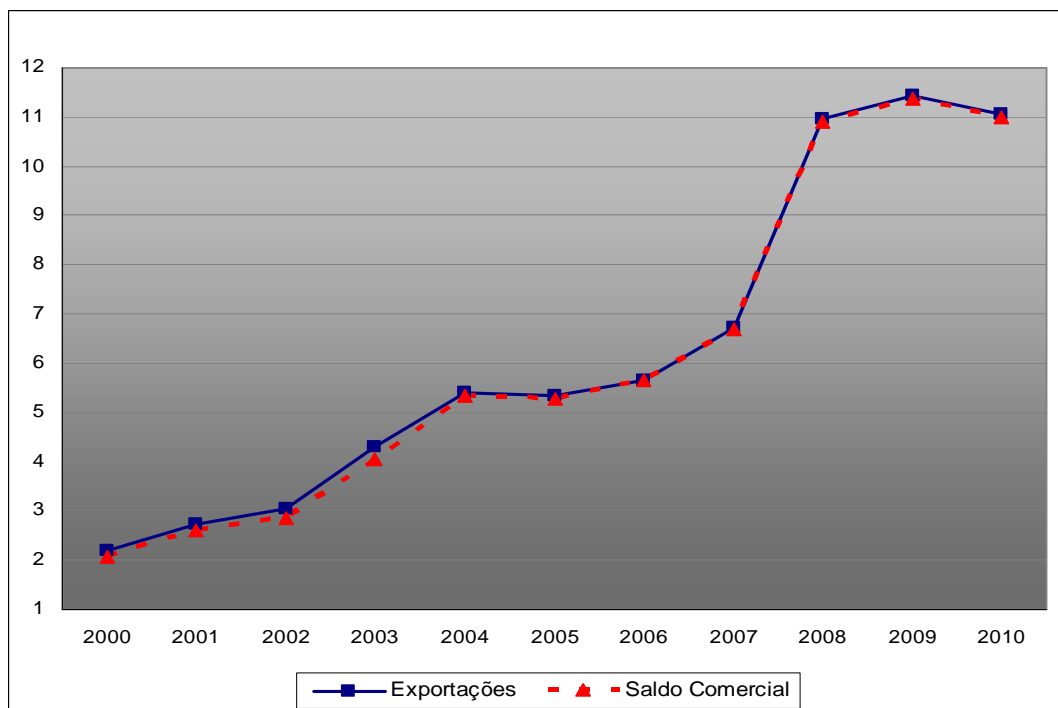


Figura 19: Evolução das exportações e saldo comercial de soja em grãos no Brasil US\$ (bilhões) – Período 2000 - 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

O crescimento médio anual no período foi de 21%, sendo que entre os anos 2000 e 2010 foi de 405%, em que o valor exportado passou de US\$ 2,1 bilhões em 2000 para US\$ 11 bilhões em 2010. Também nesse período, o preço médio da tonelada exportada variou significativamente, tendo sido praticado o preço médio de US\$ 189,97 por tonelada em 2000 e aumentando para US\$ 379,83 em 2010, sendo que o valor máximo atingido por tonelada exportada foi de US\$ 447,04 em 2008. Com esses resultados, o preço da soja para exportação obteve um reajuste médio anual de 9,2%. Paralelamente ao preço, as quantidades exportadas evoluíram em média 10,4% ao ano, passando de 11,5 milhões de toneladas em 2000 para o volume máximo de 29,1 milhões de toneladas em 2010, um crescimento total de 152% no período. Com relação ao câmbio, significativas oscilações ocorreram no período. Em um primeiro momento, até o ano de 2004, o dólar também influenciou nos resultados positivos das exportações, visto que sua valorização foi de até 58% no período. No entanto, a partir de 2005, a moeda norte-americana passou a perder força, chegando, em 2010, a um preço menor que em 2000. Os movimentos entre as quantidades exportadas, os preços e a taxa de câmbio podem ser visualizados na figura a seguir.

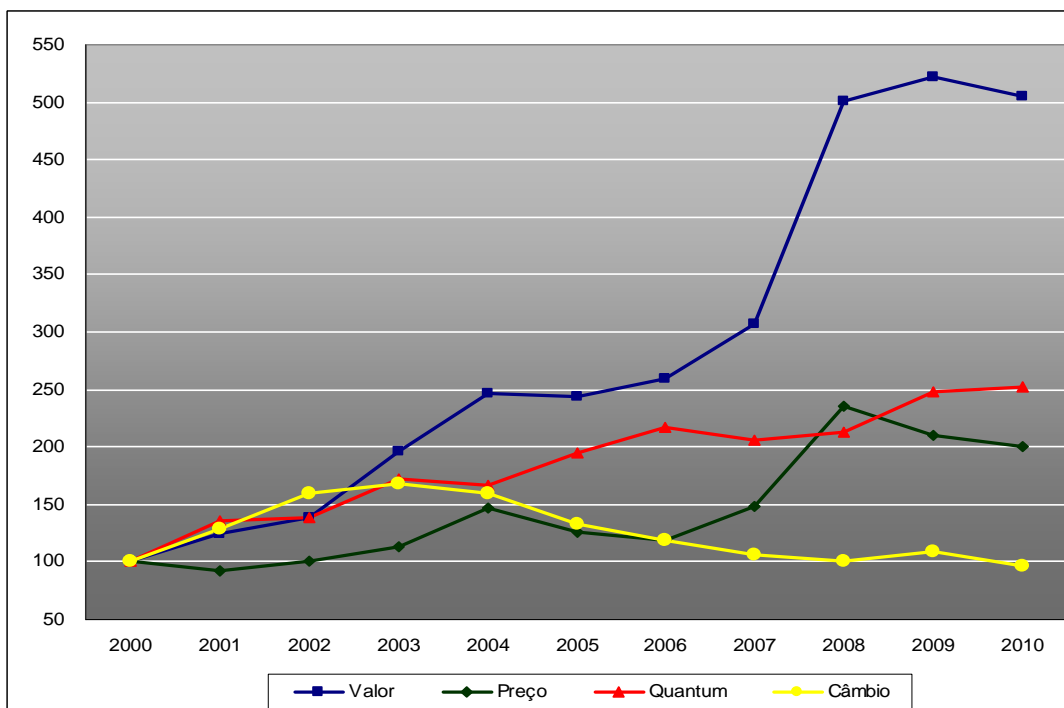


Figura 20: Índices de valor, preço *quantum* e câmbio das exportações brasileiras de soja em grãos (2000=100) - Período 2000 - 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

O saldo comercial da soja em grãos também é expressivamente positivo e ascendente no período analisado. Enquanto as exportações ampliaram - saltando de pouco mais de US\$ 3 bilhões em 2002, para mais de US\$ 5 bilhões em 2005 e mais de US\$ 11 bilhões em 2010 -, as importações apresentaram movimento oposto: caíram de aproximadamente US\$ 174 milhões em 2002 para pouco mais de US\$ 68 milhões em 2005 e, por fim, reduziram para em torno de US\$ 43 milhões em 2010. Segundo Silva, Lima e Batista (2010), o resultado dessa tendência foi a geração de divisas para o país que quase quadruplicou entre os anos de 2002 e 2010, associado ao aumento da demanda mundial de produtos básicos dado o aquecimento econômico.

Outro fator defendido por Pinazza (2007) é que o Brasil também vem privilegiando as exportações do grão, desde a implantação da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, mais conhecida como Lei Kandir, que desonerou do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) as exportações de produtos *in natura*. Desde então, tornou-se mais vantajoso para as indústrias exportarem soja diretamente, a partir dos estados produtores, ao invés de processar essa matéria-prima internamente.

Segundo Bello (2010), as vendas do complexo de soja foram bastante oscilantes e distintas. Nos primeiros anos, em particular até 1995, a venda de óleo de soja era mais representativa e, posteriormente, a torta de soja. Mas, de 1999 até 2008, foi a soja em grão o

produto fundamental de exportação para a China. A autora destaca a Lei Kandir como fator que contribuiu para o aumento das exportações de produtos *in natura*, pois desonera as vendas externas de produtos semielaborados e básicos do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Tal medida teve como objetivo estimular as exportações desses produtos e, com isso, promover um aumento das receitas externas, contribuindo, assim, para diminuir o déficit comercial do País na época. Além disso, conforme Barbosa e Perez (2006), nas importações chinesas de soja em grão eram aplicadas as tarifas de 3%, na de farelo 5%, enquanto nas de óleo de soja a incidência era de 63,3%, privilegiando, assim, as aquisições de produtos *in natura*. Para o óleo, igualmente, vigorava o regime de quotas tarifárias, dificultando ainda mais o acesso dos produtos industrializados ao gigantesco mercado chinês. Com isso, a China buscava estimular a produção local de óleo de soja, cujas fábricas operavam com grande capacidade ociosa.

Baseado no argumento anterior, pode-se concluir que, além de incentivos fiscais (Lei Kandir), a demanda por soja *in natura* tem sido maior no período que compreende os anos 2000 até 2010. Com isso, justifica-se o movimento da produção para exportações.

Pode-se observar na figura a seguir o crescente desempenho dos volumes exportados de soja em grãos, ao contrário do farelo de soja, que nos anos de 1998 e 1999 representavam uma parcela maior do que a soja *in natura* nos volumes enviados ao exterior.

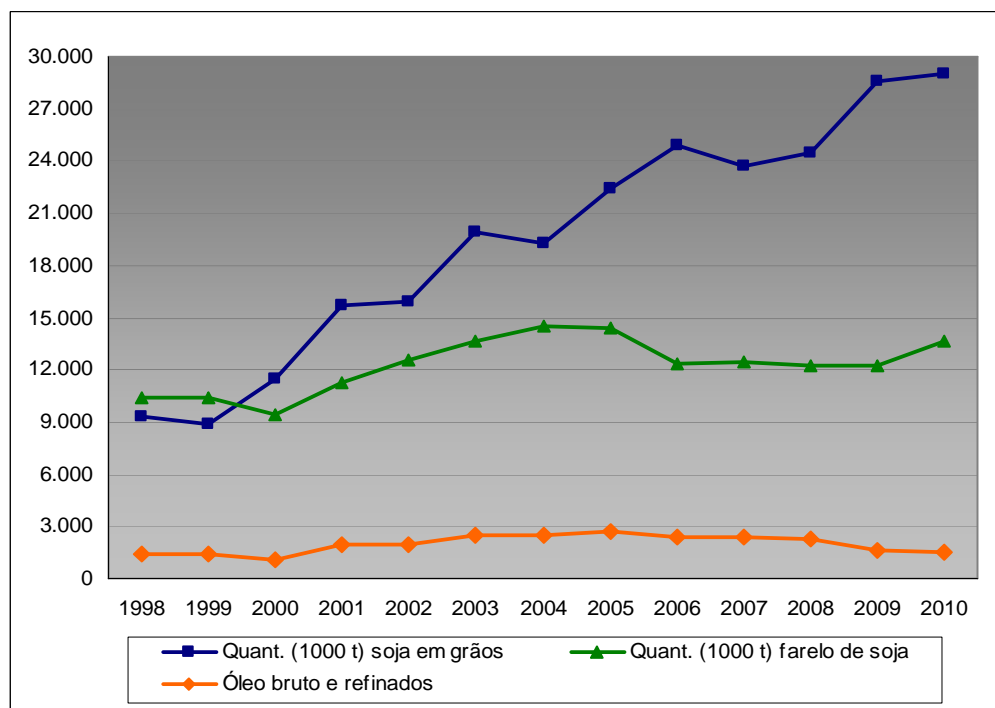


Figura 21: Exportações brasileiras de soja em grãos, farelo de soja e óleo de soja (em mil toneladas) - Período 1998 - 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Valarini e Kuwahara (2007) justificam que os aprimoramentos da produção através de investimentos tecnológicos, da utilização de sementes transgênicas por alguns produtores, do melhoramento do solo e da utilização de fertilizantes mais eficazes também foram responsáveis pelo crescimento da produção e das exportações brasileiras de soja.

Nesse sentido, a inserção competitiva no mercado internacional foi favorecida pelo incremento de produtividade, que gerou maiores ganhos produtivos e uma maior parcela de participação de mercado, através de aumentos de exportação.

Essa informação pode ser demonstrada na figura 22, que apresenta o crescimento das exportações de soja em grãos sobre a produção total brasileira na última década. A partir de 2001, a média anual de participação passou a ser 42%, sendo que nos períodos anteriores representava menos que 30%.

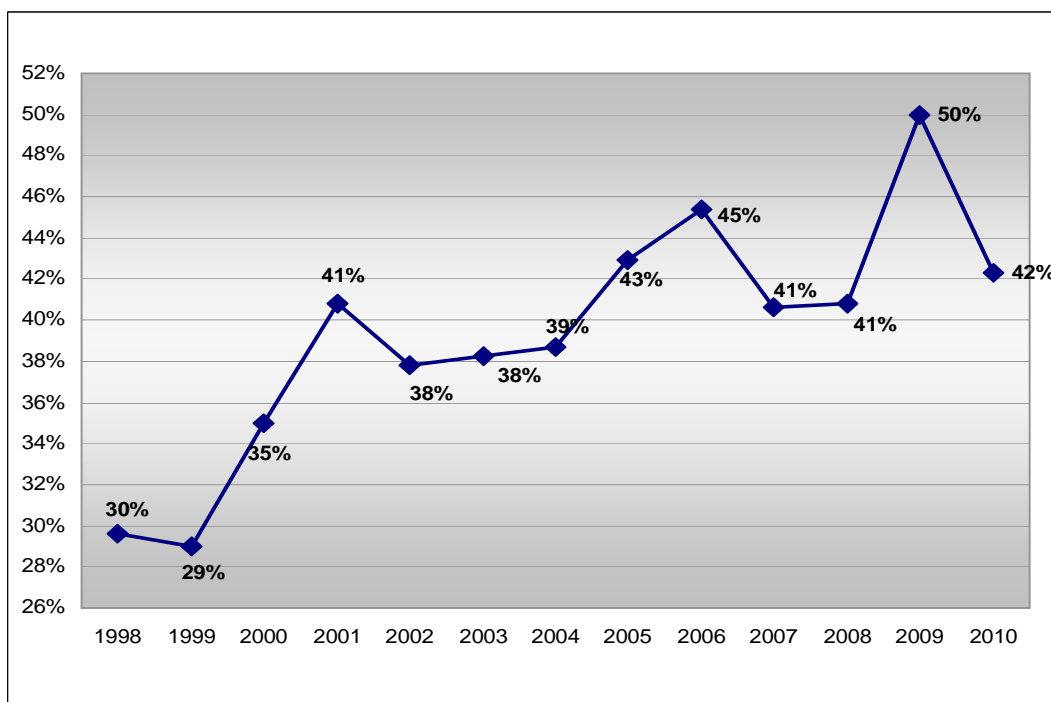


Figura 22: Participação das exportações de soja em grãos sobre a produção brasileira - Período 1998 - 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados da CONAB (COMPANHIA..., [2010])

Portanto, Valarini e Kuwahara (2007) concluem que, quando se associa a elevada produtividade aos baixos custos de produção e aos preços competitivos no mercado internacional, o resultado converge em apontar a soja como uma das atividades mais expressivas da agricultura brasileira na pauta de exportações. A taxa de crescimento positiva na produtividade da soja juntamente com os preços internacionais permitiram o Brasil ocupar uma posição de destaque entre os maiores produtores mundiais.

Com relação ao destino das exportações, Pinazza (2007) salienta que, nos últimos anos, o Brasil vem apresentando um intenso ritmo de captura de fatias do mercado externo de soja em grãos, por conta do apetite comprador no exterior, em especial na Ásia, da gradual redução dos excedentes exportáveis nos Estados Unidos e, principalmente, por conta de desequilíbrios tributários no mercado interno.

O principal mercado da soja brasileira é a China, que sozinha, consumiu 65% das exportações brasileiras em 2010.

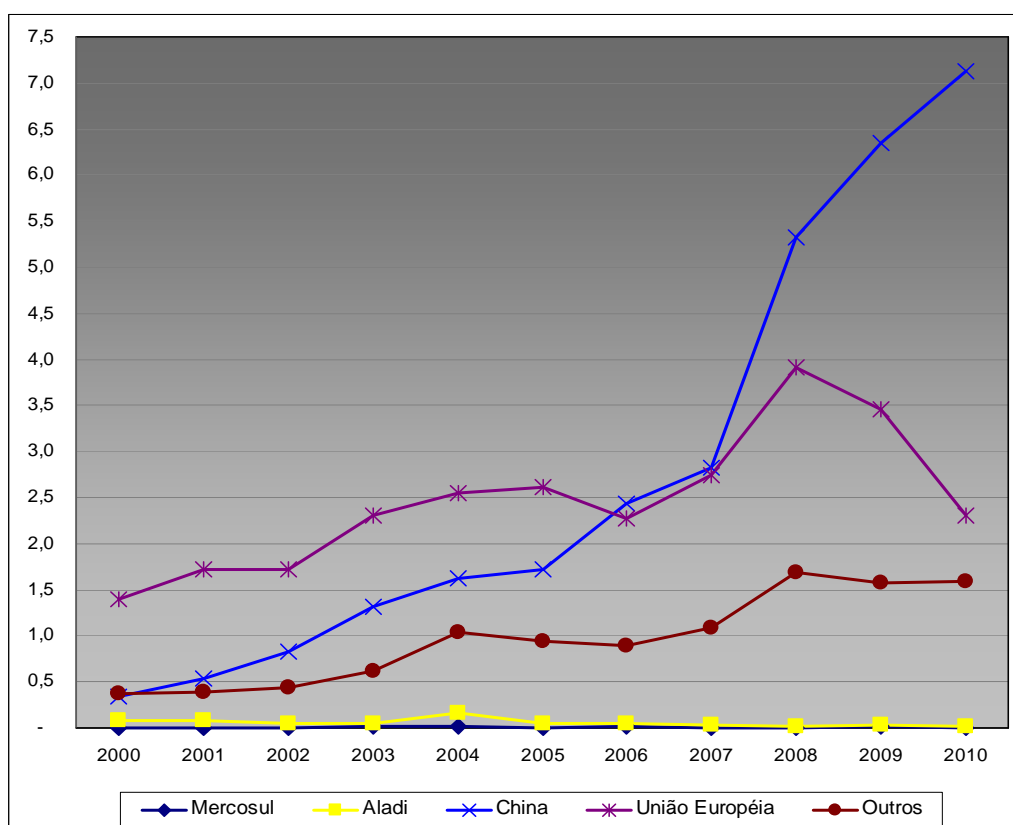


Figura 23: Principais destinos da soja brasileira US\$ (bilhões) – Período 2000 - 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Como podem ser observados na figura 23, até 2005 os países membros da União Europeia foram os principais destinos da soja brasileira, alcançando 49% do total exportado. Porém, com o crescimento econômico chinês e com a ampliação das importações de gêneros alimentícios, a participação dos BRICs, sobretudo da China, elevou consideravelmente, ao passo que dos membros da União Europeia reduziram. Como os países da ALADI e MERCOSUL também são produtores de soja, o valor exportado para estes dois blocos no período foi praticamente zero.

4.1.2 Desempenho das exportações de soja em grãos no Rio Grande do Sul

A produção de soja no Estado do Rio Grande do Sul, que se desenvolveu inicialmente seguindo o trigo, nas melhores terras da Região Noroeste, foi se expandindo para outras regiões, entretanto sem afetar a liderança da região na produção estadual. Deslocou a pecuária extensiva, transformando enormes áreas de campo com pastagens naturais e muitas áreas de matas nativas em lavouras mecanizadas de soja e trigo. (TRENNEPOHL e PAIVA, 2010).

Acompanhando o cenário internacional, a produção de soja no Rio Grande do Sul também teve um crescimento de 106% entre as safras 1999/2000 e 2009/2010. Porém, se comparado com a produção brasileira no mesmo período, o crescimento nos últimos 21 anos foi bem mais modesto, de apenas 59%, enquanto em todo território nacional foi de 242%. (COMPANHIA..., [2010]).

O crescimento da produção de soja, inicialmente no Rio Grande do Sul e em seguida no Centro-Oeste brasileiro, se deu fundamentalmente através da incorporação de novas áreas de terra. O rendimento por hectare não apresentou incrementos significativos no período, caracterizando a soja como uma cultura extensiva. Dessa forma a sua expansão no Estado encontrou limites na disponibilidade de terras (preço e qualidade), deslocando seu eixo de crescimento para outras regiões do país onde havia maior disponibilidade deste fator natural. As novas condições de produção (custos e mercado) que se constituíram ao longo do período, passaram a exigir escalas maiores para viabilizar a produção. Unidades de produção maiores e solos menos desgastados pelo cultivo são condições que favorecem as áreas novas de produção, na fronteira agrícola do país. (TRENNEPOHL; PAIVA, 2010, p.20).

A citação acima é uma das razões do deslocamento do cultivo da soja para outras regiões do país.

Assim como no cenário nacional, o Rio Grande do Sul também exportou em média 40% da sua produção entre o período 2000 e 2010, visto que “[...] a China industrializa mais que o dobro de sua produção e a União Europeia importa a maior parte do volume esmagado, outros países como o Brasil e os EUA industrializam somente metade de sua produção [...]”. (TRENNEPOHL e PAIVA, 2010, p.8).

A figura 24 apresenta a relação entre a produção gaúcha e os volumes das exportações de soja em grãos no Rio Grande do Sul. Dessa forma, pode-se constatar que, no ano 2000, menos de 30% da soja produzida no Rio Grande do Sul foi exportada. Já no ano seguinte, 40% da soja em grãos destinou-se ao comércio internacional e, a partir de 2002 até 2004, a média anual foi de 38%. Em 2005, apenas 15% da produção foi exportada, visto que houve

uma forte quebra da safra nesse período. A partir de 2006 houve um aumento significativo das quantidades exportadas de soja em grãos, uma média anual de 50% da produção gaúcha.

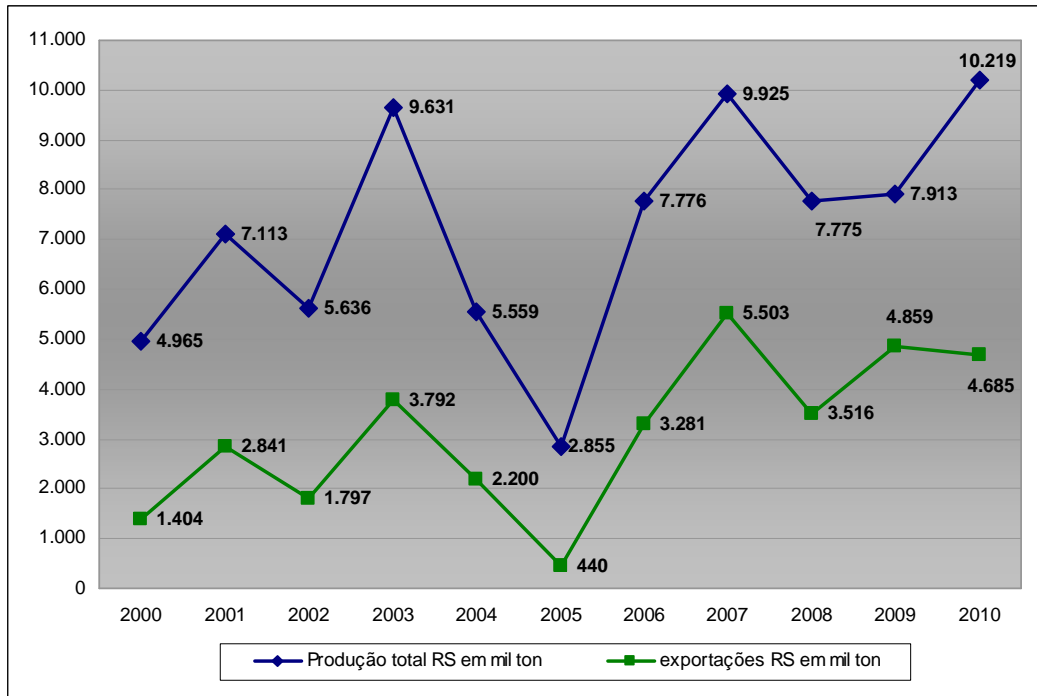


Figura 24: Produção e exportações de soja em grãos no Rio Grande do Sul (em mil toneladas) – Período 2000 - 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados da CONAB (COMPANHIA..., [2011])

No entanto, a figura 25 demonstra que a participação das exportações de soja gaúchas em relação às totais brasileiras sofreu significativas oscilações no período analisado. No entanto, a soja em grãos tem aumentado sua participação sobre as exportações totais do estado, passando de 5% em 2000 para 12 % em 2010.

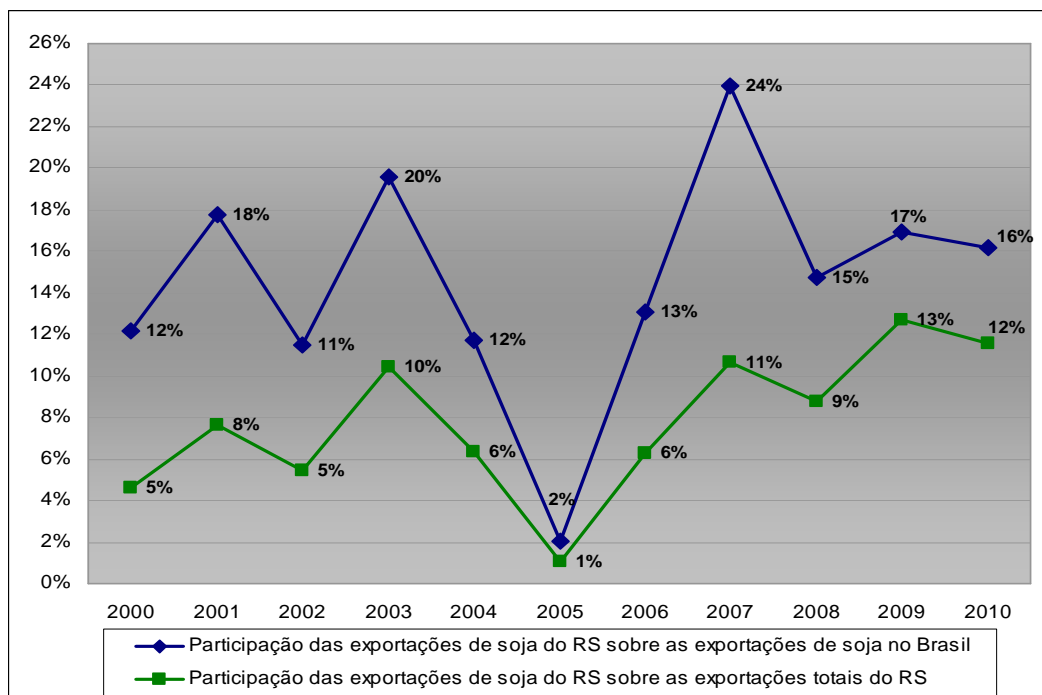


Figura 25: Participação das exportações de soja no Rio Grande do Sul sobre as exportações de soja no Brasil e participação das exportações de soja no Rio Grande do Sul sobre as exportações totais do Rio Grande do Sul - Período 2000 - 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Em 2005, o Estado sofreu forte redução na produção pela ocorrência de estiagem que provocou significativas frustrações de safra (redução de 49%), o que justifica o expressivo declínio para apenas 2% e 1% nas respectivas participações sobre as exportações de soja brasileira e conseqüentemente na pauta das exportações do Rio Grande do Sul. Segundo Trennepohl e Paiva (2010), as maiores frustrações de safras ocorreram em 1991 e em 2005 e tiveram como principal consequência o endividamento de grande parte dos produtores.

Assim como no cenário nacional, a soja e seus derivados ocupam posição de destaque no intercâmbio comercial agrícola do Rio Grande do Sul com a China.

A APEXBRASIL (AGÊNCIA..., 2010) ressalta a importância da China como maior mercado importador, sendo quase dez vezes maior que o Japão.

Mais que o tamanho, da China impressiona também pelo dinamismo apresentado pelas importações no período de 2003 a 2008, quando cresceu a uma taxa média anual superior a 32%. Constitui-se, portanto, em oportunidade para todos os portes empresariais, destacando-se pelo baixo nível de barreira tarifária, com tarifa média de apenas 2%. Além de todos esses pontos positivos, que já qualificaram a China como principal oportunidade de negócios, aponta-se a presença do Rio Grande do Sul nesse país, com 3,3% do mercado. (AGÊNCIA..., 2010, p.33).

Além da China, os destinos das exportações de soja em grãos gaúchas no continente asiático são: Tailândia, Coreia do Sul e Taiwan, todos dominados pelas médias e grandes

empresas exportadoras. No continente africano, os principais destinos são o Marrocos, o Egito e no Oriente Médio destacam-se as exportações para Israel. Outro destino importante da soja é o continente europeu, com destaque para os montantes exportados para a Alemanha, Países Baixos e Itália. Essa ênfase justifica-se não só pela participação desses países nas exportações do estado, como também pela entrada de pequenas empresas nesses mercados. Portugal e Espanha destacam-se também como destino para as exportações de pequenas empresas. (AGÊNCIA..., 2010).

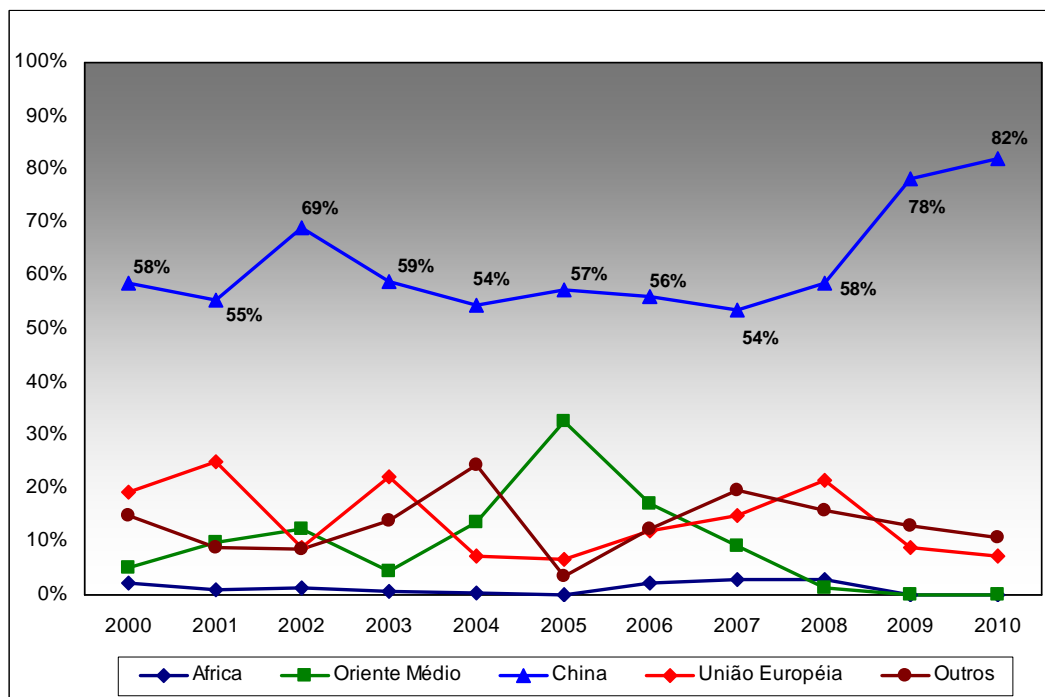


Figura 26: Participação dos principais importadores de soja do Rio Grande do Sul – Período 2000 - 2010
Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

A figura 27 demonstra que existe uma relação entre o resultado das exportações do Rio Grande do Sul com as quantidades exportadas, os preços praticados e a taxa de câmbio no período analisado. Pode-se identificar que as quantidades enviadas ao exterior tiveram um crescimento de 230% e os preços variaram em média 100% desde o início da análise, partindo de um valor médio de US\$189,28 em 2000 para US\$380,43 em 2010, alcançando o valor de US\$460,11 em 2008.

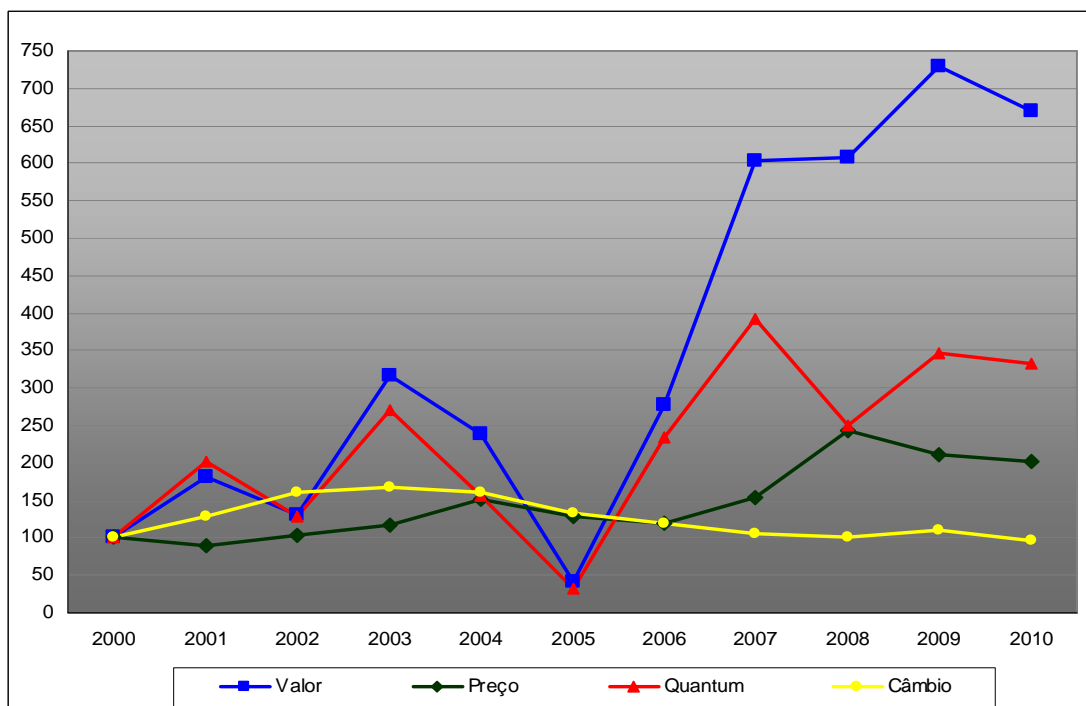


Figura 27: Índices de valor, preço, *quantum* e câmbio das exportações de soja em grãos no Rio Grande do Sul (2000=100) – Período 2000-2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Nesse sentido, com base nos resultados apresentados na figura 27, percebe-se que as exportações gaúchas de soja em grãos oscilaram por distintas razões. Nos períodos de 2001 até 2003, a taxa do dólar aliado ao crescimento das quantidades resultou em um aumento de 316% do valor exportado neste triênio. Com relação aos preços, estes representaram menor influência, visto que sua evolução foi de apenas 10% no período.

Nos anos de 2004 e 2005, devido ao movimento de queda das quantidades (por quebra de safra), os preços e o dólar ainda valorizados foram significativos para que o desempenho do valor das exportações não fosse ainda pior. A hipótese de uma queda dos preços e da taxa de câmbio proporcional às quantidades exportadas causaria um efeito negativo ainda maior que os resultados desses períodos.

A partir de 2006 até 2008, o aumento das especulações com relação aos preços das *commodities* refletiu positivamente nos valores exportados, principalmente em 2008, ano em que os preços tiveram a maior alta, apesar da redução nas quantidades em função do desencadeamento da crise mundial. Além dos elevados preços no período pré-crise, o dólar sofreu forte valorização nos últimos três meses do ano, atingindo valores de até de R\$ 2,40/US\$, contribuindo dessa forma para o resultado.

Em 2009 e 2010 os preços tiveram movimento de queda, porém ainda mantiveram patamares elevados em relação aos anos anteriores a 2006. Com relação ao câmbio, este

retomou sua trajetória de valorização em 2009, no entanto com movimento de queda a partir do segundo trimestre de 2009.

Diante do exposto, pode-se concluir que o valor das exportações de soja em grãos do Rio Grande do Sul elevou-se pelo aumento das quantidades embarcadas e da alta dos preços internacionais. Apesar da ocorrência de algumas valorizações cambiais em determinados períodos desta análise, a taxa de câmbio não foi variável explicativa importante. Ou seja, na relação do índice de preços, *quantum* e câmbio, o fator que mais evoluiu entre 2001 e 2010 foi a variação das quantidades, apesar das oscilações já mencionadas neste estudo.

Os principais resultados mostram uma trajetória crescente de aumento da produção, produtividade e área plantada de soja no Brasil. A geração de tecnologias contribuiu de forma eficiente para que o Brasil aumentasse sua produção de soja, passando a ocupar o segundo lugar entre os maiores produtores de soja do mundo. O crescimento da área plantada com soja foi percebido não só na região Sul, tida como a mais tradicional para o Brasil, como também na região Norte/Nordeste, que vem aumentando sua participação, e na região Centro-Oeste, a qual apresenta a maior produtividade do grão.

Fica clara a contribuição do complexo soja para a economia brasileira e do Rio Grande do Sul. Dentro desse setor, a análise do comportamento das exportações de soja em grão demonstrou que os incentivos advindos com a Lei Kandir contribuíram de maneira decisiva para o aumento das exportações de soja em grão, além do aprofundamento das relações comerciais com a China e a elevada produtividade, que associada aos baixos custos de produção, permitiram o Brasil adentrar no mercado internacional com a soja a preços competitivos.

4.2 Produção e comércio exterior da indústria de calçados no Brasil e no RS

Segundo Costa (1993), o calçado é um produto de moda, com modelos e estilos variados, confeccionado em diferentes materiais e que atende múltiplas finalidades de consumo. Assim, não existe um único mercado de calçados e, dependendo dos critérios utilizados, pode-se ter vários segmentos: calçados sociais, atléticos (tênis), casual, de segurança; calçados para homens, senhoras e crianças; fabricados em couro, em materiais sintéticos, em tecidos; etc. Essa gama variada de segmentos é um dos fatores que explicam a permanência de empresas com diferentes níveis de capacitação e eficiência no mercado.

Quanto à produção do calçado, Costa (1993) afirma que se caracteriza por constituir um processo de trabalho de natureza intensiva em mão-de-obra, com tecnologia de produção

que guarda ainda acentuado conteúdo artesanal. Assim, essa indústria apresenta elevado potencial de emprego, desempenhando importante papel na incorporação de mão-de-obra, inclusive não-especializada. O processo de fabricação é descontínuo e o fluxo de produção ocorre através de distintos estágios: modelagem, corte, costura, montagem e acabamento.

Guidolin, Costa e Rocha (2010) ratificam a afirmação de Costa (1993) ao constatarem que o setor de calçados, em termos gerais, é um setor intensivo em trabalho, podendo apresentar traços artesanais em sua produção, e faz parte das indústrias chamadas “tradicionais”. No entanto, completam a informação explicando que os avanços tecnológicos do setor dependem, em grande parte, dos fornecedores de componentes e de máquinas e equipamentos, envolvendo as indústrias química, têxtil e de bens de capital. Nesse sentido, os esforços inovadores das empresas calçadistas são centrados em *design* e desenvolvimento de produtos, buscando a diferenciação. Contudo, a capacidade de apropriação dessas inovações está relacionada à capacidade da empresa em desenvolver suas marcas e canais de *marketing*. A interação da indústria calçadista com seus fornecedores depende do tipo do calçado produzido, classificado, em geral, em quatro grupos de acordo com o material de confecção do cabedal: injetados, sintéticos, couro e têxtil. Os calçados injetados (principalmente de policloreto de vinila - PVC) são produzidos em fábricas que necessitam de pouca mão-de-obra, dado que saem praticamente prontos das máquinas, com cabedal e solado unidos. Já nos calçados sintéticos, de couro e têxtil, que precisam unir o cabedal ao solado, o processo de produção é dividido entre modelagem, corte, costura, montagem e acabamento.

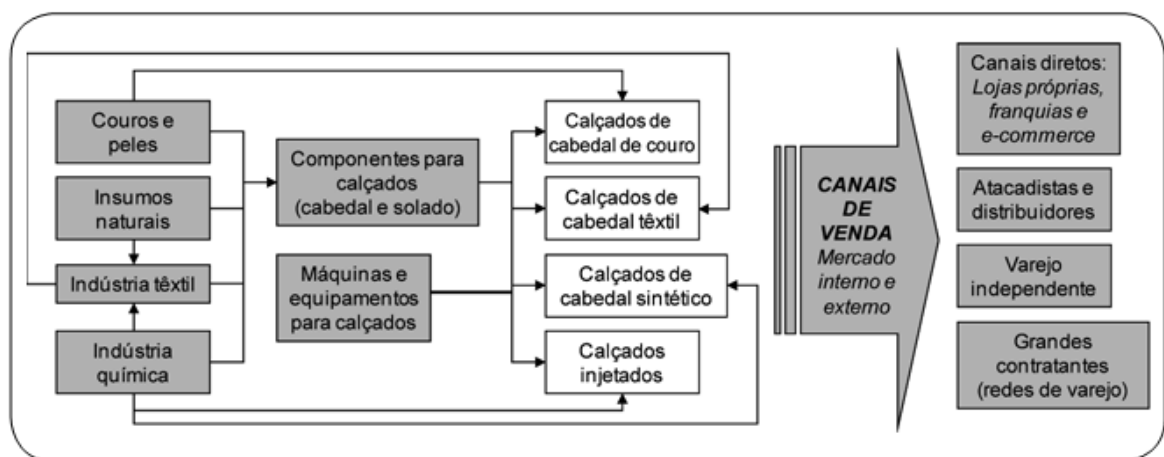


Figura 28: Cadeia produtiva da indústria de calçados
 Fonte: Guidolin, Costa e Rocha (2010, p. 150)

No entanto, Costa (1993) acrescenta que no início da década de 90 houve a introdução de tecnologias de base microeletrônica que permitiram a redução no tempo de criação de

novos modelos, aumentando a flexibilidade na alteração de feitios, além de redução dos custos, bem como a redução do desperdício de matéria-prima e substituição de mão-de-obra especializada, fator relevante principalmente no caso dos países desenvolvidos.

Segundo Cunha et. al. (2008), o impacto da microeletrônica e da informática produziu-se de forma mais intensa nas etapas de modelagem e corte, principalmente para o processamento dos materiais sintéticos ou de couro de qualidade mais elevada com requisitos de uniformidade maiores. Já as etapas de costura, montagem e acabamento permanecem relativamente mais intensivos em mão-de-obra. A possibilidade de fragmentação do processo de produção em etapas distintas e discretas contribui para viabilizar seu deslocamento geográfico nos níveis nacional e internacional.

A indústria mundial de calçados vem passando nos últimos anos por transformações que revelam elementos importantes para a competitividade do setor e trazem novos desafios aos produtores. O crescimento da internacionalização é uma tendência, com efeitos importantes sobre a participação dos diferentes países no comércio internacional de calçados.

4.2.1 As exportações de calçados no Brasil

Para análise do histórico do comércio internacional de calçados brasileiros, foram levantados os resultados dos produtos associados aos códigos NCMs descritos abaixo, os quais estão classificados no capítulo 64 (Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes) fazendo parte da TEC – Tarifa Externa Comum. Esse segmento pertence ao grupo de atividade de média tecnologia por se tratar de artigos têxteis, couros e calçados, setor 404 da classificação OCDE:

- a) NCM 6401 (Calçados impermeáveis de sola exterior e parte superior de borracha ou plásticos, em que a parte superior não tenha sido reunida à sola exterior por costura ou por meio de rebites, pregos, parafusos, saliências [espigões] ou dispositivos semelhantes, nem formada por diferentes partes reunidas pelos mesmos processos);
- b) NCM 6402 (Outros calçados com sola exterior e parte superior de borracha ou plásticos);
- c) NCM 6403 (Calçados com sola exterior de borracha, plásticos, couro natural ou reconstituído e parte superior de couro natural);
- d) NCM 6404 (Calçados com sola exterior de borracha, plásticos, couro natural ou reconstituído e parte superior de matérias têxteis); e

e) NCM 6405 (Outros Calçados).

No Brasil, a indústria de calçados sempre teve relevância para a economia, com a geração de emprego e renda nos diferentes polos produtivos espalhados pelo país.

Segundo Botelho e Xavier (2006), na segunda metade dos anos 80, o Brasil detinha aproximadamente 7,4% do total da produção mundial de calçados em relação à posição brasileira na produção e no comércio mundiais de calçados, ocupando o quarto lugar entre os maiores produtores e o sexto entre os maiores exportadores mundiais, além de o quarto lugar no ranking de valor exportado. Em 1986, a participação no comércio mundial desse produto situava-se em torno de 5%. Já em relação à participação das exportações de calçados no total das exportações brasileiras, esse produto assumiu, entre os anos 70 e a primeira metade dos 80, uma importância crescente no total das exportações brasileiras. Atingiu-se a participação de 4,3% em 1986, quando esse percentual passou a declinar até o final da década.

As transformações estruturais na economia do Brasil desde a década de 90, com o avanço dos processos de abertura comercial e desregulamentação, especialmente no tocante à participação do capital estrangeiro, trataram de mudar o modelo de crescimento com base no processo de substituição de importações, que, historicamente, orientou os rumos da industrialização da economia brasileira. Botelho e Xavier (2006) destacam que na implementação do Plano Real, em 1994, reafirmou-se a opção por uma estratégia de política econômica que privilegiava a ampliação da internacionalização da economia brasileira e que, nesse contexto, determinados setores industriais não tiveram problemas com a ampliação da abertura e com a política cambial adotada em 1994, por terem vantagens comparativas reveladas.

Botelho e Xavier (2006) afirmam que mesmo com vantagens comparativas brasileiras, em especial a mão-de-obra barata e posição razoavelmente consolidada no comércio internacional, as dificuldades do setor de calçados nesse novo contexto competitivo não foram pequenas. A valorização cambial vigente entre os anos de 1994 e 1998 significou dificuldades para praticamente todos os setores exportadores, dificuldades estas amplificadas pelo aumento da carga tributária verificada no período e pela diminuição de incentivos e subsídios às exportações desde o início dos anos 90. Somam-se a essas dificuldades as mudanças em curso no cenário externo da indústria de calçados, com a consolidação de uma tendência, evidente já nos anos 80, de acirramento da competição em dois âmbitos principais. O primeiro é aquele em que os atributos de qualidade, marca e *design* são determinantes da competitividade externa. O segundo privilegia os baixos custos de produção, em especial os de mão-de-obra.

O principal movimento da indústria de calçados na década de 1990 foi o crescimento e a consolidação da Ásia como principal provedor mundial desse produto. A China destaca-se hoje como grande produtor mundial, responsável por uma participação significativa e crescente nos grandes mercados internacionais (LEMOS et. al, 2008).

Diante desse contexto, pode-se perceber, através da figura 29, que a produção industrial brasileira desse setor vem sofrendo desaceleração a partir da década de 1990.

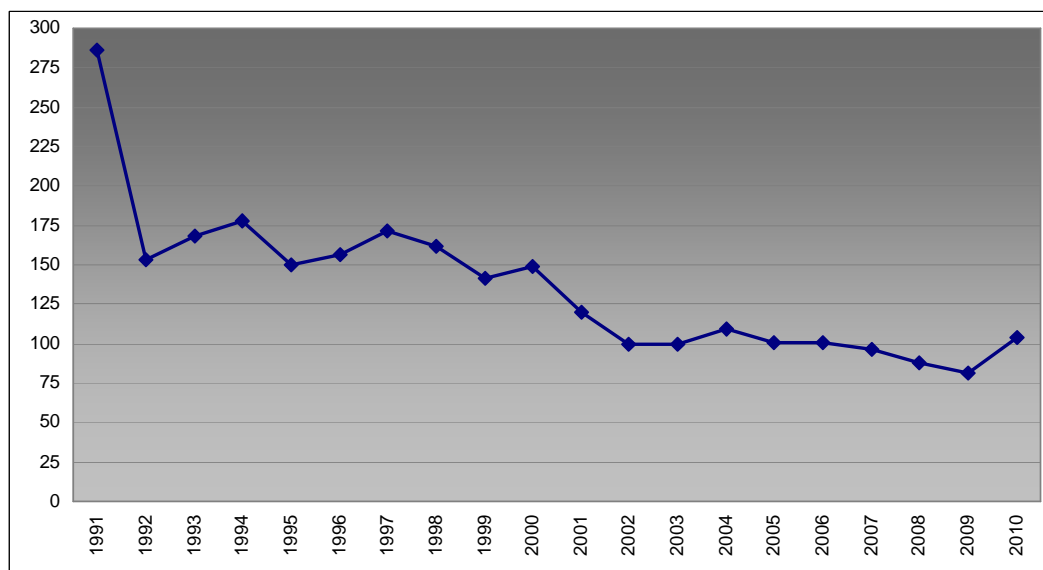


Figura 29: Produção industrial brasileira de calçados e artigos de couro - *quantum* - índice (média 2002 = 100)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEA (INSTITUTO..., 2011)

Guidolin, Costa e Rocha (2010) acreditam que o crescimento exponencial da China na década de 1990 (que passou a responder por mais de 60% da produção global nos anos 2000) foi o que causou maior impacto, deslocando até plantas instaladas em outros países da Ásia, como nas Filipinas. Destaca-se também o crescimento da produção no Vietnã (cerca de 120% de crescimento no volume de pares produzidos entre 2000 e 2007), substituindo a Indonésia como quarto maior produtor mundial a partir de 2006. Com isso, em 2007, a Ásia respondeu por 83,6% do total de pares de calçados produzidos no mundo. No mesmo ano, a América do Sul respondeu por 6,6%, seguida pela Europa com 6,1%.

A grande expansão da produção nos países asiáticos, especialmente na China, está fortemente relacionada ao custo do trabalho. A esse fator também se associam outros deslocamentos da indústria de calçados para regiões como o Leste Europeu e também no Brasil.

O mesmo movimento de realocização, em busca de locais com mão-de-obra barata e abundante, foi observado nos anos 1990, prosseguindo pelos anos 2000, e vem promovendo uma alteração na configuração dessa indústria: alguns fabricantes tradicionais, com elevado custo, optaram por produzir artigos de elevada qualidade para uma fatia pequena de mercado, outros preferiram transferir a produção ou subcontratar serviços em localidades com menores custos, sobretudo, de mão-de-obra, levando a uma segmentação do mercado. A produção de calçados de padrões inferiores e mais baratos, em geral, ficou a cargo de países ou regiões menos favorecidas enquanto a fabricação de produtos de melhor qualidade, *design* e marca própria permaneceram nos países desenvolvidos. Em decorrência, embora a quantidade produzida nos países asiáticos seja mais elevada, em termos de valores, os maiores produtores encontram-se nos países desenvolvidos. (CAMPOS; CALANDRO, 2008, p. 4).

O movimento de realocização leva as grandes empresas a deslocar a produção para países e regiões que apresentem as melhores combinações em termos de capacidades produtivas e baixos custos do trabalho, condições estas muitas vezes propiciadas pelos favorecimentos fiscais – que diminuem a carga de impostos – e por menores obrigações sociais.

O eixo Itália-Romênia reproduz na Europa o mesmo movimento de realocização observado no Leste Asiático. Os distritos industriais italianos passaram a transferir para o Leste Europeu, em especial para a Romênia, as etapas da manufatura que requerem muita mão-de-obra (costura e aplicação de aviamentos), concentrando na Itália as atividades de *design* e de acabamento que incorporam maior valor ao produto.

No Brasil, a partir de meados da década de 90, diversas empresas, sobretudo as de grande porte, realizaram investimentos expressivos em novas plantas na Região Nordeste do país, muitas vezes transferindo capacidades produtivas que estavam instaladas nas regiões produtoras tradicionais. (LEMOS, 2008).

Com relação ao preço, Campos e Calandro (2008) destacam que a China, com a característica predominantemente de baixo preço, teve boa parte do incremento no valor exportado decorrente do próprio aumento físico da exportação. O oposto acontece com os italianos, pois a qualidade e *design* elevam substancialmente o preço médio do calçado. Assim, embora as quantidades exportadas não sejam elevadas, em termos de valor a indústria italiana ocupa a segunda posição no *ranking*. No caso brasileiro - que ocupa uma posição intermediária no mercado –, os calçados não são baratos como os fabricados pelos asiáticos, nem possuem os atributos (sofisticação, *design* e marca) dos calçados italianos.

A perda de mercado externo tem certamente incentivado um redirecionamento das vendas para o mercado interno por parte de muitas empresas brasileiras. Nesse sentido, a participação das exportações sobre a produção nacional tem tido resultados decrescentes nos últimos anos.

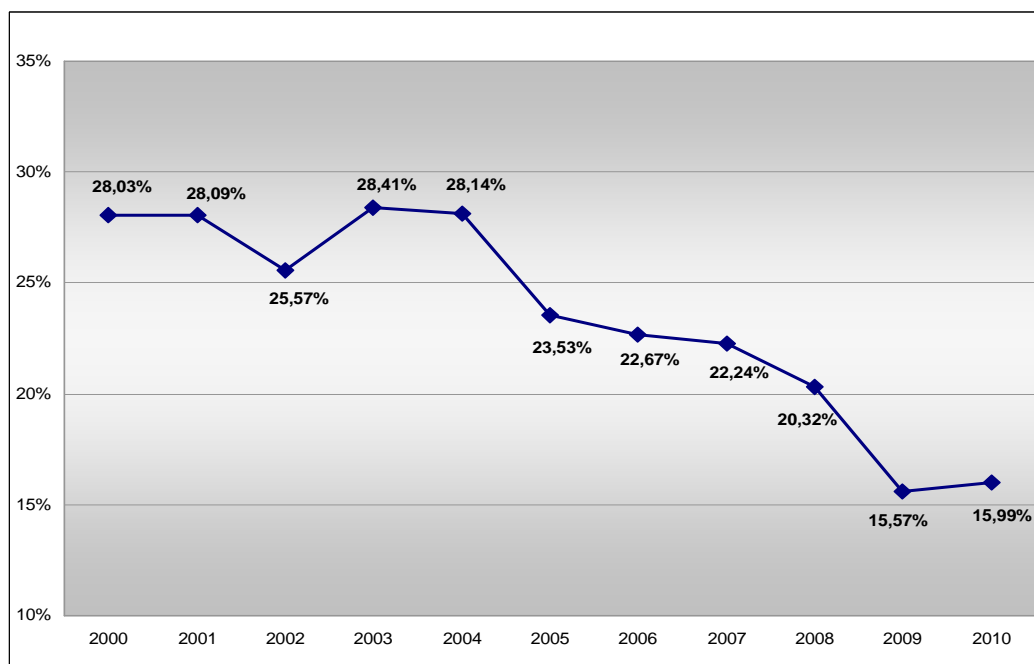


Figura 30: Participação das exportações sobre a produção brasileira de calçados (*quantum*) – Período 2000-2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados de BNDES Setorial (GUIDOLIN; COSTA; ROCHA, 2010, p. 153)

O redirecionamento da produção para o mercado interno se justifica pelas elevadas taxas de crescimento desde 2004 do comércio varejista, que tem sido favorecido, principalmente, pelos ganhos reais de renda, pela melhora das expectativas proporcionada pelo ambiente de estabilidade econômica, pelo aumento das transferências governamentais e pelas condições de crédito. Portanto, uma parcela crescente da população brasileira está ampliando e sofisticando sua cesta de consumo de bens e serviços. O consenso geral das últimas pesquisas divulgadas sobre o assunto é o de que o rendimento médio é crescente, como também é crescente a inclusão da população de classes de renda mais baixa nas categorias medianas de renda (ANÁLISE..., 2009).

Em conclusão, houve uma evidente injeção de renda na base da pirâmide que possibilitou a inclusão da população de baixa renda em classes superiores. E, por conta do movimento econômico como um todo, houve um crescimento da renda para todas as classes, como também houve mobilidade das pessoas de baixa renda para classes de renda mais alta.

Entre 2005 e 2007, o total da população das classes A/B aumentou em 4%. Nas classes C e D ocorreu aumento de 6,7 e 6,9%, respectivamente. Apenas a classe E apresentou queda da população (5,6%) (ANÁLISE..., 2009).

Além das constantes oscilações das vendas externas e redirecionamento da produção, o setor também tem sofrido nos últimos anos com o expressivo crescimento das importações de calçados.

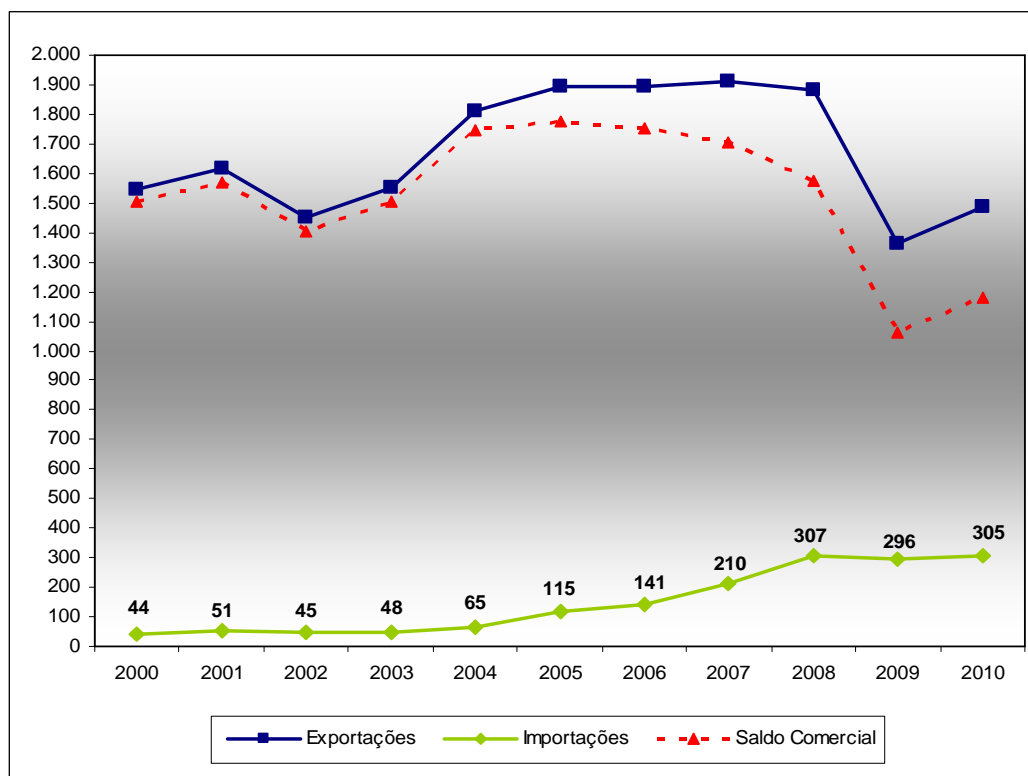


Figura 31: Evolução das exportações, importações e saldo comercial de calçados no Brasil US\$ (milhões) - Período 2000 – 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Observa-se, na figura 31, que a última década teve um significativo movimento no comércio internacional de calçados no Brasil. O saldo da balança comercial passou a se deslocar negativamente a partir de 2004, com o crescimento das importações desses produtos. Para agravar mais a situação do saldo comercial, as exportações não tiveram um crescimento proporcional às importações, sendo que caíram significativamente nos últimos três anos desta análise. A recuperação das exportações em 2010 não foi tão expressiva quanto a queda de 2009.

A partir de 2005 as importações de calçados brasileiros cresceram consideravelmente, saltando de um valor de US\$ 44 milhões em 2000 para US\$ 305 milhões em 2010, conforme demonstrado na figura 31. Essa explosão das importações foi impulsionada pela valorização

do real, pela entrada de volumes crescentes de calçados baratos provenientes da Ásia, principalmente da China, e pelo aumento do consumo interno por conta da elevação da renda.

Segundo Lemos et. al (2008), entre 2000 e 2007 as exportações de calçados cresceram 26%, mas perderam participação na pauta de exportações industriais brasileiras (de cerca de 4,0% em 2000 para 1,8% em 2007). Entretanto, houve uma modificação importante na pauta de exportações de calçados: a participação na pauta de exportações de calçados por faixas de preços, em termos de quantidades exportadas e valor. A faixa de menor preço (até US\$ 5) ganhou espaço na pauta de exportações, tanto em quantidade como em valor, enquanto os outros segmentos oscilaram sem tendência clara. Esse aumento na faixa de US\$ 5 é, em grande medida, resultado da redução de preços internacionais gerada pela entrada da produção chinesa no mercado mundial.

A tabela 6 apresenta as faixas de preços sobre as exportações entre os períodos 2000 e 2010. Nota-se que houve um crescimento da participação dos calçados com preços abaixo de US\$ 5, chegando a 71% de participação em 2010. Em 2006 ocorreu um aumento das exportações de calçados com preços acima de US\$ 15, sendo que entre 2008 e 2010 os preços ficaram acima de US\$ 20. Mas ainda é um segmento com peso relativamente baixo em comparação ao de faixa com menor preço (até US\$ 5). No entanto, tem refletido no preço médio das exportações, que se estabeleceu acima dos US\$ 10 de 2007 em diante.

Tabela 6: Participação das faixas de preços das exportações de calçados brasileiros

Ano	Preço até \$5	Preço de \$5,01 à \$10	Preço de \$10,01 à \$15	Preços acima de \$15	Quantidade total em pares
2000	23%	5%	72%	0%	162.585.054
2001	27%	4%	68%	0%	171.329.560
2002	24%	4%	72%	0%	164.142.756
2003	31%	6%	63%	0%	188.951.513
2004	36%	6%	58%	0%	212.460.326
2005	38%	7%	55%	0%	189.671.565
2006	43%	7%	1%	49%	180.435.405
2007	50%	7%	1%	42%	177.052.084
2008	60%	1%	5%	33%	165.791.808
2009	64%	1%	5%	31%	126.577.211
2010	71%	0%	1%	28%	142.952.253

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

As negativas variações dos preços nos primeiros anos da análise apresentados na figura 32 justificam o baixo rendimento do valor exportado, apesar da expressiva valorização do dólar e aumento do volume remetido ao exterior entre 2000 e 2003. A continuidade do crescimento das vendas em 2004, aliado ao dólar ainda valorizado, resultou em um crescimento de 17% do valor exportado em relação a 2000. No entanto, percebe-se que de 2005 até 2008, o movimento de alta dos preços manteve os resultados dos valores exportados, visto que houve um forte declínio do dólar e das quantidades embarcadas para o exterior nesse período. Percebe-se também que em 2009 o setor foi fortemente afetado pela crise financeira internacional. Os preços, que anteriormente estavam em movimento de alta, sofreram com a pressão da recessão mundial, que logicamente também afetou as quantidades exportadas, chegando ao menor índice no período. A valorização do dólar contribuiu para que o valor das exportações não chegasse a um índice menor que a queda de 28% em relação a 2008.

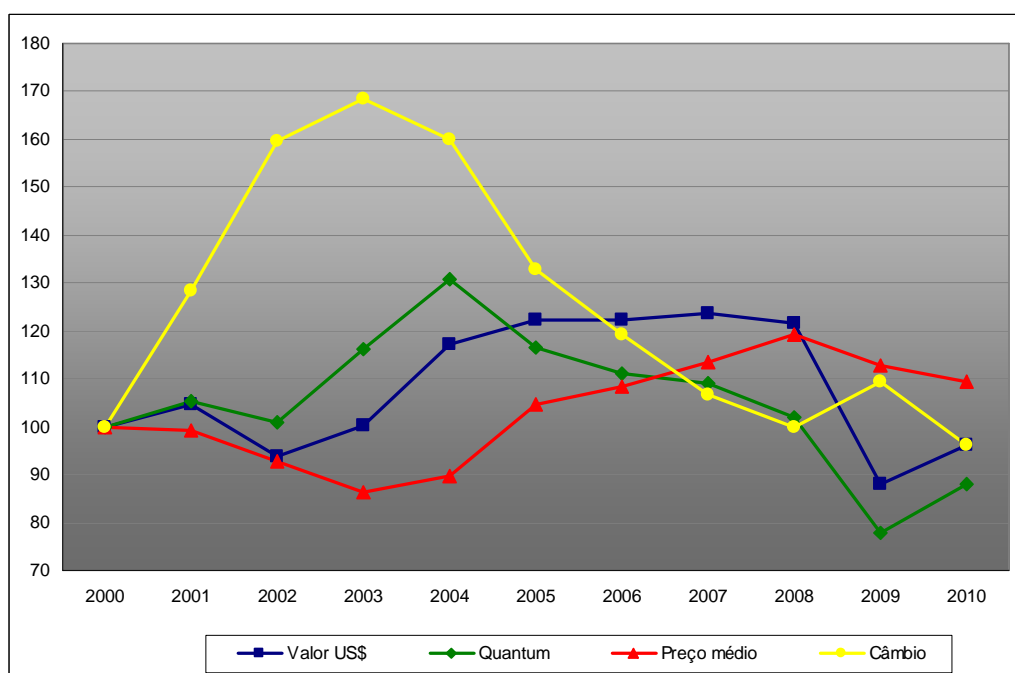


Figura 32: Índices de valor, *quantum*, preço e câmbio das exportações de calçados no Brasil (2000=100) – Período 2000-2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Na última década houve um movimento significativo dos mercados consumidores de calçados brasileiros, principalmente nos Estados Unidos e países da União Europeia. A figura 33, a seguir, mostra que nos últimos anos houve uma inversão dos destinos das exportações, que apresentaram forte queda das importações norte-americanas e elevado crescimento das vendas para o mercado europeu.

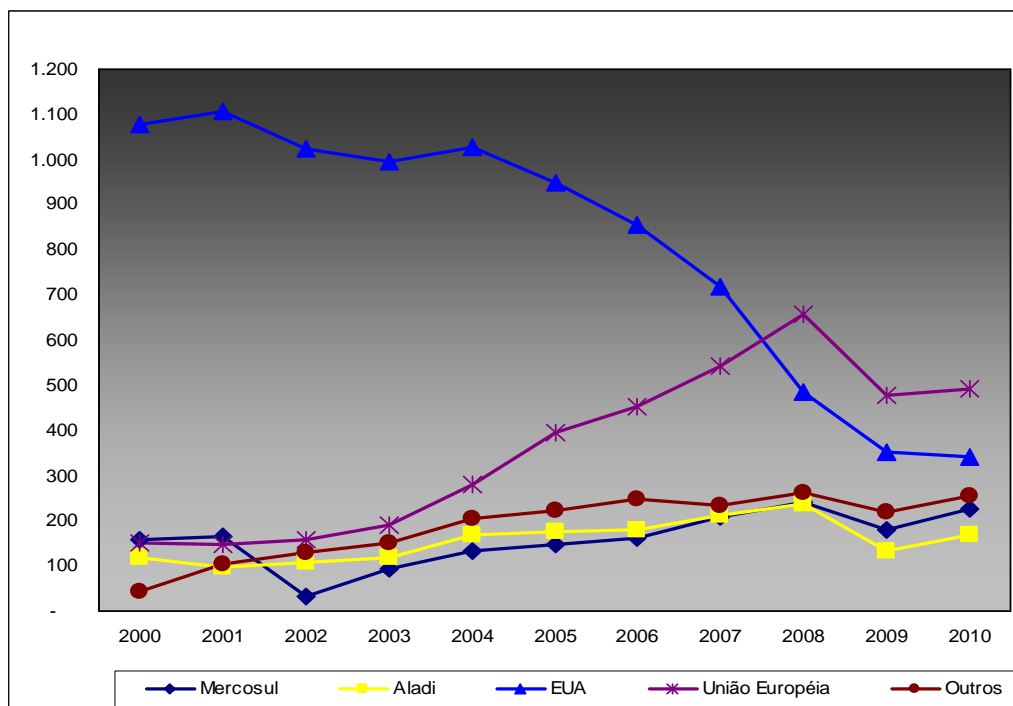


Figura 33: Principais importadores de calçados no Brasil US\$ (milhões) – Período 2000 - 2010
Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Os EUA, principais consumidores de calçados em nível mundial, desde o início da atuação brasileira como país exportador de calçados, ocupam a primeira posição no ranking dos principais países de destino das exportações brasileiras de calçados.

Na década de 90, os EUA foram os responsáveis por mais de 60% das exportações brasileiras de calçados em pares, mas vêm reduzindo fortemente desde 2005 sua parcela de compras do Brasil. Enquanto ao longo da década de 90 a média do volume importado, nos EUA, de calçados brasileiros, foi por volta de 100 milhões de pares, em 2009 essa quantidade caiu para 28 milhões, representando 22,2% das exportações de calçados. Essa foi a menor quantidade registrada no período.

A explicação para esse movimento é encontrada no tipo de calçado exportado. Segundo Campos e Calandro (2008), o Brasil vem perdendo participação em mercados compradores de calçados de menor preço e move-se para segmentos de produtos de moda, cujos calçados possuem maior qualidade e preço. O preço médio do calçado exportado pelos fabricantes brasileiros evoluiu favoravelmente na década de 2000, compensando, em certa medida, as quedas sucessivas nas quantidades comercializadas. Essa evolução, contudo, foi diferenciada entre os compradores. No caso dos EUA, principal destino dos produtos brasileiros, o aumento no preço médio vem sendo inferior à queda no volume vendido. Também no mercado latino-americano, o preço médio do calçado não tem se elevado

consideravelmente. O destaque é o mercado europeu, comprador de calçados de maior valor, porém em pequenos volumes, o que justifica o crescimento das exportações para esse bloco a partir de 2005, conforme apresentado na figura 33.

Outros fatores, complementares entre si, podem explicar, pelo menos em parte, a queda da participação dos Estados Unidos. Em primeiro lugar, ressalta-se o acirramento da concorrência no mercado internacional, que resultou em maior diversificação de fontes de suprimento para o mercado norte-americano, em detrimento da indústria brasileira. Em segundo, a valorização da taxa de câmbio no Brasil, que deteriorou os termos de troca para os produtores brasileiros, pode ter contribuído de forma importante para esse processo. Em terceiro, a crise mundial desencadeada em 2008, afetando todos os segmentos da economia mundial.

4.2.2 Desempenho das exportações de calçados no Rio Grande do Sul

Assim como no cenário nacional, o movimento de queda da produção industrial e das exportações de calçados do Rio Grande do Sul teve seu início nos anos 1990 com o acirramento da concorrência chinesa e pelos efeitos do câmbio valorizado, o que fez com que os fabricantes brasileiros de calçados, sobretudo os produtores gaúchos, passassem a perder competitividade no segmento de produtos de preços mais baixos em que estavam inseridos.

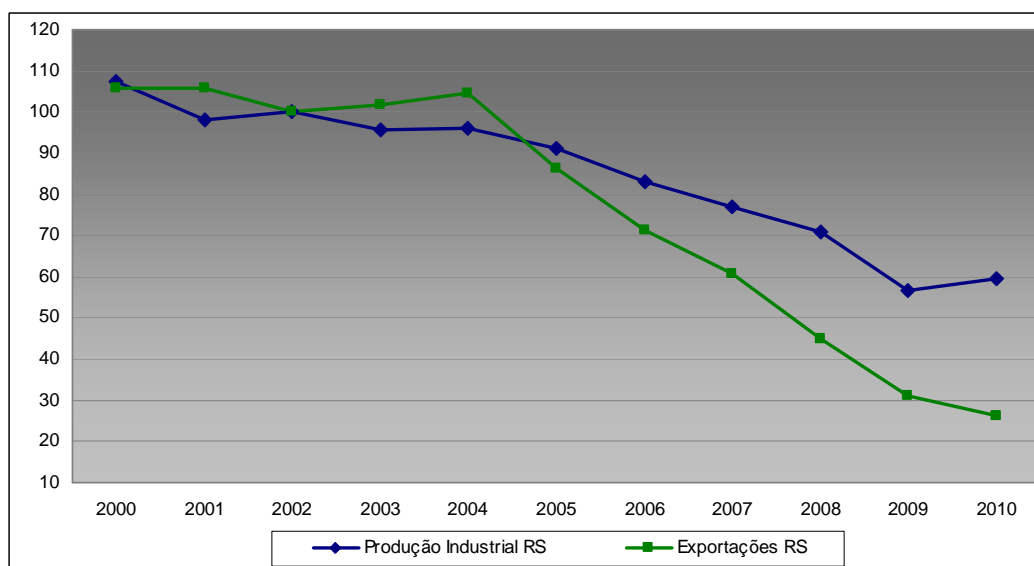


Figura 34: Produção industrial e exportações de calçados no Rio Grande do Sul - *quantum* - índice (média 2002 = 100)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEA (INSTITUTO..., 2011)

A análise dos fluxos comerciais em número de pares, contudo, deve ser complementada com os fluxos monetários, uma vez que o preço médio dos calçados exportados variou significativamente no período.

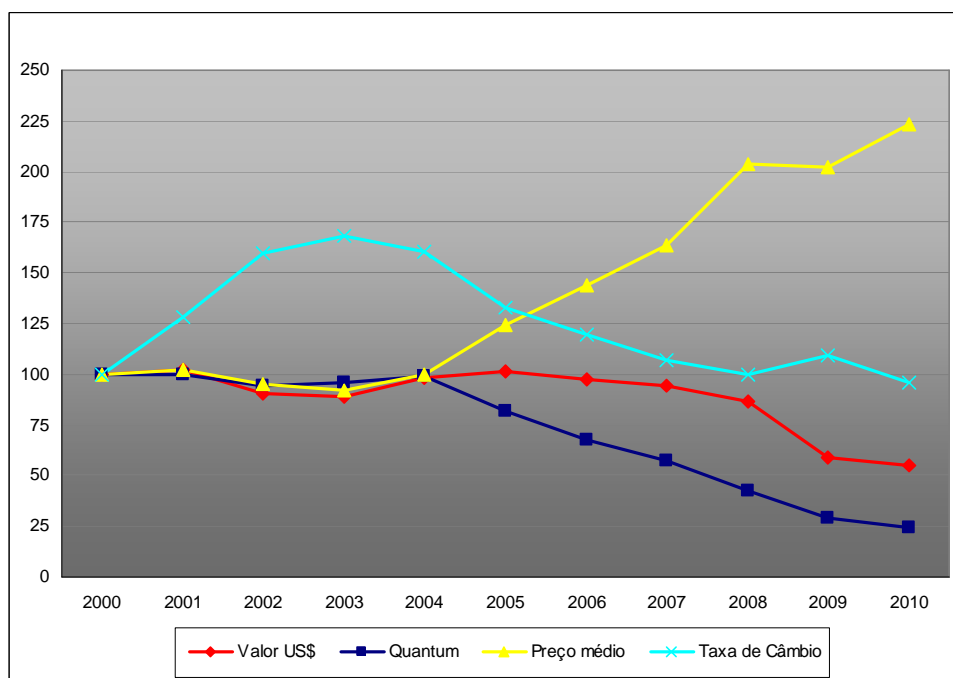


Figura 35: Índice do valor, *quantum*, preço médio e taxa de câmbio das exportações de calçados no Rio Grande do Sul (2000 = 100) – Período 2000 - 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Os resultados das exportações apresentados na figura 35 demonstram que o Rio Grande do Sul teve uma queda expressiva de 45% no valor das exportações em relação ao primeiro do período analisado, o equivalente a US\$ 581 milhões que os produtores gaúchos faturaram a menos em 2010.

As exportações de calçados enfrentaram um recuo por um breve período (2002 e 2003) por conta da crise argentina e da desaceleração da economia norte-americana, principais compradores dos calçados gaúchos. Já em 2004, se faz presente uma reversão desse quadro, aliada à difusão de uma estratégia de diversificação e ampliação do mercado externo, em um contexto de encolhimento da demanda interna. Tal tendência se mantém em 2005, compensando em parte a queda nos volumes exportados.

Desde então, percebe-se que o setor vem sofrendo perdas expressivas, seja pela concorrência do calçado chinês, seja pelo movimento de valorização do real. As perdas em termos de pares embarcados foram maiores na indústria calçadista gaúcha, especializada na produção de calçados femininos de couro, de maior preço unitário e com uma parcela

expressiva da produção direcionada para o mercado externo e, portanto, mais sensíveis a mudanças na taxa de câmbio que afetem negativamente a competitividade internacional.

A perda de competitividade da indústria gaúcha é atribuída à sua especialização na fabricação de calçados em couro, que perderam espaço para os calçados fabricados com cabedal de borracha ou plásticos (sintéticos). (CAMPOS; CALANDRO, 2008).

O crescimento do consumo de calçados esportivos e o destaque nos últimos anos dos calçados de borracha e plástico brasileiro no mercado mundial colaboraram para que o couro deixasse de ser a matéria-prima principal do calçado. Além disso, o material sintético é mais barato, o que favorece a redução de custos. (ROSINE, 2010).

O movimento de alta dos preços apontados na figura anterior foi significativo, saltando de um valor médio de US\$ 10,65 por unidade em 2000 para US\$ 23,74 em 2010. No entanto, os argumentos citados por Campos e Calandro (2008) e Rosine (2010) justificam a redução das quantidades exportadas pelas indústrias gaúchas. Nesse sentido, os valores das exportações do Rio Grande do Sul não acompanharam o crescimento dos preços, visto que o quantum teve um desempenho invertido, com redução de 75% em relação ao ano de 2000.

Além dos fatores acima mencionados, houve deslocamento da produção para a Região Nordeste, em busca de incentivos fiscais e menores custos de mão-de-obra. O impacto desse deslocamento da produção para a Região Nordeste sobre as exportações do Rio grande do Sul pode ser visualizado na figura 36.

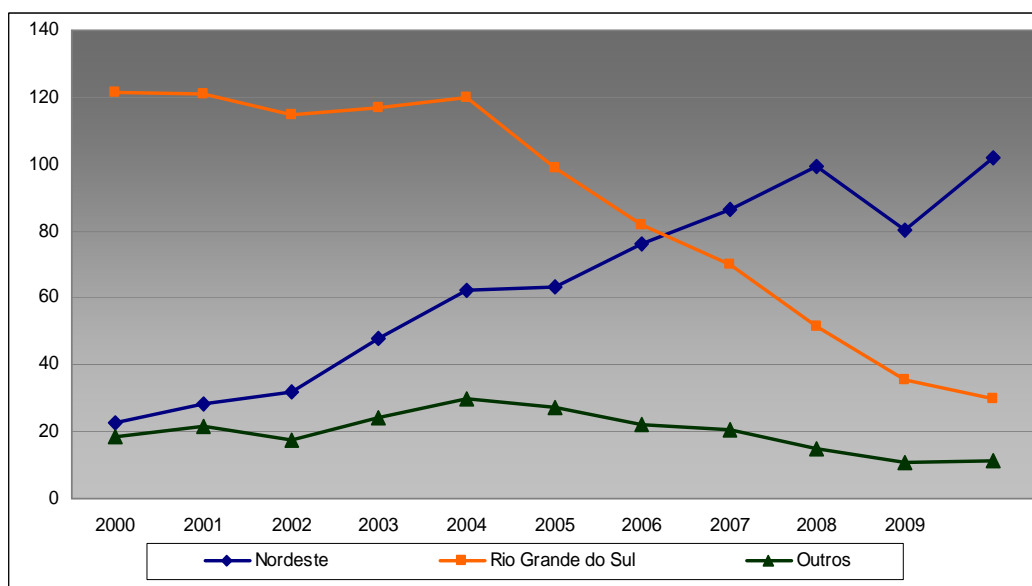


Figura 36: Exportações de calçados por regiões no Brasil (em milhões de pares)
Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Além do deslocamento físico da produção, a Região Nordeste tem ganhado maior participação no mercado mundial, tendo em vista que os preços unitários estão na faixa de menores valores. Com isso, o crescimento das quantidades exportadas foi de 348%, enquanto o Rio Grande do Sul perdeu 75% entre 2000 e 2010.

Nesse contexto, a participação do Rio Grande do Sul nas exportações brasileiras de calçados vem diminuindo desde a década de 1990. Porém, no período analisado na figura 34, a contribuição do Rio Grande do Sul oscilou de 84% em 2000 para apenas 48% em 2010. Os calçados gaúchos também perderam participação na pauta do Rio Grande do Sul, que ao longo dos últimos 11 anos perdeu 17%.

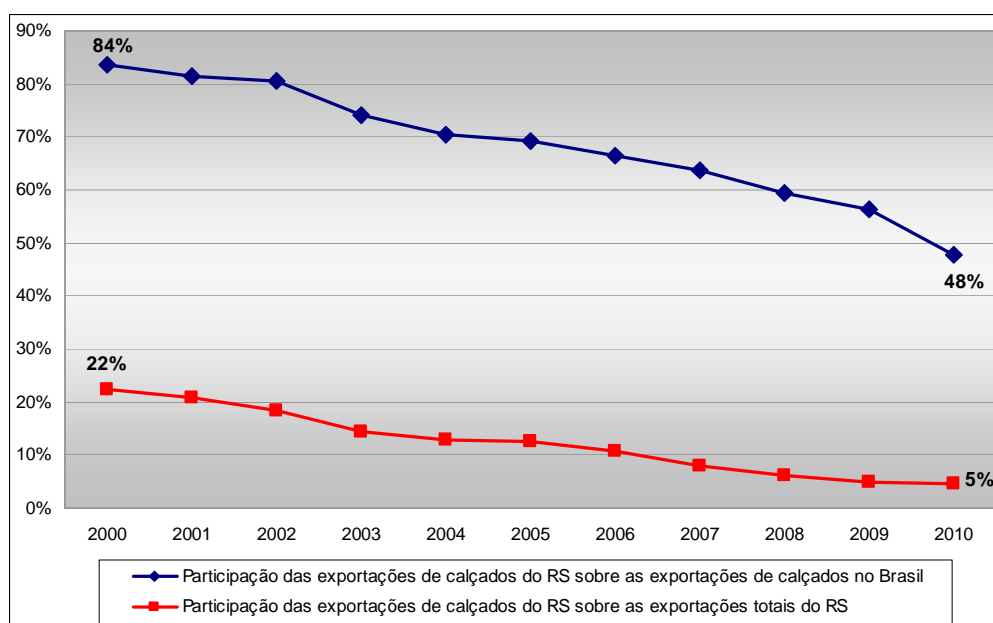


Figura 37: Participação das exportações gaúchas de calçados sobre as exportações brasileiras de calçados e exportações gaúchas de calçados sobre as exportações totais do RS – Período 2000 – 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Quanto ao destino das exportações, pode-se observar na figura 38 que houve um movimento semelhante ao cenário nacional. Percebe-se, com isso, que o Rio Grande do Sul, mesmo com relevante perda de participação sobre as exportações totais brasileiras, possui influência nos resultados do setor. Deve-se considerar também que fatores relacionados ao mercado internacional do segmento têm abrangência regional.

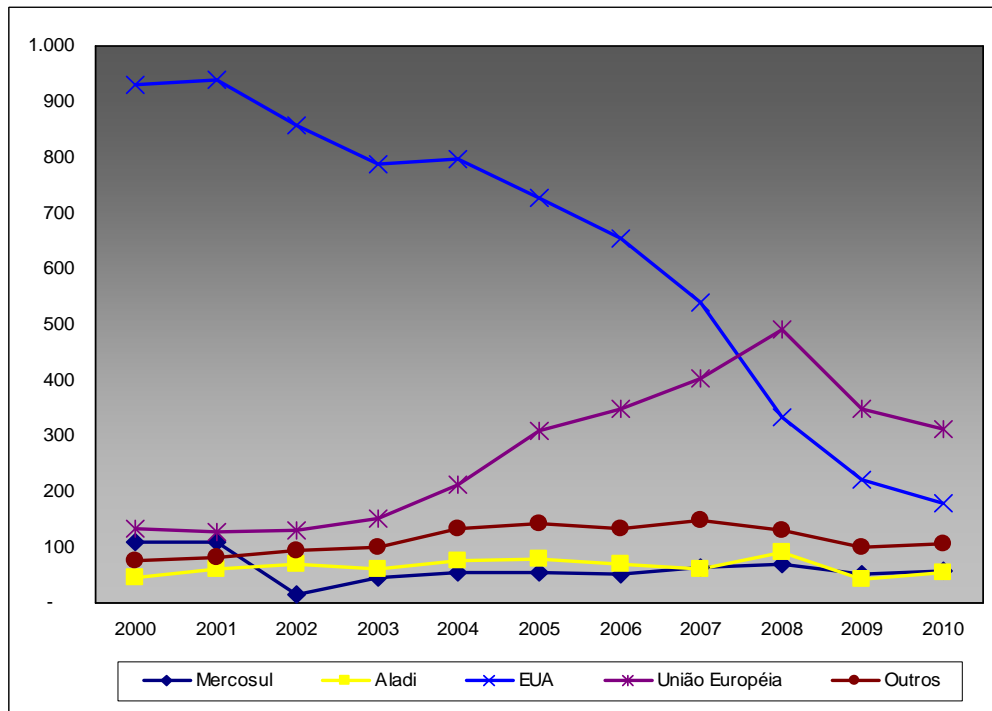


Figura 38: Participação dos principais importadores de calçados do Rio Grande do Sul – Período 2000 - 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Segundo Campos e Calandro (2008), apesar das perdas expressivas ocorridas nas vendas externas em número de pares na indústria calçadista do Rio Grande do Sul, os valores exportados em 2007 são semelhantes aos de 2004, em decorrência do aumento no preço médio de exportação para todos os países selecionados, que compensou em grande medida os efeitos do real valorizado. O movimento na direção de segmentos de produtos de moda, cujos calçados possuem maior qualidade e preço, e nos quais têm se concentrado os investimentos em estilo, *design* e consolidação de marca própria, abriu novos nichos de mercado, compensando as perdas de participação em mercados compradores de calçados de menor preço, ocupados pelos fabricantes chineses. Em consequência, foram reduzidas as vendas para os EUA e para a Argentina e aumentadas substancialmente as vendas para outros países latino-americanos e, sobretudo, para países europeus. (CAMPOS; CALANDRO, 2008).

Diante ao exposto, percebe-se que o setor calçadista gaúcho tem sido impactado diretamente com as mudanças estruturais, sejam elas no cenário internacional, com a invasão dos calçados chineses no comércio mundial, ou com o deslocamento da demanda por produtos sintéticos e de plásticos, bem como nas relações internas relacionadas com a valorização do real e com o movimento da produção para outras regiões do país.

4.3 Análise comparativa dos determinantes das exportações de soja e calçados do Brasil e do RS

O presente estudo tem revelado que os dois setores analisados (soja e calçados) apresentaram diferenças em seus respectivos resultados, tanto no cenário nacional como para o Rio Grande do Sul. Por um lado, o crescimento da demanda mundial aliada ao incremento da produtividade, bem como da remuneração, motivaram o crescimento das exportações de soja. Por outro lado, a concorrência acirrada, as mudanças nos perfis dos consumidores e a baixa remuneração impactaram severamente o setor de calçados.

Nesse sentido, enquanto as exportações de soja no Brasil tiveram um estrondoso crescimento médio anual de 19% na última década, o setor calçadista ficou estagnado.

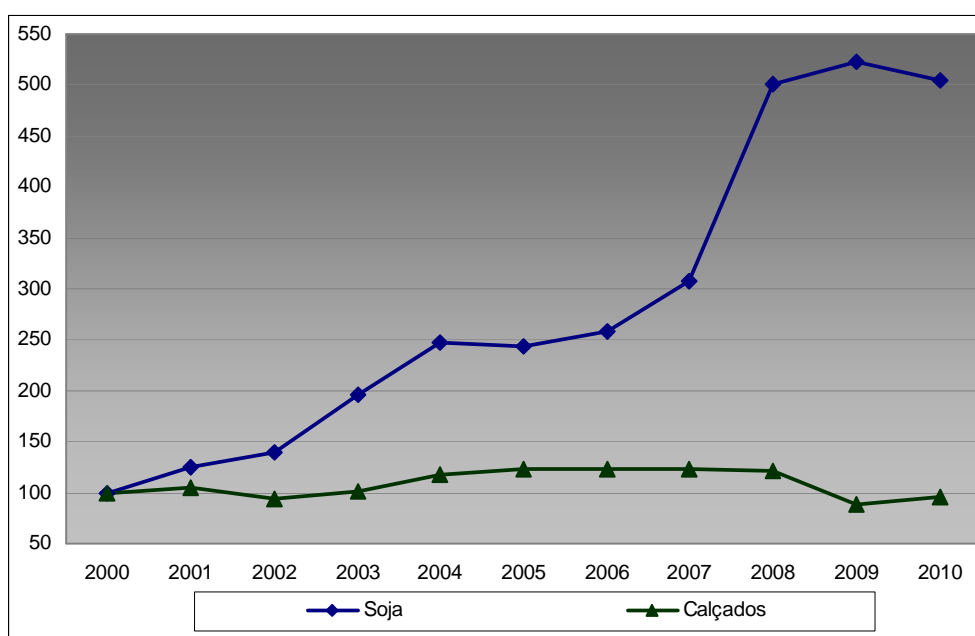


Figura 39: Índice dos valores das exportações de soja e calçados no Brasil (2000=100) – Período 2000-2010
Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

O desempenho das importações entre os dois setores também foi divergente, porém com inversão dos resultados, permanecendo, dessa forma, um cenário desfavorável para o setor de calçados. O real valorizado impulsionou o aumento das importações, tanto de calçados como de suas partes e/ou componentes, e o setor calçadista nacional ressentiu-se da entrada de volumes crescentes de calçados baratos provenientes da Ásia, principalmente da China.

Enquanto as importações de soja caíram 67% entre 2000 e 2010, as importações de calçados cresceram 596%, prejudicando dessa forma o desempenho desse setor.

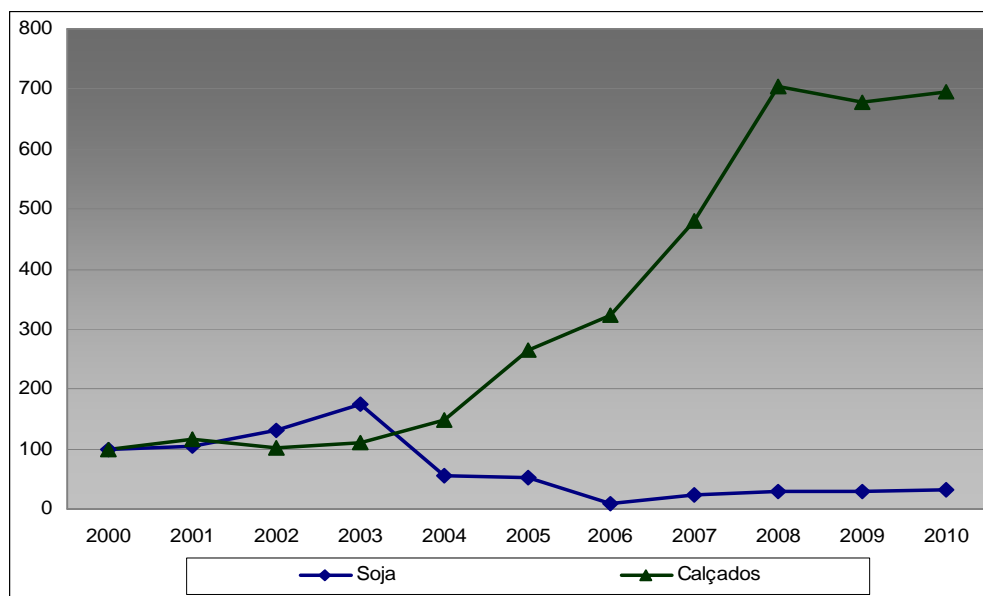


Figura 40: Índice dos valores das importações de soja e calçados no Brasil (2000=100) – Período 2000-2010
Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

O crescimento das exportações de soja no Rio Grande do Sul acompanhou as quantidades, superando os índices do resto do país. No entanto, sofreu algumas oscilações no período ocasionadas por quebras de safras. O aumento do plantio de soja na região Sul evidencia a estratégia adotada pelos fazendeiros, nos últimos anos, de substituir pastagens e área de milho na safra de verão pelo cultivo da soja.

Enquanto no Rio Grande do Sul as exportações cresceram 571% entre 2000 e 2010, nos demais estados o crescimento foi de 382%. A evolução das quantidades exportadas acompanhou os valores de ambos, ou seja, em ritmo de crescimento, a produção de soja foi impulsionada pela forte demanda internacional e pelos preços atrativos. As importações de soja pela China cresceram acentuadamente e respondem atualmente por quase a metade do comércio mundial. As cotações das *commodities* atingiram patamares históricos nestes últimos anos, principalmente a soja. Os preços internacionais efetivamente subiram significativamente a partir de setembro/outubro de 2006.

No entanto, as *commodities* agrícolas, principalmente a soja, foram impactadas pela onda da especulação financeira mundial, tendo reflexos negativos para a economia real, e principalmente para os seus produtores, ou seja, para a cadeia produtiva da soja. Os preços em Reais aos produtores de soja brasileiros e gaúchos aumentaram, porém não na mesma intensidade. Esse comportamento deveu-se ao fato de que o câmbio continuou sobrevalorizando, fato que tirou renda do produtor nacional, em especial do produtor de soja que escoar seu produto para exportação.

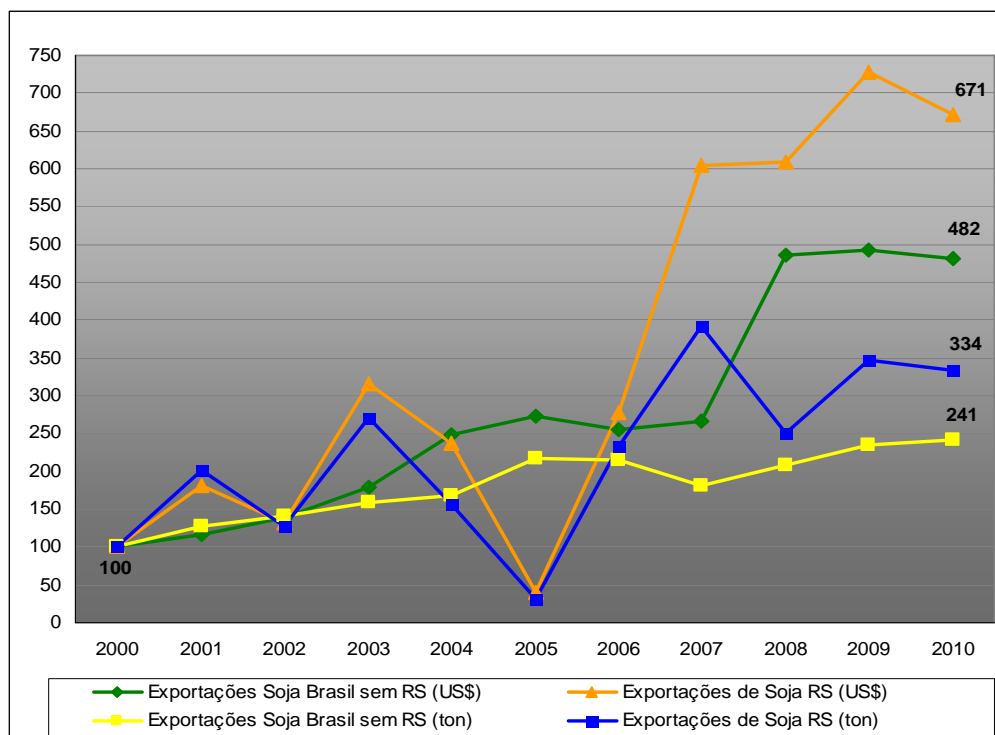


Figura 41: Índice dos valores e das quantidades das exportações de soja no Rio Grande do Sul no Brasil (sem os resultados do RS) - (2000=100) – Período 2000 - 2010

Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

A análise da evolução do valor das exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul revela um comportamento diferenciado que ilustra as dificuldades maiores enfrentadas pelos fabricantes de calçados no Rio Grande do Sul. De imediato chama a atenção a diferença de evolução das exportações a partir de 2002, mais intensa de 2004 em diante. Até então o desempenho das vendas externas de calçados evoluía de modo semelhante, tanto em termos do volume exportado quanto da receita auferida, apenas em um patamar diferente. O ano de 2002 representa o início de um descompasso, em especial no que se refere ao volume de pares. O pico da exportação brasileira de 2004 não foi acompanhado pela indústria calçadista gaúcha, e a queda que se seguiu foi sensivelmente maior nesta última. Em termos de valor, a evolução das exportações apresentou o mesmo movimento até 2006, diferenciando-se em 2007, quando se observa uma leve recuperação apenas nas exportações brasileiras. A figura 42 permite visualizar esses movimentos.

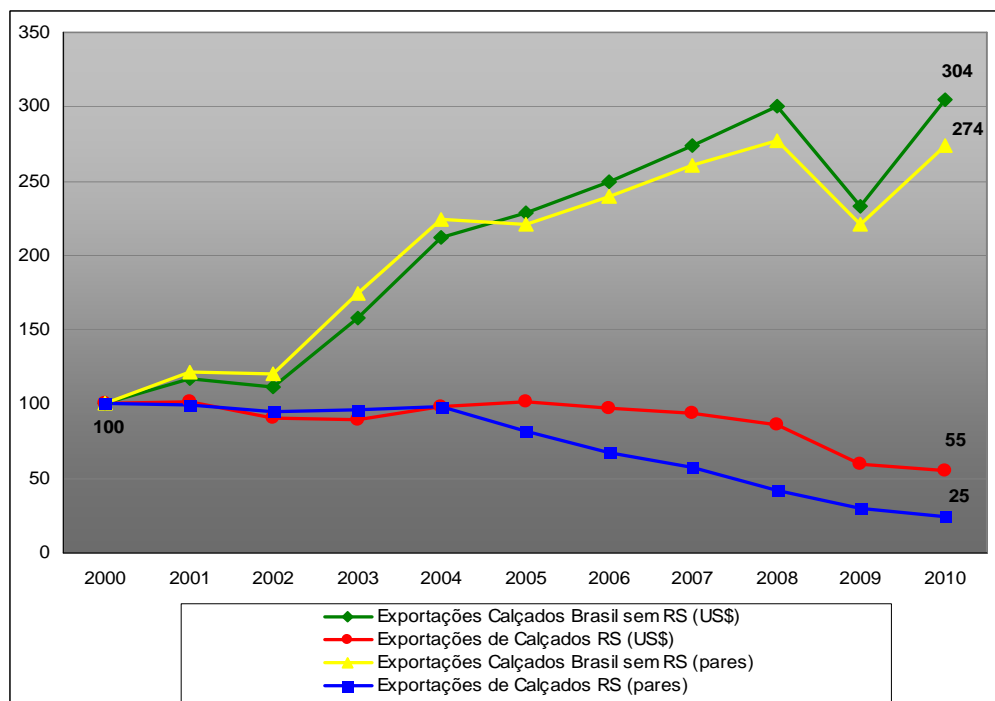


Figura 42: Índice dos valores e das quantidades das exportações de calçados do Rio Grande do Sul e do Brasil (sem os resultados do RS) - (2000=100) – Período 2000 - 2010
Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDIC (BRASIL, 2011)

Enquanto o valor das exportações no Rio Grande do Sul teve uma significativa queda de 45% entre o período 2000 e 2010, o Brasil (sem os resultados do RS) alcançou um crescimento de 204%. No entanto, impulsionado pelo fraco desempenho do setor calçadista gaúcho, o valor das exportações brasileiras caiu 4% no período.

Esses dados mostram a dificuldade enfrentada pela indústria gaúcha de calçados no mercado internacional devido à crescente disputa com produtores asiáticos, especialmente chineses, bem como ao processo de sobrevalorização cambial, o que se torna muito relevante para uma indústria marcada por uma significativa inserção internacional com características de produção de calçados em couro de maior valor agregado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises e demonstrações realizadas ao longo deste trabalho permitiram a constatação de que o comércio internacional tornou-se muito mais dinâmico nos últimos anos. É visível o movimento ascendente das transações comerciais brasileiras entre 2000 e 2010, destacando-se o saldo da balança comercial, que saiu de um déficit no início do período para um superávit recorde em 2006.

O aumento explosivo dos preços internacionais das *commodities*, proveniente da especulação financeira e do crescimento da demanda por esses produtos, contribuiu para os superávits da balança comercial brasileira no período analisado. No entanto, o saldo da balança comercial tem apresentado resultados decrescentes, visto que a valorização do real, o aumento da renda dos brasileiros e conseqüentemente o crescimento do consumo impulsionaram as importações. A falta de incentivo cambial tem desestimulado a produção industrial brasileira, que não tem conseguido competir com os preços internacionais, tanto no mercado externo como no interno.

O forte incremento da comercialização das *commodities* brasileiras ocasionou mudanças na pauta das exportações. Os produtos não industrializados passaram a ter maior contribuição na pauta exportadora, enquanto os demais setores entre alta e baixa intensidade tecnológica foram perdendo força. No que diz respeito à pauta das importações, o movimento foi contrário, visto que o setor industrial no Brasil está perdendo competitividade.

A contribuição da China, com seu crescimento vertiginoso, foi significativa para o bom desempenho das exportações brasileiras, principalmente das *commodities*. No entanto, esse país também se fez presente nas importações, ampliando consideravelmente as vendas de seus produtos ao Brasil.

Fazem parte desse contexto, com abrangência no Rio Grande do Sul, os segmentos de soja e calçados, os quais tiveram desempenhos opostos nesta análise. Enquanto os resultados das exportações de soja foram expressivos para saldo comercial brasileiro, o setor calçadista sofreu com o fraco desempenho das exportações e com o crescimento das importações.

A produção de soja, originalmente cultivada no Rio Grande do Sul, apresenta um histórico evolutivo desde a década de 1980. No entanto, motivados pelos preços atrativos e pelo crescimento da demanda e produtividade, os produtores brasileiros expandiram o cultivo da soja para outras regiões brasileiras a partir da última década. Com isso, o Brasil aumentou o volume de exportações e sua participação no comércio mundial. Outro fator importante que

contribuiu para o crescimento das exportações de soja em grãos foi a implantação da Lei Kandir, que desonera as vendas externas dos produtos *in natura*.

Os resultados das exportações de soja no Rio Grande do Sul não foram diferentes do cenário nacional, com crescimento no valor e no *quantum* exportado, na participação da pauta e nas vendas para China. Porém, o estado sofreu uma forte estiagem em 2005, causando quebra da safra e grandes prejuízos aos produtores.

O comércio internacional de calçados no Brasil foi fortemente impactado pelo crescimento da concorrência no mercado mundial. Os principais fatores que influenciaram esse setor foram os preços praticados pela concorrência e a valorização cambial. Os exportadores sentem o reflexo do câmbio, quando não conseguem equiparar os preços dos seus produtos com os produzidos no continente asiático. Além disso, os baixos custos dos calçados importados são provenientes de mudança nas tendências que substituíram o couro por materiais sintéticos e pelo baixo custo de mão-de-obra praticado nesses.

Os reflexos negativos das exportações desse segmento foram piores para o Rio Grande do Sul: tradicionalmente, o estado é produtor de calçados em couro e não conseguiu concorrer com o preço do calçado chinês. O movimento da produção de calçados para a região Nordeste também foi responsável pela redução da participação das exportações de calçados gaúchos na pauta brasileira.

Este trabalho cumpriu com os objetivos propostos abordando o comércio internacional brasileiro e do Rio Grande do Sul, com foco na análise dos resultados e na identificação dos “principais” fatores que influenciaram os desempenhos das exportações dos segmentos selecionados.

Por fim, cabe lembrar que este estudo não teve a pretensão de esgotar o assunto sobre o que levou aos resultados das exportações de soja em grãos e de calçados no Brasil e no Rio Grande do Sul. Sabe-se que existem outras questões a serem pesquisadas que são específicas para cada segmento.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. **Perfil estado do Rio Grande do Sul 2010**. Brasília: APEX-BRASIL, 2010. Disponível em: <[http://www.cinpr.org.br/uploadAddress/Perfil_Estado_RIO_GRANDE_DO_SUL\[25153\].pdf](http://www.cinpr.org.br/uploadAddress/Perfil_Estado_RIO_GRANDE_DO_SUL[25153].pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2011.
- ALMEIDA, Daniel Keller de. Os Resultados de 2008 e os primeiros impactos da crise sobre o comércio exterior brasileiro. **Estudos IEDI**, São Paulo, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=54&inford=4158>>. Acesso em: 18 maio 2009.
- ANÁLISE setorial varejo um setor em grande transformações. **Estudos e Pesquisas DELOITTE**, Rio de Janeiro, set. 2009. Disponível em: <http://www.deloitte.com/view/pt_BR/br/perspectivas/estudosepesquisas/article/b21363ec49101210VgnVCM100000ba42f00aRCRD.htm>. Acesso em 12 dez. 2011.
- ARAÚJO, Eliane Cristina de; LEITE, Marcos Vinicius Chiliatto. Sobreapreciação cambial no Brasil: estimativa, causas e consequências (1994-2008). **Texto para Discussão IPEA**, Brasília n. 1404, abr. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1404.pdf>. Acesso em: 26 out. 2010.
- BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BARBOSA, Marisa Zeferino; PEREZ, Luis Henrique. **Evolução das exportações brasileiras de óleo de soja por portos de embarque e estados de origem, 1996 a 2004**. Informações Econômicas, São Paulo, v.36, n.2, fev. 2006. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/tec4-0206.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2011.
- BELLO, Teresinha da Silva. Algumas reflexões sobre a valorização cambial. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 33-38, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1139/1473>>. Acesso em: 17 set. 2011.
- BELLO, Teresinha da Silva; TERUCHKIN, Sônia Unikowsky; GARCIA, Álvaro Antônio. Alterações no perfil das exportações gaúchas. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.). **O movimento da produção**. Porto Alegre: FEE, 2010. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/3-decadas/downloads/volume2/5/teresinha-silva.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2011.
- BOTELHO, Marisa dos Reis A.; XAVIER, Clésio Lourenço. A inserção externa da indústria de calçados brasileira. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 325-354, out. 2006. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2122>>. Acesso em: 02 nov. 2008.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio comercial do agronegócio: principais mercados de destino**. Brasília: MAPA, 2010. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/internacional/publicacoes>>. Acesso em: 27 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio comercial do agronegócio: principais mercados de destino**. Brasília: MAPA, 2011a. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/MAIS%20DESTAQUES/Agronegocio_2011.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio 2010/11 a 2020/21**. Brasília: MAPA, 2011b. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/PROJECOES%20DO%20AGRONEGOCIO%202010-11%20a%202020-21%20-%202_0.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Séries estatísticas**. Brasília: MDIC, 2011. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

BRUM, Argemiro Luís; SILVEIRA, Daniel Claudy. A gênese da crise financeira mundial e seus impactos no setor produtivo: o caso específico da cadeia da soja no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 5., 2010, Porto Alegre. **Trabalhos...** Porto Alegre: PUCRS, 2010. Disponível em: <www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/06.doc>. Acesso em 30 set. 2011

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. Mudanças na pauta das exportações agrícolas brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural – RER**, Rio de Janeiro, vol. 46, n. 01, jan./mar. 2008. Disponível em: <http://link.periodicos.capes.gov.br/sfxlcl3?url_ver=Z39.88-2004&url_ctx_fmt=infofi/fmt:kev:mtx:ctx&ctx_enc=info:ofi/enc:UTF-8&ctx_ver=Z39.88-2004&rft_id=info:sid/sfxit.com:azlist&sfx.ignore_date_threshold=1&rft.object_id=110978979586675>. Acesso em: 09 nov. 2011.

CASTILHOS, Clarisse Chiappini; CALANDRO, Maria Lucrecia; CAMPOS, Silvia Horst. Reestruturação da indústria gaúcha sob a ótica da reordenação da economia mundial. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.). **O movimento da produção**. Porto Alegre: FEE, 2010. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/3-decadas/downloads/volume2/2/clarisse-chiappini.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Séries históricas**. Brasília: CONAB, [2010]. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_12_13_17_24_52_sojaseriehist.xls>. Acesso em: 25 abr. 2011.

CAMPOS, Silvia Horst; CALANDRO, Maria Lucrecia. Nova configuração do mercado internacional de calçados e os impactos sobre a indústria calçadista gaúcha. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., 2008, Porto Alegre. **Trabalhos...** Porto Alegre: PUCRS, 2008. Disponível em: <www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos.htm>. Acesso em: 25 set. 2011.

CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et. al (Org.). **O movimento da produção**. Porto Alegre: FEE, 2010. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/movimento-da-producao.php>>. Acesso em: 15 set. 2011.

CONTI, Bruno Martarello de. **Regimes cambiais em países emergentes: a experiência brasileira recente (1994-2006)**. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas)-Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

COSTA, Achyles Barcelos da. Competitividade da indústria de calçados. In: COUTINHO, Luciano. et al. (Org.). **Estudos setoriais da indústria brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1993. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0002/2264.pdf>. Acesso em 26 maio 2011.

CUNHA, Adriana Marques da et. al. **RELATÓRIO de Acompanhamento Setorial: couro e calçados, volume II**. Brasília: ABDI, 2008. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Couro%20e%20Cal%C3%A7ados%20-%20setembro%202008.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2011.
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **A soja no Brasil**. Brasília: EMBRAPA, [2004]. Disponível em <<http://www.cnpso.embrapa.br/producaosoja/SojanoBrasil.htm>>. Acesso em: 05 out. 2010.

FERRARI FILHO, Fernando. **Análise das exportações do RS**. Porto Alegre, 2008. Microsoft PowerPoint 2003.

GARCIA, Álvaro Antonio. As mudanças na pauta exportadora gaúcha entre 1989 e 2008. **Texto para Discussão FEE**, Porto Alegre, n. 72, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/072.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

GONÇALVES, Cristiano; Haffner, JACQUELINE A. H. O setor calçadista no Rio Grande do Sul: uma análise da sua evolução recente. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., 2008, Porto Alegre. **Trabalhos...** Porto Alegre: PUCRS, 2008. Disponível em: <www.fee.tche.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos.htm>. Acesso em: 25 set. 2011.

GUIDOLIN, Silvia Maria; COSTA, Ana Cristina Rodrigues; ROCHA, Érico Rial Pinto da. Indústria calçadista e estratégias de fortalecimento da competitividade. **BNDES Setorial**, Brasília, n. 31, p. 147-184, 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3104.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2011

HOFF, Cecília Rutkoski. Exportações do Rio Grande do Sul em 2010: razões para o baixo dinamismo frente à média nacional. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 41-48, 2011. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores>>. Acesso em: 09 nov. 2011.

HOLLAND, Márcio; MARÇAL, Emerson. **Taxa de câmbio e exportações**. Economia, Opinião e Atualidades, 08 fev. 2010. Disponível em: <<http://j1coreiro.wordpress.com/2010/02/08/taxa-de-cambio-e-exportacoes-valor-economico-08022010/>>. Acesso em: 27 out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indústrias extrativas e de transformação: pesquisa industrial anual**. Brasília: IBGE, [2012]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **As exportações brasileiras em 2003**. São Paulo: IEDI, 24 nov. 2003. Disponível em: <<http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53ea0f04cb68.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **A balança comercial da indústria de transformação por intensidade tecnológica em 2006**. São Paulo: IEDI, 02 fev. 2007. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/top/estudos_comercio/a_balanca_comercial_da_industria_de_transformacao_por_intensidade_tecnologica_em_2006.html>. Acesso em: 17 ago. 2011.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Estimando o desalinhamento cambial para a economia brasileira**. São Paulo: IEDI, 01 jun. 2007. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/top/estudos_comercio/estimando_o_desalinhamento_cambial_para_a_economia_brasileira.html>. Acesso em: 17 ago. 2011.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **A balança comercial tecnológica da indústria de transformação: dos reflexos da crise aos reflexos da recuperação**. São Paulo, IEDI, abr. 2010. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_413_a_balanca_comercial_tecnologica_da_industria_de_transformacao_dos_reflexos_da_crise_aos_reflexos_da_recuperacao.html>. Acesso em: 17 ago. 2011.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Os padrões de relação entre crescimento e saldo comercial e a política industrial**. São Paulo, IEDI, abr. 2011. Disponível em: <<http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4dadd11f202eccb1.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Séries históricas**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

LEMOS, Mauro Borges et. al. **PANORAMA Setorial: cadeia coureira, calçadista e artefatos**. Brasília: ABDI, 2008. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Paginas/estudo.aspx?f=Couro%2c+cal%u00e7ados+e+artefatos>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

MACHADO, João Bosco Mesquita; FERRAZ, Galeno Tinoco. Comércio externo da China: efeitos sobre as exportações brasileiras. **Texto para Discussão IPEA**, Brasília, n. 1182, maio 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1182.pdf>. Acesso em: 26 out. 2008.

PADOVANI, Roberto. Câmbio: a verdade é seu dom de iludir. **Revista Brasileira de Comércio Exterior – RBCE**, Rio de Janeiro, n. 105, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/105-RP.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PESSOA, Samuel. O equilíbrio macroeconômico e o câmbio real. **Revista Brasileira de Comércio Exterior – RBCE**, Rio de Janeiro, n. 105, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/105-RP.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

PINAZZA, Luiz Antonio (Coord.). **Cadeia produtiva da soja**. Brasília: MAPA, 2007.

PRATES, Daniela Magalhães. O regime cambial brasileiro de 1999 a 2008. **Textos para Discussão CEPAL-IPEA**, 12. Brasília, n 1530, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/tdcepal_1530.pdf>. Acesso em: 9 de jul. 2011.

AS RELAÇÕES Bilaterais Brasil-China a ascensão da China nos sistema mundial e os desafios para o Brasil. **Comunicados IPEA**, Brasília, n. 85, 08 abr. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110408_comunicadoipea85.pdf>. Acesso em: 26 out. 2008.

RIBEIRO, Fernando J. Saldos comerciais no Brasil: composição setorial e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Comércio Exterior – RBCE**, Rio de Janeiro, n. 93, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/93-FJSPR.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

RIBEIRO, Fernando J. A Evolução da balança comercial brasileira no período 1985-2008. **Revista Brasileira de Comércio Exterior – RBCE**, Rio de Janeiro, n. 100, jul./set. 2009. Disponível em: <http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/100_FJSPR.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2011.

RIBEIRO, Fernando J. et al. Coeficientes de comércio exterior da indústria brasileira – 1996-2007. **Revista Brasileira de Comércio Exterior – RBCE**, Rio de Janeiro, n. 95, abr./jun. 2008. Disponível em <<http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/95-COEFICIENTES.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

ROSINE, Jardim. **O setor calçadista gaúcho e a crise de 2008**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/25426>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

SÁ, Mauro Thury de Vieira. **A Balança comercial da indústria de transformação por intensidade tecnológica em 2006**. São Paulo: IEDI, 02 fev. 2007. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20070202_balcomtec.pdf>. Acesso em: 25 out. 2010.

SILVA, Ariana Cericatto da; LIMA, Érica Priscilla Carvalho de; BATISTA, Henrique Rogê. **A importância da soja para o agronegócio brasileiro: uma análise sob o enfoque da produção, emprego e exportação**. Florianópolis: APEC, abr. 2011. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20rural%20e%20agricultura%20familiar/A%20IMPORT%20NCIA%20DA%20SOJA%20PARA%20O%20AGRONEG%20BRASILEIRO.pdf>. Acesso em: 03 out. 2011.

SOUZA, Nali de Jesus. Exportações e crescimento econômico do RS -1951-2001. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, n. esp., 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index/phpqensaio/article/view/2021/2402>>. Acesso em 26, out. 2010.

SONAGLIO, Claudia Maria; ZAMBERLAM, Carlos Otávio; FILHO, Reisoli Bender. Variações cambiais e os efeitos sobre exportações brasileiras de soja e carnes. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 1, jan./mar. 2011.

TRENNEPOHL, Dilson; PAIVA, Carlos Águedo Nagel. A importância da sojicultura para o desenvolvimento da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 5., 2010, Porto Alegre. **Trabalhos**. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Disponível em: <www.pucrs.br/eventos/eeg/?p=aprovados>. Acesso em 30 set. 2011.

AS TRANSFORMAÇÕES estruturais do comércio exterior chinês. **Comunicados IPEA**, Brasília, n. 97, 30 jun. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110630_comunicadoipea97.pdf>. Acesso em: 26 out. 2008.

VALARINI, Juliana Padovani; KUWAHARA, Mônica Yukie. O mercado da soja: evolução da *commodity* frente aos mercados internacional e doméstico. **Revista Jovens Pesquisadores**, São Paulo, v. 4, n. 1 (6), jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/880>> acesso em: 03 out. 2011.

VEIGA, Pedro da Motta (Coord.). Desempenho exportador do Rio Grande do Sul. **Texto para Discussão FUNCEX**, Rio de Janeiro, n. 150, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.funcef.org.br/tds.asp>>. Acesso em: 25 out. 2008.

VEIGA, Pedro da Motta. et al. (Org). Diretrizes de promoção comercial para as exportações do Rio Grande do Sul. **Texto para Discussão FUNCEX**, Rio de Janeiro, n. 151, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.funcef.org.br/tds.asp>>. Acesso em: 25 out. 2008.

ANEXO A – METODOLOGIA E CLASSIFICAÇÕES OCDE

Os dados básicos foram obtidos junto à Secex na classificação NCM a 8 dígitos e transformados na classificação SITC a 3 dígitos, (261 setores). A classificação setorial foi adaptada do estudo do Banco Mundial “*From Natural Resources to the Knowledge Economy Trade and Job Quality*” –2002.

Setores de Alta e Média-Alta Intensidade Tecnológica e Setores de Baixa e Média-Baixa intensidade tecnológica.

A classificação dos produtos dentro da indústria de transformação segundo a intensidade tecnológica foi desenvolvida pela OCDE e tem a seguinte estrutura:

Indústria de Transformação:

Indústria de alta tecnologia:

Aeronáutica e aeroespacial
Farmacêutica
Material de escritório e informática
Equipamentos de rádio, TV e comunicação
Instrumentos médicos de ótica e precisão

Indústria de média-alta tecnologia:

Máquinas e equipamentos elétricos n. e.
Veículos automotores, reboques e semi-reboques
Produtos químicos, excl. farmacêuticos
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n. e.
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.

Indústria de média-baixa tecnologia:

Construção e reparação naval
Borracha e produtos plásticos
Carvão, produtos de petróleo refinado e combustível nuclear
Outros produtos minerais não-metálicos
Produtos metálicos

Indústria de baixa tecnologia:

Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados
Madeira e seus produtos, papel e celulose
Alimentos, bebidas e tabaco
Têxteis, couro e calçados

Demais Produtos:

Produtos intensivos em recursos naturais:

Agricultura, caça, atividades florestais e pesca
Agricultura, caça e atividades florestais

Pesca
Indústrias Extrativas
Indústrias Extrativas

Produtos provenientes de outras atividades econômicas:

Produtos normalmente oriundos dos serviços industriais de utilidade pública
Energia Elétrica, Gás e Distribuição de Vapor e Água Quente
Captação, tratamento e distribuição de água

Produtos normalmente oriundos de serviços:

Atividades de informática - desenvolvimento de programas de informática (software)
Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado
Atividades fotográficas e microfilmagem
Produção e distribuição de filmes cinematográficos e fitas de vídeo e estúdios de gravação de som
Atividades de teatro, música e outras atividades artísticas e literárias
Cabeleireiros e outros tratamentos de beleza

Produtos não-classificados pela CIIU, revisão 3:

Desperdícios e sucatas - Bens da divisão 39 da CPC, rev. 1.1 ou 1.0
Obras diversas e outros itens classificados em Caps. posteriores ao 97 do SH
Outros produtos não classificados